

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 86.703.337/0001-80

Mês/Ano: MAI 2021

Dados Iniciais

Período: 01/05/2021 a 31/05/2021

Declaração Retificadora: NÃO

Situação: Normal

PJ inativa no mês da declaração: NÃO

PJ optante pelo Simples Nacional: NÃO

Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral

Forma de Tributação do Lucro: Real Trimestral

PJ com débitos de SCP a serem declarados: NÃO

PJ optante pela CPRB: SIM

Situação da PJ no mês da declaração: PJ não se enquadra em nenhuma das situações anteriores no mês da declaração

Critério de Reconhecimento das Variações Monetárias dos Direitos de Crédito e das Obrigações do Contribuinte, em Função da Taxa de Câmbio: Sem alteração do regime

Regime de Apuração da Contribuição para o PIS/Pasep e/ou da Cofins: Cumulativo

Dados Cadastrais do Estabelecimento Matriz

Nome Empresarial:
INTEROP INFORMATICA LTDA

Logradouro: RUA GEN JOAO MANOEL

Complemento: 501

Município: PORTO ALEGRE

CEP: 90010-030

Telefone: (51) 32167000

Fax:

Caixa Postal: UF: CEP:

Correio Eletrônico:

Número: 50

Bairro/Distrito: CENTRO

UF: RS

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 86.703.337/0001-80

MAI/2021

Página 2

Dados do Representante da Pessoa Jurídica

Nome: SOCRATES SLONGO

CPF: 512.537.040-15

Telefone:

Ramal:

FAX:

Correio Eletrônico:

Dados do Responsável pelo Preenchimento

Nome: MARISA MRAS

CPF: 469.169.700-49

Inscrição no CRC: 045800/O-0

UF: RS

Telefone: (51) 33613380

Ramal:

Fax:

Correio Eletrônico: TEMPUZ@TEMPUZ.COM.BR

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 86.703.337/0001-80

MAI/2021

Página 3

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: IRRF - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE

CÓDIGO DA RECEITA: 0561-07

DENOMINAÇÃO: IRRF - Trabalho Assalariado

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Maio / 2021

DÉBITO APURADO	41.074,90
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	41.074,90
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	41.074,90
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$	Total:	41.074,90
----------------------------	---------------	------------------

Total do Imposto apurado no período, antes de efetuadas as compensações	41.074,90
---	-----------

Pagamento	Total:	41.074,90
------------------	---------------	------------------

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/05/2021	CNPJ: 86.703.337/0001-80	Código da Receita: 0561
Data de Vencimento: 18/06/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		66,88
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		66,88
Valor Pago do Débito:		66,88

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/05/2021	CNPJ: 86.703.337/0001-80	Código da Receita: 0561
Data de Vencimento: 18/06/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		313,07
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		313,07
Valor Pago do Débito:		313,07

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 86.703.337/0001-80

MAI/2021

Página 4

CÓDIGO DA RECEITA: 0561-07

PERÍODO DE APURAÇÃO: Maio / 2021

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/05/2021	CNPJ: 86.703.337/0001-80	Código da Receita: 0561
Data de Vencimento: 18/06/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		348,18
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		348,18
Valor Pago do Débito:		348,18

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/05/2021	CNPJ: 86.703.337/0001-80	Código da Receita: 0561
Data de Vencimento: 18/06/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		488,10
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		488,10
Valor Pago do Débito:		488,10

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/05/2021	CNPJ: 86.703.337/0001-80	Código da Receita: 0561
Data de Vencimento: 18/06/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		535,99
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		535,99
Valor Pago do Débito:		535,99

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/05/2021	CNPJ: 86.703.337/0001-80	Código da Receita: 0561
Data de Vencimento: 18/06/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		8.872,06
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		8.872,06
Valor Pago do Débito:		8.872,06

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/05/2021	CNPJ: 86.703.337/0001-80	Código da Receita: 0561
Data de Vencimento: 18/06/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		30.450,62
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		30.450,62
Valor Pago do Débito:		30.450,62

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 86.703.337/0001-80

MAI/2021

Página 5

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: IRRF - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE

CÓDIGO DA RECEITA: 0588-06

DENOMINAÇÃO: IRRF - Trabalho sem Vínculo Empregatício

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Maio / 2021

DÉBITO APURADO	63,26
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	63,26
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	63,26
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$	Total:	63,26
----------------------------	---------------	--------------

Total do Imposto apurado no período, antes de efetuadas as compensações	63,26
---	-------

Pagamento	Total:	63,26
------------------	---------------	--------------

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/05/2021	CNPJ: 86.703.337/0001-80	Código da Receita: 0588
Data de Vencimento: 18/06/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		63,26
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		63,26
Valor Pago do Débito:		63,26

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 86.703.337/0001-80

MAI/2021

Página 6

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: IRRF - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE

CÓDIGO DA RECEITA: 1708-06

DENOMINAÇÃO: IRRF - Remuneração de Serviços Prestados por Pessoa Jurídica

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Maio / 2021

DÉBITO APURADO	1.375,07
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	1.375,07
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	1.375,07
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$	Total: 1.375,07
----------------------------	------------------------

Total do Imposto apurado no período, antes de efetuadas as compensações	1.375,07
---	----------

Pagamento	Total: 1.375,07
------------------	------------------------

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/05/2021	CNPJ: 86.703.337/0001-80	Código da Receita: 1708
Data de Vencimento: 18/06/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		1.375,07
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		1.375,07
Valor Pago do Débito:		1.375,07

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 86.703.337/0001-80

MAI/2021

Página 7

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: IRRF - IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE

CÓDIGO DA RECEITA: 3280-06

DENOMINAÇÃO: IRRF - Pagamento PJ a Cooperativa de Trabalho

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Maio / 2021

DÉBITO APURADO	91,01
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	91,01
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	91,01
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$	Total:	91,01
----------------------------	---------------	--------------

Total do Imposto apurado no período, antes de efetuadas as compensações	91,01
---	-------

Pagamento	Total:	91,01
------------------	---------------	--------------

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/05/2021	CNPJ: 86.703.337/0001-80	Código da Receita: 3280
Data de Vencimento: 18/06/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		91,01
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		91,01
Valor Pago do Débito:		91,01

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 86.703.337/0001-80

MAI/2021

Página 8

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: PIS/PASEP - CONTRIB. P/ PROGRAMA DE INTEGRACAO SOCIAL/FORMACAO
PATRIM. SERV. PÚBLICO

CÓDIGO DA RECEITA: 8109-02

DENOMINAÇÃO: PIS - Faturamento

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Maio / 2021

DÉBITO APURADO	8.188,53
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	8.188,53
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	8.188,53
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$	Total:	8.188,53
----------------------------	---------------	-----------------

Total da Contribuição no período, antes de efetuadas as compensações	8.188,53
--	----------

Pagamento	Total:	8.188,53
------------------	---------------	-----------------

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/05/2021	CNPJ: 86.703.337/0001-80	Código da Receita: 8109
Data de Vencimento: 25/06/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		8.188,53
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		8.188,53
Valor Pago do Débito:		8.188,53

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 86.703.337/0001-80

MAI/2021

Página 9

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTOS: COFINS - CONTRIBUIÇÃO P/ FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

CÓDIGO DA RECEITA: 2172-01

DENOMINAÇÃO: COFINS - Faturamento

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Maio / 2021

DÉBITO APURADO	37.793,21
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	37.793,21
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	37.793,21
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$	Total:	37.793,21
----------------------------	---------------	------------------

Total da Contribuição no período, antes de efetuadas as compensações	37.793,21
--	-----------

Pagamento	Total:	37.793,21
------------------	---------------	------------------

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/05/2021	CNPJ: 86.703.337/0001-80	Código da Receita: 2172
Data de Vencimento: 25/06/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		37.793,21
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		37.793,21
Valor Pago do Débito:		37.793,21

D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 86.703.337/0001-80

MAI/2021

Página 10

Débito Apurado e Créditos Vinculados-R\$

GRUPO DO TRIBUTO: CSRF - CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS RETIDAS NA FONTE PELAS PJ DE DIREITO PRIVADO

CÓDIGO DA RECEITA: 5952-07

DENOMINAÇÃO: CSLL, COFINS e PIS/PASEP - Retenção de contribuições sobre pagamentos de PJ a PJ de direito privado

PERIODICIDADE: Mensal

PERÍODO DE APURAÇÃO: Maio / 2021

DÉBITO APURADO	8.029,12
CRÉDITOS VINCULADOS	
- PAGAMENTO	8.029,12
- COMPENSAÇÕES	0,00
- PARCELAMENTO	0,00
- SUSPENSÃO	0,00
SOMA DOS CRÉDITOS VINCULADOS	8.029,12
SALDO A PAGAR DO DÉBITO	0,00

Valor do Débito-R\$	Total:	8.029,12
---------------------	--------	----------

Total das Retenções no período, antes de efetuadas as compensações	8.029,12
--	----------

Pagamento	Total:	8.029,12
-----------	--------	----------

Relação de DARF vinculados ao Débito.

PA: 31/05/2021	CNPJ: 86.703.337/0001-80	Código da Receita: 5952
Data de Vencimento: 18/06/2021		Nº de Referência:
Valor do Principal:		8.029,12
Valor da Multa:		0,00
Valor dos Juros:		0,00
Valor Total do DARF:		8.029,12
Valor Pago do Débito:		8.029,12

***** FIM DE IMPRESSÃO *****

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (30/07/2021) TABELAS 42.0 (15/01/2021)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 03/11/2021
HORA: 14:50:27
PÁG : 0001/0007

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858300000726 768401792114 107658050811 075759300013

EMPRESA: THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO

COMP: 10/2021 COD REC: 115 COD GPS: 2119

FPAS: 515

OUTRAS ENT: 0115

SIMPLES: 1

RAT: 2,0

INSCRIÇÃO: 10.757.593/0001-99

FAP: 0,50 RAT AJUSTADO: 1,00

TOMADOR/OBRA:

INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR	PIS/PASEP/CI	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	CBO
REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	BASE CÁL 13°SAL PREV SOC	CONTRIB SEG DEVIDA	DEPÓSITO	JAM	
		BASE CÁL PREV SOCIAL				
LUARA DE CARVALHO CASTRO GOMES	164.38117.54-5	15/09/2021	01		29/10/2021 I3	03514
1.788,33	308,33	167,56			0,00	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858300000726 768401792114 107658050811 075759300013

EMPRESA: THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO
COMP: 10/2021 COD REC: 115 COD GPS: 2119
TOMADOR/OBRA:

FPAS: 515

OUTRAS ENT: 0115

SIMPLES: 1

RAT: 2,0

INSCRIÇÃO: 10.757.593/0001-99

FAP: 0,50 RAT AJUSTADO: 1,00

INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR	REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO DEPÓSITO	CBO JAM
ALINE HELENA CAIXETA			130.00439.27-6	08/09/2021	01			03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,01	0,00
AMANDA GARDENE DO AMARAL LIMA			268.91589.65-5	04/10/2021	01			03514
1.670,97	0,00		0,00	133,88			133,67	0,00
ANA CAROLINA DE SOUZA PIRES			161.38509.33-2	16/09/2021	01			03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00	0,00
ANA LUCIA SALGADO NOGUEIRA			123.76710.18-0	08/09/2021	01			03514
4.200,00	0,00		0,00	439,27			336,01	0,00
ANA PAULA DE QUEIROZ ANDRADE			129.93089.27-9	08/09/2021	01			03514
4.200,00	0,00		0,00	439,27			336,01	0,00
ANDRE LUIZ MARTINS GALVAO			133.87734.85-8	08/09/2021	01			03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00	0,00
ANNE LUCIA NOGUEIRA MOURA			146.64556.50-7	04/10/2021	01			03514
1.670,97	0,00		0,00	133,88			133,67	0,00
CAMILA ALVES SOUSA			210.63656.09-7	08/09/2021	01			03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00	0,00
DANIELLA APARECIDA GONCALVES DOS SANTOS			151.47945.27-3	08/09/2021	01			03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00	0,00
DAYLA DIOGO MOURA			135.09889.27-3	08/09/2021	01			03514
4.200,00	0,00		0,00	439,27			336,00	0,00
ELISABETH MENDES DA COSTA			124.39998.91-7	04/10/2021	01			03514
1.670,97	0,00		0,00	133,88			133,68	0,00
ERIKA GONCALVES DA SILVA			131.12955.27-6	04/10/2021	01			03514
1.670,97	0,00		0,00	133,88			133,68	0,00
FABRICIANA OLIVEIRA MACIEL			210.38859.96-6	08/09/2021	01			03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00	0,00
GABRIEL PEREIRA DOS SANTOS			140.92258.52-2	04/10/2021	01			03514
1.670,97	0,00		0,00	133,88			133,67	0,00
GENILDO PEREIRA GALVAO			161.95365.41-7	04/10/2021	01			03514
1.670,97	0,00		0,00	133,88			133,67	0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858300000726 768401792114 107658050811 075759300013

EMPRESA: THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO
COMP: 10/2021 COD REC: 115 COD GPS: 2119
TOMADOR/OBRA:

FPAS: 515

OUTRAS ENT: 0115

SIMPLES: 1

RAT: 2,0

INSCRIÇÃO: 10.757.593/0001-99

FAP: 0,50 RAT AJUSTADO: 1,00

INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR	REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	DEPÓSITO	CBO JAM
ISABELLA JESSICA COSTA CRUZ REZENDE			236.30281.76-8	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00
JESUS ANTONIO SILVA DE DEUS			267.46663.78-5	13/10/2021	01				03514
1.133,87	0,00		0,00	85,54			90,70		0,00
JOAO FERREIRA FELIPE			190.27368.07-7	08/09/2021	01				03514
4.688,00	0,00		0,00	507,59			375,04		0,00
JONES JUNIO BRANDAO ANGELIM			210.59156.01-8	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00
JULIANE CARVALHO DE OLIVEIRA			236.33581.34-7	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00
KATIANE LUSTOSA ROCHA			133.98496.40-6	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00
LEANDRO DOS SANTOS NOGUEIRA			164.21035.09-5	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00
LORRANE ANGELICA DE CARVALHO			204.30037.82-6	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00
LUANA DE OLIVEIRA MARINHO			141.47881.27-7	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00
MANOEL RAIMUNDO DE JESUS FILHO			210.62873.76-0	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00
MARIANA AZEVEDO COELHO			149.83872.27-9	08/09/2021	01				03514
4.200,00	0,00		0,00	439,27			336,00		0,00
MATHEUS HENRIQUE CALDAS OLIVEIRA			135.67812.34-2	08/09/2021	01				03514
4.200,00	0,00		0,00	439,27			336,00		0,00
MICAELLI MARTINS SOUZA MARQUES			190.28649.67-3	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00
MONNA CASSIA SANTANA DE SOUSA			128.67627.99-2	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,01		0,00
NERY JOAO RODRIGUES CAMPOS SOBRINHO			210.23076.93-6	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

858300000726 768401792114 107658050811 075759300013

EMPRESA: THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO
COMP: 10/2021 COD REC: 115 COD GPS: 2119
TOMADOR/OBRA:

FPAS: 515

OUTRAS ENT: 0115

SIMPLES: 1

RAT: 2,0

INSCRIÇÃO: 10.757.593/0001-99

FAP: 0,50 RAT AJUSTADO: 1,00

INSCRIÇÃO:

NOME TRABALHADOR	REM SEM 13° SAL	REM 13°SAL	PIS/PASEP/CI BASE CÁL 13°SAL PREV SOC BASE CÁL PREV SOCIAL	ADMISSÃO	CAT	OCOR	DATA/COD MOVIMENTAÇÃO	DEPÓSITO	CBO JAM
PATRICIA ROCHA SILVA			201.53433.19-6	04/10/2021	01				03514
1.670,97	0,00		0,00	133,88			133,67		0,00
POLIANE TIAGO COSTA LIMA			204.29961.61-2	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00
RENATA CAMPELO PONTES			190.00319.32-6	04/10/2021	01				03514
1.670,97	0,00		0,00	133,88			133,67		0,00
RODRIGO ALVES DE CARVALHO			127.16073.60-2	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,01		0,00
THAYANE GONCALVES DE SOUZA			210.58934.78-5	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00
THAYNA DE SOUZA RODRIGUES			210.76422.47-2	08/09/2021	01				03514
4.200,00	0,00		0,00	439,27			336,00		0,00
VANESSA DE CARVALHO COSTA MOURA			135.69627.27-5	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00
VIVIANE MAZETTI DE CASTRO			142.24541.27-7	04/10/2021	01				03514
1.670,97	0,00		0,00	133,88			133,67		0,00
WILLIAN VINICIUS CAMPOS BATISTA			236.10932.73-9	08/09/2021	01				03514
1.850,00	0,00		0,00	150,00			148,00		0,00
YOLANDA DO ROSARIO DE OLIVEIRA			144.03459.27-3	08/09/2021	01				03514
4.200,00	0,00		0,00	439,27			336,00		0,00

TOTAIS DA EMPRESA/TOMADOR

92.748,93

308,33

308,33

8.340,50

7.276,84

0,00

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
MODALIDADE : "BRANCO"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA
858300000726 768401792114 107658050811 075759300013

EMPRESA: THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO N° DE CONTROLE: C8qTbmjUQ0c0000-5 N° ARQUIVO: CtrXjteYbO30000-0
COMP: 10/2021 COD REC:115 COD GPS: 2119 FPAS: 515 OUTRAS ENT: 0115 SIMPLES: 1 RAT: 2,0 INSCRIÇÃO: 10.757.593/0001-99
TOMADOR/OBRA: FAP: 0,50 RAT AJUSTADO: 1,00
INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: AVENIDA DAS CASTANHEIRAS SALA 112 LOTE 920 BLOCO B BAIRRO: AGUAS CLARAS CNAE PREPONDERANTE 6209100
CIDADE: BRASILIA UF: DF CEP: 71900-100 CNAE: 6209100

CAT	QUANT	REMUNERAÇÃO SEM 13°	REMUNERAÇÃO 13°	BASE CÁL PREV SOC	BASE CÁL 13° PREV SOC
01	41	90.960,60	0,00	92.748,93	308,33
TOTAIS:	41	90.960,60	0,00	92.748,93	308,33

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE
GFIP - SEFIP 8.40 (30/07/2021) TABELAS 42.0 (15/01/2021)

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF

DATA: 03/11/2021
HORA: 14:50:27
PÁG : 0006/0007

RELAÇÃO DOS TRABALHADORES CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
RESUMO DO FECHAMENTO - EMPRESA
FGTS

858300000726 768401792114 107658050811 075759300013

EMPRESA: THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO N° DE CONTROLE: C8qTbmjUQ0c0000-5 N° ARQUIVO: CtrXjteYb030000-0
COMP: 10/2021 COD REC: 115 COD GPS: 2119 FPAS: 515 OUTRAS ENT: 0115 SIMPLES: 1 RAT: 2,0 INSCRIÇÃO: 10.757.593/0001-99
TOMADOR/OBRA: FAP: 0,50 RAT AJUSTADO: 1,00
INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: AVENIDA DAS CASTANHEIRAS SALA 112 LOTE 920 BLOCO B BAIRRO: AGUAS CLARAS CNAE PREPONDERANTE 6209100
CIDADE: BRASILIA UF: DF CEP: 71900-100 CNAE: 6209100

MODALIDADE : "Branco"-RECOLHIMENTO AO FGTS E DECLARAÇÃO À PREVIDÊNCIA

FGTS - 8%

REMUNERAÇÃO SEM 13° SALÁRIO 90.960,60
REMUNERAÇÃO 13° SALARIO 0,00

QUANTIDADE TRABALHADORES 40

VALORES DO FGTS

DATA DE RECOLHIMENTO ATÉ 07/11/2021

DEPÓSITO FGTS	ENCARGOS FGTS	CONTRIB SOCIAL	ENCARGOS CONTRIB SOCIAL	TOTAL RECOLHER
7.276,84	0,00	0,00	0,00	7.276,84

RESUMO DAS INFORMAÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL CONSTANTES NO ARQUIVO SEFIP
EMPRESA

EMPRESA: THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO N° DE CONTROLE: C8qTbmjUQ0c0000-5 N° ARQUIVO: CtrXjteYb030000-0
COMP: 10/2021 COD REC: 115 COD GPS: 2119 FPAS: 515 OUTRAS ENT: 0115 SIMPLES: 1 RAT: 2,0 INSCRIÇÃO: 10.757.593/0001-99
TOMADOR/OBRA: FAP: 0,50 RAT AJUSTADO: 1,00 INSCRIÇÃO:

LOGRADOURO: AVENIDA DAS CASTANHEIRAS SALA 112 LOTE 920 BLOCO B BAIRRO: AGUAS CLARAS CNAE PREPONDERANTE 6209100
CIDADE: BRASILIA UF: DF CEP: 71900-100 TELEFONE: 0061 3546 5412 CNAE: 6209100

VALOR DEV PREV SOC CALCULADO SEFIP: 5.397,32 CONTRIB SEGURADOS - DEVIDA: 8.340,50
SALÁRIO FAMÍLIA: 0,00 RECEITA EVENTO DESP/PATROCÍNIO: 0,00
SALÁRIO MATERNIDADE: 0,00 PERC DE ISENÇÃO DE FILANTROPIA: 0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - SEM ADICIONAL: 0,00 13° SALÁRIO MATERNIDADE: 0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 15 ANOS: 0,00 COM PRODUÇÃO PJ: 0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 20 ANOS: 0,00 COM PRODUÇÃO PF: 0,00
VALORES PAGOS COOP TRABALHO - ADIC. 25 ANOS: 0,00 VALOR DAS FATURAS EMITIDAS PARA O TOMADOR: 0,00

COMPENSAÇÃO
PERÍODO INICIAL: 09/2021 PERÍODO FINAL: 09/2021 VALOR SOLICITADO: 29.035,42
VALOR ABATIDO: 27.882,52 VALOR A COMPENSAR: 1.152,90 VALOR EXCEDENTE AO LIMITE DOS 30%: 19.517,77

RETENÇÃO (LEI 9.711/98)
VALOR INFORMADO: 0,00 VALOR ABATIDO PELO SEFIP: 0,00 VALOR A COMPENSAR/RESTITUIR: 0,00

BASE DE CÁLCULO APOSENTADORIA ESPECIAL/OCORRÊNCIA
15 ANOS: 0,00 20 ANOS: 0,00 25 ANOS: 0,00
QUANTIDADE: 0 QUANTIDADE: 0 QUANTIDADE: 0

QUANTIDADE DE MOVIMENTAÇÕES / CÓDIGOS

H :	0	I1:	0	I2:	0	I3:	1	I4:	0	I5:	0	J :	0	K :	0	L :	0	M :	0
N1:	0	N2:	0	N3:	0	O1:	0	O2:	0	O3:	0	P1:	0	P2:	0	P3:	0	Q1:	0
Q2:	0	Q3:	0	Q4:	0	Q5:	0	Q6:	0	Q7:	0	R :	0	R1:	0	S2:	0	S3:	0
T1:	0	T2:	0	U1:	0	U2:	0	U3:	0	V3:	0	W :	0	X :	0	X1:	0	Y :	0
Z1:	0	Z2:	0	Z3:	0	Z4:	0	Z5:	0	Z6:	0	Z6:	0						

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL - CONTRIBUIÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

Contribuinte: THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA

CNPJ: 10.757.593/0001-99

SCP:

Tipo: Original

Identificação do arquivo: A4B4BD26B49D49811ACB39DF0A73FB3B2AC1AA42

Período de apuração: 01/08/2021 a 31/08/2021

APURAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAS	PIS/PASEP	COFINS
-----------------------------------	-----------	--------

REGIME DE APURAÇÃO NÃO-CUMULATIVO

Valor Total do crédito disponível relativo ao período	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total dos créditos descontados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 0,00	R\$ 0,00
= Valor da contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Saldo de créditos relativo ao período a utilizar em períodos futuros	R\$ 0,00	R\$ 0,00

REGIME DE APURAÇÃO CUMULATIVO

Valor Total da Contribuição Apurada	R\$ 296,00	R\$ 1.347,09
(-) Valor total de retenções e outras deduções	R\$ 296,00	R\$ 1.347,09
= Valor da Contribuição Social a Recolher	R\$ 0,00	R\$ 0,00

APURAÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIARIA SOBRE RECEITAS

Valor Total da Contribuição Apurada sobre Receitas	R\$ 1.750,64
(+) Valor total dos ajustes de acréscimo	R\$ 0,00
(-) Valor total dos ajustes de redução	R\$ 0,00
Valor da Contribuição Previdenciária a Recolher	R\$ 1.750,64

O presente recibo de entrega contém a transcrição da identificação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições incidentes sobre a Receita (EFD-Contribuições) enviada ao Sistema Público de Escrituração Digital, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.252, de 1º de março de 2012.

Esta escrituração foi assinada com o certificado digital de NI:

CPF: 727.657.631-00

Número do Recibo:

A4.B4.BD.26.B4.9D.49.81.1A.CB.39.DF.0A
.73.FB.3B.2A.C1.AA.42-4

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 14/10/2021 às 12:15:17

Assinatura da transmissão gerada pelo ReceitaNet:

8E.6F.6A.1A.74.5C.99.8F C8.67.42.FC.E1.BA.DC.85

Resultados da Consulta do Estabelecimento

Filtrar Consulta do FAP

*Ano de Vigência: 2021 ▼

Selecione um Estabelecimento: 10.757.593/0001-99 ▼

ou complete o CNPJ Raiz 10.757.593/

Filtrar Processamentos do FAP - FAP Original

Alternar visualização da consulta para : FAP Original - Data Cálculo: 30/09/2020 - Valor do Fap: 0,5000 ▼

Dados do estabelecimento

Nome Empresarial: THS TECNOLOGIA INFORMACAO E COMUNICACAO LTDA

CNPJ Completo: 10.757.593/0001-99

Endereço: Av Das Castanheiras Sl 112 Lote 920 Bloco B Edif Onix Center - Norte Aguas Claras - Brasília - Df

CEP: 71900-100

Início da Atividade: 03/04/2009

Data da última atualização na RFB na extração: 03/04/2009

Informações relativas às extrações

Ano de Vigência: 2021

Período-base utilizado para o cálculo: de 01/01/2018 a 31/12/2019

Data de extração dos dados da arrecadação:

Origem: Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP: 22/07/2020
Origem: eSocial - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas: 25/06/2020

Data de extração dos dados de benefícios: 01/04/2020

Origem: Sistema Único de Benefícios-SUB

Data de extração da expectativa de vida: 11/03/2020

Ano de Referência: 2018

Fonte: IBGE

Valor do FAP Original

FAP Original : 0,5000

Data do Cálculo : 30/09/2020

Histórico de processamento do FAP

FAP Original: 0,5000

Data do Cálculo: 30/09/2020

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS
D C T F MENSAL - 3.5

CNPJ: 86.703.337/0001-80

Mês/Ano: MAI 2021

Nome Empresarial: INTEROP INFORMATICA LTDA

Declaração Retificadora: NÃO

Situação Especial: NÃO

Data do Evento:

TOTALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES APURADOS NO MÊS - R\$

	Débitos Apurados	Saldo a Pagar	Saldo a Pagar em Quotas
IRPJ	0,00	0,00	0,00
IRRF	42.604,24	0,00	
IPI	0,00	0,00	
IOF	0,00	0,00	
CSLL	0,00	0,00	0,00
PIS/PASEP	8.188,53	0,00	
COFINS	37.793,21	0,00	
CPMF	0,00	0,00	
CIDE	0,00	0,00	
RET/PAGAMENTO UNIFICADO DE TRIBUTOS	0,00	0,00	
CSRF	8.029,12	0,00	
COSIRF	0,00	0,00	
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS	0,00	0,00	

TOTALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES APURADOS NO TRIMESTRE ANTERIOR - R\$

	Débitos Apurados	Saldo a Pagar
IRPJ	0,00	0,00
CSLL	0,00	0,00

O presente Recibo de Entrega da DCTF contém a transcrição da Ficha Resumo da declaração, que constitui confissão de dívida, de forma irretroatável, dos impostos e contribuições declarados. Fica o declarante ciente de que os tributos declarados na DCTF e não pagos serão inscritos em Dívida Ativa da União (DAU), para fins de cobrança judicial, conforme o disposto no parágrafo 2º do artigo 5º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1984, combinado com a Portaria MF nº 118, de 28 de junho de 1984. Ademais, será encaminhada ao Ministério Público Federal Representação Fiscal para Fins Penais nos casos em que, em tese, tenha ocorrido crime contra a ordem tributária ou contra a previdência social, como por deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos, conforme dispositivos da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e do Código Penal.

Sobre os tributos não pagos ou não recolhidos nos prazos legais incidirão multa, moratória ou de ofício, conforme o caso, e juros de mora nos termos dos artigos 44 e 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e do artigo 18 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003. No caso de falta de apresentação ou de apresentação da declaração com incorreções ou omissões, o contribuinte ficará sujeito às multas previstas no artigo 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002.

Não produzirá efeito a solicitação de retificação de informações prestadas na DCTF que tiver por objeto: reduzir débitos relativos a impostos e contribuições cujos valores já tenham sido enviados para inscrição em DAU, sejam eles saldos a pagar ou valores apurados em procedimento de auditoria interna; e alterar débitos de tributos em relação aos quais o sujeito passivo tenha sido intimado do início de procedimento fiscal.

DADOS DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Nome: SOCRATES SLOGO

CPF: 512.537.040-15

Telefone: ()

Ramal:

FAX: ()

Correio Eletrônico:

Essa declaração foi assinada com o certificado digital do NI 469.169.700-49

Atenção! Para retificar esta declaração será exigido este número de recibo:
00.95.84.84.52-04

Versão: 1.00

Declaração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 02/07/2021 às 10:00:24

3398768350

00.95.84.84.52



SINDADOS-BA

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS EM EMPRESA E ÓRGÃOS
PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA,
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA



SINDICATO DAS EMPRESAS
DE DADOS E SIMILARES

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO PARTICULARES CCT 2021- 2023

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO QUE ENTRE SI CELEBRAM O SINDICATOS DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 16.475.055.0001-98, COM SEDE À RUA BELA VISTA DO CABRAL, 378, NAZARÉ, SALVADOR-BA, CEP 40.055-000, CÓDIGO SINDICAL 914.000.436.02919-6, E O SINDICATO DAS EMPRESAS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS E SIMILARES DO ESTADO DA BAHIA – SINEPD, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 32.697.468/0001-73, COM SEDE A RUA CONSELHEIRO DANTAS, 57, EDIFÍCIO PARAGUAÇU SALA 407, 408 E 409, COMERCIO, SALVADOR, BA, CEP 40015-070, BRASIL, CÓDIGO SINDICAL 000.000.289.90172-3

THICIANE
COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma
digital por THICIANE
COSTA REBOUCAS
Dados: 2021.10.06
08:53:49 -03'00'

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2021 a 30 de abril de 2023 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores com vínculo empregatício com as empresas atuantes no setor de informática e tecnologia da informação e comunicação do estado da Bahia, as atividades de comércio e prestação de serviços técnicos de informática, de processamento de dados; desenvolvimento, integração, comercialização, distribuição, agenciamento, licenciamento e manutenção de produtos e serviços em informática (hardware e software); fornecimento e disponibilização de infraestrutura (física e lógica) e locação de mão-de-obra em informática e/ou tecnologia da informação; provimento de acesso, serviços e suporte técnico à internet; consultoria, educação, treinamento, pesquisa, avaliação de projetos e serviços relacionados a informática e/ou tecnologia da informação;**, com abrangência territorial em Abaíra/BA, Abaré/BA, Acajutiba/BA, Adustina/BA, Água Fria/BA, Aiquara/BA, Alagoinhas/BA, Alcobaça/BA, Almadina/BA, Amargosa/BA, Amélia Rodrigues/BA, América Dourada/BA, Anagé/BA, Andaraí/BA, Andorinha/BA, Angical/BA, Anguera/BA, Antas/BA, Antônio Cardoso/BA, Antônio Gonçalves/BA, Aporá/BA, Apuarema/BA, Araças/BA, Aracatu/BA, Araci/BA, Aramari/BA, Arataca/BA, Aratuípe/BA, Aurelino Leal/BA, Baianópolis/BA, Baixa Grande/BA, Banzaê/BA, Barra da Estiva/BA, Barra do Choça/BA, Barra do Mendes/BA, Barra do Rocha/BA, Barra/BA, Barreiras/BA, Barro Alto/BA, Barro Preto/BA, Barrocas/BA, Belmonte/BA, Belo Campo/BA, Biritinga/BA, Boa Nova/BA, Boa Vista do Tupim/BA, Bom Jesus da Lapa/BA, Bom Jesus da Serra/BA, Boninal/BA, Bonito/BA, Boquira/BA, Botuporã/BA, Brejões/BA, Brejolândia/BA, Brotas de Macaúbas/BA, Brumado/BA, Buerarema/BA, Buritirama/BA, Caatiba/BA, Cabaceiras do Paraguaçu/BA, Cachoeira/BA, Caculé/BA, Caém/BA, Caetanos/BA, Caetité/BA, Cafarnaum/BA, Cairu/BA, Caldeirão Grande/BA, Camacan/BA, Camaçari/BA, Camamu/BA, Campo Alegre de Lourdes/BA, Campo Formoso/BA, Canápolis/BA, Canarana/BA, Canavieiras/BA, Candeal/BA, Candeias/BA, Candiba/BA, Cândido Sales/BA, Cansanção/BA, Canudos/BA, Capela do Alto Alegre/BA, Capim Grosso/BA, Caraibas/BA, Caravelas/BA, Cardeal da Silva/BA, Carinhanha/BA, Casa Nova/BA, Castro Alves/BA, Catolândia/BA, Catu/BA, Caturama/BA, Central/BA, Chorrochó/BA, Cícero Dantas/BA, Cipó/BA, Coaraci/BA, Cocos/BA, Conceição da Feira/BA, Conceição do Almeida/BA, Conceição do Coité/BA, Conceição do Jacuípe/BA, Conde/BA, Condeúba/BA, Contendas do Sincorá/BA, Coração de Maria/BA, Cordeiros/BA, Coribe/BA, Coronel João Sá/BA, Correntina/BA, Cotegipe/BA, Cravolândia/BA, Crisópolis/BA, Cristópolis/BA, Cruz das Almas/BA, Curaçá/BA, Dário Meira/BA, Dias D'ávila/BA, Dom Basílio/BA, Dom Macedo Costa/BA, Elísio Medrado/BA, Encruzilhada/BA, Entre Rios/BA, Érico Cardoso/BA, Esplanada/BA, Euclides da Cunha/BA, Eunápolis/BA, Fátima/BA, Feira da Mata/BA, Feira de Santana/BA, Filadélfia/BA, Firmino Alves/BA, Floresta Azul/BA, Formosa do Rio Preto/BA, Gandu/BA, Gavião/BA, Gentio do Ouro/BA, Glória/BA, Gongogi/BA, Governador Mangabeira/BA, Guajeru/BA, Guanambi/BA, Guaratinga/BA, Heliópolis/BA, Iaçua/BA, Ibiassucê/BA, Ibicaraí/BA, Ibicoara/BA, Ibicuí/BA, Ibipeba/BA, Ibipitanga/BA, Ibiquera/BA, Ibirapitanga/BA, Ibirapuã/BA, Ibirataia/BA, Ibitiara/BA, Ibititá/BA, Ibotirama/BA, Ichu/BA, Igaporã/BA, Igrapiúna/BA, Iguaí/BA, Ilhéus/BA, Inhambuê/BA, Ipecaetá/BA, Ipiaú/BA, Ipirá/BA, Ipupiara/BA, Irajuba/BA, Iramaia/BA, Iraquara/BA, Irará/BA, Irecê/BA, Itabela/BA, Itaberaba/BA, Itabuna/BA, Itacaré/BA, Itaeté/BA, Itagi/BA, Itagibá/BA, Itagimirim/BA, Itaguaçu da Bahia/BA, Itaju do Colônia/BA, Itajuípe/BA, Itamaraju/BA, Itamari/BA, Itambé/BA, Itanagra/BA, Itanhém/BA, Itaparica/BA, Itapé/BA, Itapebi/BA, Itapetinga/BA, Itapicuru/BA, Itapitanga/BA, Itaquara/BA, Itarantim/BA, Itatim/BA, Itiruçu/BA, Itiúba/BA, Itororó/BA, Ituaçu/BA, Ituberá/BA, Iuiú/BA, Jaborandi/BA, Jacaraci/BA, Jacobina/BA, Jaguaquara/BA, Jaguarari/BA, Jaguaripe/BA, Jandaíra/BA, Jequié/BA, Jeremoabo/BA, Jiquiriçá/BA, Jitaúna/BA, João Dourado/BA, Juazeiro/BA, Jucuruçu/BA, Jussara/BA, Jussari/BA, Jussiape/BA, Lafaiete Coutinho/BA, Lagoa Real/BA, Laje/BA, Lajedão/BA, Lajedinho/BA, Lajedo do Tabocal/BA, Lamarão/BA, Lapão/BA, Lauro de Freitas/BA, Lençóis/BA, Licínio de Almeida/BA, Livramento de Nossa Senhora/BA, Luís

THICIANE COSTA
REBOUCAS

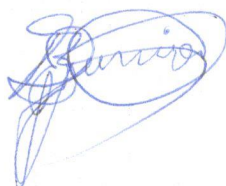
Assinado de forma digital por
THICIANE COSTA REBOUCAS
Dados: 2021.10.06 08:54:28
-03'00'

Eduardo Magalhães/BA, Macajuba/BA, Macarani/BA, Macaúbas/BA, Macururé/BA, Madre de Deus/BA, Maetinga/BA, Maiquinique/BA, Mairi/BA, Malhada de Pedras/BA, Malhada/BA, Manoel Vitorino/BA, Mansidão/BA, Maracás/BA, Maragogipe/BA, Maraú/BA, Marcionílio Souza/BA, Mascote/BA, Mata de São João/BA, Matina/BA, Medeiros Neto/BA, Miguel Calmon/BA, Milagres/BA, Mirangaba/BA, Mirante/BA, Monte Santo/BA, Morpará/BA, Morro do Chapéu/BA, Mortugaba/BA, Mucugê/BA, Mucuri/BA, Mulungu do Morro/BA, Mundo Novo/BA, Muniz Ferreira/BA, Muquém de São Francisco/BA, Muritiba/BA, Mutuípe/BA, Nazaré/BA, Nilo Peçanha/BA, Nordestina/BA, Nova Canaã/BA, Nova Fátima/BA, Nova Ibiá/BA, Nova Itarana/BA, Nova Redenção/BA, Nova Soure/BA, Nova Viçosa/BA, Novo Horizonte/BA, Novo Triunfo/BA, Olindina/BA, Oliveira dos Brejinhos/BA, Ouriçangas/BA, Orolândia/BA, Palmas de Monte Alto/BA, Palmeiras/BA, Paramirim/BA, Paratinga/BA, Paripiranga/BA, Pau Brasil/BA, Paulo Afonso/BA, Pé de Serra/BA, Pedrão/BA, Pedro Alexandre/BA, Piatã/BA, Pilão Arcado/BA, Pindaí/BA, Pindobaçu/BA, Pintadas/BA, Piraí do Norte/BA, Piripá/BA, Piritiba/BA, Planaltino/BA, Planalto/BA, Poções/BA, Pojuca/BA, Ponto Novo/BA, Porto Seguro/BA, Potiraguá/BA, Prado/BA, Presidente Dutra/BA, Presidente Jânio Quadros/BA, Presidente Tancredo Neves/BA, Queimadas/BA, Quijingue/BA, Quixabeira/BA, Rafael Jambeiro/BA, Remanso/BA, Retirolândia/BA, Riachão das Neves/BA, Riachão do Jacuípe/BA, Riacho de Santana/BA, Ribeira do Amparo/BA, Ribeira do Pombal/BA, Ribeirão do Largo/BA, Rio de Contas/BA, Rio do Antônio/BA, Rio do Pires/BA, Rio Real/BA, Rodelas/BA, Ruy Barbosa/BA, Salinas da Margarida/BA, Salvador/BA, Santa Bárbara/BA, Santa Brígida/BA, Santa Cruz Cabralia/BA, Santa Cruz da Vitória/BA, Santa Inês/BA, Santa Luzia/BA, Santa Maria da Vitória/BA, Santa Rita de Cássia/BA, Santa Teresinha/BA, Santaluz/BA, Santana/BA, Santanópolis/BA, Santo Amaro/BA, Santo Antônio de Jesus/BA, Santo Estêvão/BA, São Desidério/BA, São Domingos/BA, São Felipe/BA, São Félix do Coribe/BA, São Félix/BA, São Francisco do Conde/BA, São Gabriel/BA, São Gonçalo dos Campos/BA, São José da Vitória/BA, São José do Jacuípe/BA, São Miguel das Matas/BA, São Sebastião do Passé/BA, Sapeaçu/BA, Sátiro Dias/BA, Saubara/BA, Saúde/BA, Seabra/BA, Sebastião Laranjeiras/BA, Senhor do Bonfim/BA, Sento Sé/BA, Serra do Ramalho/BA, Serra Dourada/BA, Serra Preta/BA, Serrinha/BA, Serrolândia/BA, Simões Filho/BA, Sítio do Mato/BA, Sítio do Quinto/BA, Sobradinho/BA, Souto Soares/BA, Tabocas do Brejo Velho/BA, Tanhaçu/BA, Tanque Novo/BA, Tanquinho/BA, Taperoá/BA, Tapiramutá/BA, Teixeira de Freitas/BA, Teodoro Sampaio/BA, Teofilândia/BA, Teolândia/BA, Terra Nova/BA, Tremedal/BA, Tucano/BA, Uauá/BA, Ubaíra/BA, Ubaitaba/BA, Ubatã/BA, Uibaí/BA, Umburanas/BA, Una/BA, Urandi/BA, Uruçuca/BA, Utinga/BA, Valença/BA, Valente/BA, Várzea da Roça/BA, Várzea do Poço/BA, Várzea Nova/BA, Varzedo/BA, Vera Cruz/BA, Vereda/BA, Vitória da Conquista/BA, Wagner/BA, Wanderley/BA, Wenceslau Guimarães/BA e Xique-xique/BA.

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Fica assegurado aos trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva de trabalho, o piso mínimo inicial normativo, que obedecerá aos seguintes critérios:

- a) Aos trabalhadores com jornada de trabalho de 36(horas) semanais, fica fixado o piso mínimo de R\$ 1.170,76 (Um mil, cento e setenta reais e setenta e seis centavos).
- b) Aos trabalhadores com jornada de trabalho de 44(horas) semanais, fica fixado o piso mínimo de R\$: 1.170,76 (Um mil, cento e setenta reais e setenta e seis centavos).
- c) Aplicável aos trabalhadores das funções não correlatas a categoria de TIC fixado o piso mínimo de R\$: 1.170,76 (Um mil, cento e setenta reais e setenta e seis centavos).
- d) A possibilidade de um novo reajuste para o piso da categoria será discutido em JANEIRO/2022 entre o SINDADOS-BA e o SINEPD.



THICIANE
COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma digital
por THICIANE COSTA
REBOUCAS
Dados: 2021.10.06
08:54:46 -03'00'



CLÁUSULA QUARTA - EMPREGADOS TERCEIRIZADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS

Referendando o Termo Aditivo ao TAC – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta no 063/2004, assegura-se aos empregados que prestam serviços em estabelecimentos bancários e que desenvolvem suas atividades profissionais relacionadas com o recebimento e pagamento de numerários, denominado nessa convenção, na CLÁUSULA PISO SALARIAL, como Auxiliar de Caixa Rápido, a partir de 01 de julho de 2009, os seguintes direitos específicos, sem prejuízo dos demais fixados neste instrumento:

- a) Carga horária de trabalho de 36 (trinta e seis) horas semanais;
- b) Piso salarial de R\$: 1.639,07 (Um mil seiscentos e trinta e nove reais e sete centavos).

CLÁUSULA QUINTA – REAJUSTE SALARIAL

Será concedido para todos os trabalhadores da categoria, em 01/05/2021, um reajuste salarial de 2,34% (dois vírgula trinta e quatro por cento) correspondente ao INPC do período (JANEIRO/2021 à ABRIL/2021). Este reajuste é retroativo a data base da categoria.

Parágrafo Primeiro: O pagamento do reajuste será proporcional para os empregados admitidos entre 1º de janeiro de 2021 e 30 de abril de 2021.

Parágrafo Segundo: O pagamento retroativo dos reajustes concedidos ocorrerá no mês subsequente à assinatura do presente Termo Aditivo.

Parágrafo Terceiro: O pagamento dos reajustes concedidos deve ocorrer de forma retroativa a data base da categoria 01/05/2021 e poderá ser parcelado em até 2 parcelas.

CLÁUSULA SEXTA - IRREGULARIDADE NO PAGAMENTO

Os acertos de irregularidades, para mais ou para menos, no pagamento aos empregados serão efetivados somente num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data de pagamento do salário.

CLÁUSULA SETIMA - PAGAMENTO SALARIAL

O pagamento salarial será realizado até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da competência.

CLÁUSULA OITAVA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

Os empregadores fornecerão contracheques de pagamento do salário, até o quinto dia útil do mês subsequente ao do pagamento, com discriminação das verbas e importâncias pagas, assim como dos descontos efetuados, constando também o valor referente ao FGTS, Previdência Social e Filiação Sindical quando for o caso.

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL NOTURNO

As empresas pagarão sobre as horas trabalhadas entre 22h e 06h, 20% (vinte por cento) de adicional noturno.



THICIANE COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma digital
por THICIANE COSTA
REBOUCAS
Dados: 2021.10.06 08:55:04
-03'00'



CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E PERICULOSIDADE

Ao empregado que trabalhar em condições insalubres, perigosas ou perigosas, será assegurado um adicional sobre o salário, conforme determinado pelo laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SUBSTITUIÇÃO FUNCIONAL

É garantido ao empregado admitido para a função de outro dispensado, igual salário ao do empregado de menor salário da função, sem considerar vantagens pessoais.

Parágrafo Único: Em caso de substituição eventual por período superior a 30 (trinta) dias, o substituto receberá a partir do primeiro dia, e somente enquanto perdurar a substituição, complemento salarial até o montante do salário do substituído.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

Os empregadores fornecerão aos seus empregados com jornada de 08 (oito) horas diárias, um vale-refeição / alimentação no valor de **R\$ 31,00 (trinta e um reais)**, para cada dia de trabalho efetivo, e para os seus empregados com jornada de 06 (seis) horas diárias, um vale-refeição / alimentação no valor de **R\$ 20 (vinte reais)**, também para cada dia de trabalho efetivo.

Parágrafo Primeiro: O empregado que prorrogar sua jornada por pelo menos meio período a mais que a prevista (08 horas), fará jus a 01 (um) vale-refeição/alimentação adicional equivalente ao valor facial.

Parágrafo Segundo: O empregado com jornada de 06 (seis) horas que prorrogar sua jornada por pelo menos 01h35min hora (uma hora e trinta e cinco minutos) fará jus a 01 (um) vale-refeição/alimentação adicional, cuja importância deve complementar o valor de R\$: **20,00 (vinte reais)** do *caput* desta cláusula, de forma que juntos somem o valor total de **R\$ 31,00 (trinta reais)**;

Parágrafo Terceiro: O empregado com salário acima do piso, contribuirá com o valor correspondente a 10%(dez por cento) do auxílio, e o empregado que recebe o piso da categoria, contribuirá com o valor de R\$ 1,00 (um real) mediante desconto em folha. Conforme legislação em vigor, não tendo o benefício em destaque natureza salarial para qualquer efeito.

Parágrafo Quarto: Em caso de falta, licença médica e/ou folgas, o desconto do benefício auxílio alimentação, não incidirá sobre o salário, mas sim sobre o valor do próprio benefício, no mês subsequente, de forma não cumulativa, não podendo ser descontado em outro mês que não o seguinte ao da falta em questão.

Parágrafo Quinto: O exposto no parágrafo terceiro e quarto aplicar-se-á, também ao benefício do Vale Transporte para os empregados que recebem o piso.

Parágrafo Sexto: O pagamento dos reajustes concedidos deve ocorrer de forma retroativa a data base da categoria 01/05/2021 e poderá ser parcelado em até 2 parcelas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SALÁRIO EDUCAÇÃO

Os empregadores poderão pagar, de acordo com a legislação vigente, os valores relativos ao salário-educação dos empregados que se habilitarem no programa.

THICIANE COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma digital por
THICIANE COSTA REBOUCAS
Dados: 2021.10.06 08:55:22
-03'00'

Parágrafo Único: Os empregadores se comprometem a buscar junto ao FNDE convênio para viabilizar o benefício do salário-educação para seus funcionários que se habilitarem no programa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA MÉDICA

As empresas concederão a todos os seus empregados, plano de saúde.

Parágrafo Primeiro: Ficam estabelecidos os percentuais abaixo determinados para fins de contribuição das empresas do valor devido para cada beneficiário do convênio da assistência médica hospitalar,

FAIXA SALARIAL	PARTICIPAÇÃO DO PATRONAL	PARTICIPAÇÃO DO EMPREGADO
Piso Salarial	85%	15%
Acima do piso salarial	70%	30%

Parágrafo Segundo: Será facultada a inclusão dos dependentes legais dos empregados que concordem em ressarcir integralmente à empresa os custos com os seus dependentes.

Parágrafo Terceiro: Deverão ser mantidas as condições mais vantajosas já praticadas.

Parágrafo Quarto: Os planos de saúde contratados pelas empresas deverão ter valor mínimo de mercado correspondente a R\$ 200,00 (duzentos reais).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO DOENÇA PREVIDENCIÁRIO E AUXÍLIO DOENÇA ACIDENTÁRIO

Na hipótese de o trabalhador se tornar beneficiário de licença previdenciária decorrente de auxílio-doença ou auxílio-doença acidentário, a empresa poderá conceder empréstimo, no valor de até 01 (um) salário integral descontado os encargos e impostos pertinentes, relativos aos 30 (trinta) dias seguintes ao 16º (décimo sexto) dia da licença, podendo ser prorrogado a critério único e exclusivo da empresa.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de o trabalhador se tornar beneficiário de licença previdenciária decorrente de auxílio-doença ou auxílio-doença acidentário, a empresa poderá arcar com o pagamento do plano de saúde, relativos aos 30 (trinta) dias seguintes ao 16º (décimo sexto) dia da licença, podendo ser prorrogado a critério único e exclusivo da empresa.

Parágrafo Segundo: Caberá ao empregado restituir os valores concedidos, nas hipóteses do *caput* e do Parágrafo Primeiro, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o início do recebimento do benefício previdenciário, sob pena de desconto integral no próximo salário do empregado e suspensão da continuidade das antecipações pela empresa.

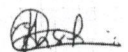
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL

Em caso de morte do empregado, será pago pelo empregador aos sucessores legais daquele, valor correspondente a 02 (dois) salários mínimos para despesas com o funeral, desde que o empregado não tenha convênio mais favorável. As despesas com o funeral deverão ser comprovadas pelos parentes do falecido com a entrega dos respectivos documentos fiscais, sob pena de desconto do valor das verbas rescisório.



THICIANE
COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma digital
por THICIANE COSTA
REBOUCAS
Dados: 2021.10.06
08:55:41 -03'00'



CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - REDUÇÃO DE JORNADA/DISPENSA

Caberá ao empregado dispensado optar pela redução de 02 (duas) horas diárias de trabalho ou pelos últimos 07 (sete) dias do mês correspondente ao aviso prévio.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PARTICIPAÇÃO DOS LUCROS

As empresas poderão fixar, em caráter voluntário e não obrigatório, os critérios relativos a participação nos lucros e resultados, a ser distribuída aos seus empregados, de forma a cumprir o disposto no artigo 7º XI, da Constituição Federal e disposto na lei nº 10.101, de 30/11/2000, a ser instituído por comissão formada pelos próprios empregados e empresários, com a participação de representantes do sindicato laboral, que deverá, obrigatoriamente, ser convidado a integrar a mesma, sobre pena de nulidade de todo o processo, formalizado por meio de Acordo Coletivo de Trabalho no qual deverá constar regras claras e objetivas quando a fixação dos direitos substantivos de antecipação e regras adjetivas, inclusive mecanismo de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordo, periodicidade de distribuição, período de vigência e prazo para revisão do acordo, bem assim tem mais critérios e condições, tais como programas de metas resultados e prazos pactuados previamente, na forma da legislação pertinente

Parágrafo primeiro: A empresa descontará o percentual de 3% (três por cento) sobre o montante total individual do valor da participação nos resultados de que trata este Acordo, limitado a R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais), de cada empregado não associado ao SINDADOS-BA, em favor do mesmo, a título de Contribuição Negocial.

Parágrafo segundo: Os valores descontados serão repassados ao SINDADOS-BA em até 10 (dez) dias a contar da efetivação do desconto, sob pena de atualização monetária, com base nos critérios de correção dos débitos trabalhistas, a partir do 1º dia de atraso e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do trigésimo dia de atraso.

Parágrafo terceiro: O repasse dos valores descontados deverá ser feito mediante boleto bancário emitido pelo SINDADOS-BA.

Parágrafo quarto – A empresa deverá encaminhar para o SINDADOS-BA, os seguintes dados: nome do colaborador, cargo, valor da participação e valor descontado.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ESTAGIÁRIO

As Empresas que contratarem estagiários estão obrigadas a respeitar a legislação específica.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - FUSÃO / INCORPORAÇÃO DE EMPRESAS

No caso de fusão, incorporação ou sucessão de empresa, os empregados serão contemplados com as condições mais benéficas, inclusive o princípio da isonomia salarial, não havendo redução de salário pela empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - LICITAÇÃO

As empresas participantes de licitações são obrigadas a cumprir esta Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE

Fica assegurada estabilidade provisória, exceto na hipótese de dispensa por JUSTA CAUSA e na que se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro, aos empregados que se enquadrem nas condições a seguir:



THICIANE
COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma
digital por THICIANE
COSTA REBOUCAS
Dados: 2021.10.06
08:55:59 -03'00'



a) Aos membros titulares e suplentes da Comissão Sindical de Trabalhadores eleitos na forma da CLÁUSULA - COMISSÃO SINDICAL, desde o registro para concorrer às eleições respectivas e até o final dos pós mandato;

b) No caso de empresas submetidas a processos licitatórios, fica garantido que o SINDADOS, o SINEPD, a contratante e a empresa vencedora da licitação, encontrarão soluções conjuntas para evitar a demissão imotivada do empregado eleito para a função de representação sindical referida na CLÁUSULA - COMISSÃO SINDICAL.

c) Pelos doze meses imediatamente anteriores à aquisição do direito à aposentadoria aos empregados que tiverem no mínimo cinco anos de vínculo empregatício com a empresa.

d) Nos casos da alínea "c", a estabilidade provisória será adquirida a partir do recebimento, pela empresa, da comunicação do empregado, por escrito, da proximidade da aposentadoria, desde que ainda vigente o vínculo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - JORNADA DE TRABALHO E INTERVALO INTRAJORNADA

Fica fixada a jornada de trabalho de 36 (trinta e seis) horas semanais, aplicável às funções de Operador Help Desk e Operador de Telemarketing e/ou Atividades de Tele-Suporte e/ou Tele-Serviços.

Parágrafo Primeiro: A jornada de trabalho de 36 (trinta e seis) horas semanais, aplicável às funções de Digitador, Conferente, Auxiliar de Processamento, Auxiliar de Caixa Rápido, Digitalização, Aplicável exclusivamente ao Analista 01, contrato Helpdesk – BA – CEF.

Parágrafo Segundo: Os demais trabalhadores praticarão a jornada de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, se outra não lhes for aplicada, em razão de determinação legal ou por concessão da empresa.

Parágrafo Terceiro: As empresas poderão estabelecer regime de 12X36 (doze por trinta e seis) horas, observados o previsto em lei.

Parágrafo Quarto: Os empregados em regime de 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou em regime de 12X36 (doze por trinta e seis), cumprirão a jornada designada pelo cliente (tomador dos serviços) quando esta for mais benéfica (menor) ao trabalhador, sem prejuízo de sua remuneração. Cessado o período de dedicação ao cliente, ou mesmo a alteração da jornada de trabalho designada pelo cliente, retornará o empregado ao cumprimento da jornada originalmente pactuada, de 44 (quarenta e quatro) horas semanais ou em regime de 12X36 (doze por trinta e seis), sem que isso represente acréscimo salarial.

Parágrafo Quinto: As empresas poderão adotar sistemas alternativos de controle de jornada de trabalho, o que implica na presunção de cumprimento integral pelo empregado da jornada de trabalho contratual, convencionada ou acordada vigente no estabelecimento.

Parágrafo Sexto: As empresas poderão estabelecer com seus empregados a redução do intervalo intrajornada para 30 (trinta) minutos, para as jornadas superiores a 06 (seis) horas diárias.

Parágrafo Sétimo: Deverá ser disponibilizada ao empregado, até o momento do pagamento da remuneração referente ao período em que está sendo aferida a frequência, a informação sobre qualquer ocorrência que ocasione alteração de sua remuneração em virtude da adoção do aludido sistema alternativo.

THICIANE
COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma
digital por THICIANE
COSTA REBOUCAS
Dados: 2021.10.06
08:56:22 -03'00'

8

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - TRANSPORTE NOTURNO

As empresas fornecerão transporte aos seus empregados, no horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia às 05 (cinco) horas do dia seguinte, em caso de não haver transporte público regular, não constituindo tal benefício prestação in natura, tampouco dará direito ao recebimento de horas *in itinere*.

Parágrafo Primeiro: As empresas, em comum acordo com a Comissão Sindical, nas hipóteses das empresas que tenham Comissão, indicarão aos seus empregados os pontos de apoio de onde o transporte fornecido pelas mesmas irá iniciar e findar o traslado.

Parágrafo Segundo: As empresas que já possuem programação de resgate dos trabalhadores em suas residências ficam desobrigadas em negociar com a Comissão Sindical.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BANCO DE HORAS

É facultado às empresas estabelecer regime de Banco de Horas com seus empregados, podendo compensar as horas extras, faltas, atrasos e horas normais, formado pelas Horas Positivas (horas extras) e Horas Negativas (faltas injustificadas) da jornada de trabalho determinada por esta Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e, de acordo com a necessidade de serviço da Empresa, disciplinado da seguinte forma:

Parágrafo Primeiro: As horas extraordinárias laboradas de segunda-feira a sábado serão remuneradas com o adicional de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor normal da hora; as horas extras trabalhadas aos domingos e feriados serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal.

Parágrafo Segundo: No caso de compensação de horas, pode ser reduzida a jornada de outro dia da semana ou concedida folga compensatória.

Parágrafo Terceiro: As empresas poderão fazer a compensação de horas no período de um ano da data em que foram trabalhadas.

Parágrafo Quarto: Na hipótese de dispensa sem justa causa ou pedido de demissão, se o empregado tiver horas positivas, a Empresa quitará junto com as demais verbas rescisórias o saldo credor de horas e se, ao contrário, tiver horas negativas, a Empresa também descontará o saldo devedor das verbas rescisórias, conforme autorizado pelo artigo 462 da CLT.

Parágrafo Quinto: O empregado que, por motivos injustificados, deixar de cumprir a jornada diária, terá o tempo não trabalhado debitado do seu Banco de Horas (Horas Negativas) e repostado posteriormente em horas trabalhadas a mais, até que o saldo devedor fique zerado. Entretanto, caso não seja possível a compensação no próprio mês, o saldo poderá ser transportado para o mês subsequente respeitando os limites estabelecidos no Parágrafo Terceiro. Horas trabalhadas a mais, por motivos de compensação de Horas Negativas, dispensa a empresa do fornecimento do auxílio-alimentação adicional.

Parágrafo Sexto: Além das horas de reposição, o empregado poderá trabalhar horas extras, desde que o serviço assim o exija. Tais horas, que dependerão de autorização prévia da Empresa, serão creditadas no Banco de Horas (Horas Positivas). A compensação das horas extras através de folga compensatória, no caso de horas positivas, dispensa a empresa do fornecimento do auxílio-alimentação adicional.



THICIANE COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma digital
por THICIANE COSTA
REBOUCAS
Dados: 2021.10.06 08:56:37
-03'00'



Parágrafo Sétimo: A Empresa acordará com seus empregados, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, as folgas a serem gozadas pela compensação diária ou ponte de feriado. O mesmo tratamento será dado quando a compensação for feita em regime de meio período ou período inferior.

Parágrafo Oitavo: Nos termos da Súmula 85, item IV, a prestação de horas extras habituais descaracteriza o acordo de compensação de jornada. Nesta hipótese, as horas que ultrapassarem a jornada semanal normal deverão ser pagas como horas extraordinárias e, quanto àquelas destinadas à compensação, deverá ser pago a mais apenas o adicional por trabalho extraordinário.

Parágrafo Nono: O banco de horas de que trata esta cláusula poderá ser pactuado por acordo individual escrito, com a participação da entidade sindical laboral, para que a compensação ocorra no período máximo de até 12 (doze meses). No caso de acordo individual escrito sem a participação do Sindicato, a compensação deve ocorrer no período máximo de 06 (seis meses), conforme previsão do § 5º do art. 59 da CLT.

Parágrafo Decimo: Esta cláusula terá sua eficácia até a próxima data base, sendo esta a ser debatida em conjunto com os demais pontos de pauta da campanha salarial 2022 – (aditivo a presente CCT).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - AUSÊNCIAS LEGAIS

Considerar-se-á como ausência legal e sem prejuízo do salário, a falta do empregado pelo prazo de um dia útil em caso de internação hospitalar de cônjuge/companheiro(a), ascendente ou descendente. Em caso de gravidade da situação, admite-se a negociação, visando à dilatação desse prazo.

Parágrafo Primeiro: Caso os parentes citados residam em localidade distante mais de 100 km (cem quilômetros) da cidade onde o empregado trabalhe, a licença de que trata o caput da cláusula será de 03 (três) dias, desde que comprovada previamente.

Parágrafo Segundo: Entende-se por ascendentes, os genitores; por descendentes, os filhos; cônjuge e companheiro (a), na conformidade da lei Civil.

Parágrafo Terceiro: Para que o empregado não sofra descontos no seu salário, deverá apresentar documento comprobatório da ausência justificada, até quarenta e oito horas após o retorno ao trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA - AUXÍLIO CRECHE

Durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica facultado às empresas que não disponham de creche própria ou convênios com creches autorizadas, reembolsar suas empregadas e empregados, a seu exclusivo critério, da seguinte forma:

- a) Até 30% (trinta por cento) do piso da categoria, para cada filho com até 24 (vinte e quatro) meses de idade;
- b) Até 20% (vinte por cento) do piso da categoria, para cada filho com idade de 24 (vinte e quatro) meses e um dia a 60 (sessenta) meses;

THICIANE
COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma
digital por THICIANE
COSTA REBOUCAS
Dados: 2021.10.06
08:57:00 -03'00'

c) Em ambos os casos, o ressarcimento somente ocorrerá mediante a comprovação das despesas fiscais e desde que os filhos sejam mantidos em creche ou instituição análoga de sua livre escolha, ou sob os cuidados de profissional regularmente inscrita como autônoma ou de empregado doméstico devidamente registrado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA MATERNIDADE E ADOÇÃO

Fica garantido à empregada gestante o direito a licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, mantendo-se a estabilidade gestacional, bem como o direito a um intervalo de meia hora por turno trabalhado, com o objetivo de amamentar o próprio filho até que este complete 06 (seis) meses de idade.

Parágrafo Único: A empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, mediante apresentação do termo judicial, terá assegurada licença, sem prejuízo do salário.

Parágrafo segundo: A empregada que no período de gestação, mesmo se a criança nascer morta (natimorto) ou, ainda, nascer e vier a falecer.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - HOMOLOGAÇÃO E DEMISSÃO

Fica facultado ao empregador homologar na sede do SINDADOS-BA, os seus termos de quitação de verbas rescisórias (TRCT). Caberá às empresas apresentar aos empregados pré-avisados, na própria carta de dispensa, informações sobre data, horário e local da homologação, caso em que, não comparecendo o empregado para a rescisão, o SINDADOS-BA e o SINEPD concederão declaração conjunta atestando a ocorrência.

A empresa associada ou filiada ao SINEPD realizará perante ao SINDADOS-BA e ao SINEPD o ato homologatório da rescisão do contrato de trabalho dos seus respectivos empregados observados as seguintes regras:

Parágrafo primeiro: A taxa administrativa para realização do ato de homologação do Termo de Rescisão Contratual Trabalhistas será cobrada por ambos os Sindicatos, e seus valores e procedimento de pagamento serão definidos por cada uma das entidades em regulamento próprio.

Parágrafo segundo: O agendamento do ato de homologação do termo de rescisão de contrato de trabalho será realizado pelo site do SINDADOS-BA por iniciativa da empresa, cabendo comprovar que comunicou ao SINEPD a data agenda, sob pena de não ser realizada a homologação, o que deverá ser feito da seguinte forma:

- a) Após confirmação de agendamento pelo SINDADOS, empresa deve comunicar ao SINEPD, por e-mail (colocar e-mail do SINPED), no prazo de até 03 (três) dias úteis anteriores à data agendada.
- b) O não cumprimento pela empresa dessa obrigação, impedirá a realização da homologação, devendo ser designada nova data para a homologação, cuja realização estará condicionada à empresa comprovar a comunicação da data da homologação ao SINEPD, no prazo assinalado na alínea anterior.

Parágrafo terceiro: Não comparecendo o empregado, quando da homologação, a empresa dará conhecimento do fato ao SINDADOS-BA, mediante comprovação do envio de carta, telegrama o e-mail de notificação do ato.

THICIANE
COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma
digital por THICIANE
COSTA REBOUCAS
Dados: 2021.10.06
08:57:35 -03'00'

Parágrafo quarto: Na hipótese do parágrafo anterior, o SINDADOS-BA e o SINEPD, conjuntamente, fornecerão a empresa uma declaração de que a mesma compareceu no dia e horário marcado para homologação e de que o trabalhador notificado não compareceu.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTROLE MÉDICO OCUPACIONAL

Os empregadores liberarão, no mês de aniversário do contrato de trabalho do empregado, 01 (um) dia de trabalho deste, para a realização de exames clínicos, oftalmológicos e/ou do aparelho musculoesquelético, obrigando-se aquele a comprovar a realização dos exames, sob pena de a sua ausência ser considerada falta justificada.

Parágrafo Primeiro: Os empregadores comunicarão a seus empregados sobre possíveis efeitos que causem danos à saúde provocados por qualquer mudança tecnológica, antes de sua implementação.

Parágrafo Segundo: Os empregadores emitirão, para os empregados acometidos de doença ocupacional ou do trabalho, a "Comunicação de Acidente de Trabalho" (CAT) e o devido encaminhamento ao posto da Previdência Social.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA- ERGONOMIA

Ficam as empresas recomendadas a efetuar a implantação imediata da Norma Regulamentadora 17 (NR 17), expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, republicada em 23 de novembro de 1990.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - INTERVALO

A cada 50 (cinquenta) minutos de serviços contínuos prestados, na função de digitador, o empregado fará jus a 10 (dez) minutos de descanso, além de 15 (quinze) minutos para lanche, em única oportunidade, que não integrarão, para todos os efeitos, a jornada normal de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – ACESSO, COMUNICAÇÃO AOS DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas permitirão o acesso de até 03 (três) dirigentes sindicais em suas dependências, acompanhados de preposto da empresa e de forma a não afetar o processo produtivo, desde que solicitado com antecedência mínima de dois dias úteis e informando o motivo da visita.

Parágrafo Primeiro: Em caso de comprovada a urgência, o prazo poderá ser reduzido, de comum acordo.

Parágrafo Segundo: As empresas permitirão a colocação de urnas itinerantes em suas dependências, quando da realização das eleições Sindicais, com acompanhamento de três membros da Comissão Eleitoral, devidamente credenciada pelo SINDADOS.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - COMISSÃO SINDICAL

As empresas que possuírem um mínimo de 100 (cem) empregados admitirão a eleição de Comissão Sindical dos Trabalhadores com mandato de 02 (dois) anos, com três membros.

Parágrafo Primeiro: A Comissão Sindical dos Trabalhadores terá como objetivo representar os trabalhadores no local de trabalho, participar das negociações salariais (SINEPD e o SINDADOS-BA) e demais atividades sindicais.

Parágrafo Terceiro: A Comissão Sindical dos Trabalhadores eleitas até o fechamento deste acordo terá validade até o final do seu mandato. Garantindo assim estabilidade de 1 (um) ano após mandato.



THICIANE
COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma
digital por THICIANE
COSTA REBOUCAS
Dados: 2021.10.06
08:57:57 -03'00'

Parágrafo Terceiro: As empresas que já possuem as Comissões Sindicais acima do quantitativo mínimo de empregados estabelecido no *caput*, poderá negociar a continuidade ou não das mesmas diretamente com o Sindicato laboral da categoria.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MENSALIDADE SINDICAL

As empresas descontarão, em folha de pagamento, a mensalidade sindical dos seus empregados que, de forma individual e por escrito, tenham se associado ao SINDADOS-BA, depositando (IDENTIFICADO) os valores respectivos no prazo de cinco dias a contar do desconto, Banco Bradesco, Conta Corrente: 1016-2, Agência 3550-5, CNPJ: 16.475.055/0001-98, enviando ao SINDADOS-BA, em igual prazo, cópia do recibo de depósito e relação nominal dos empregados contribuintes em papel timbrado da empresa.

Parágrafo Único: A não observância do prazo acima implicará em correção do valor arrecadado, com base na legislação em vigor, acrescido de juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

As empresas encaminharão ao SINDADOS, no prazo máximo de cinco dias úteis após o pagamento do mês de março de cada ano, em papel timbrado da empresa, uma relação nominal dos empregados informando os descontos efetuados a título de contribuição sindical.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SETIMA - TAXA FORTALECIMENTO DO SINDADOS-BA

As empresas descontarão no mês subsequente a assinatura desta CCT, 1% (um por cento) do salário base do empregado não associado ao Sindicato, em uma única vez, a título de Fortalecimento/Custeio Sindical. Esta cláusula é de responsabilidade do SINDADOS.

O recolhimento desta taxa deverá ser creditado (IDENTIFICADO) na conta corrente do SINDADOS-BA, Banco Bradesco, Conta Corrente: 1016-2, Agência 3550-5, devendo a cópia do comprovante de depósito e a relação nominal dos empregados com o referido desconto serem encaminhadas ao SINDADOS-BA. Esta cláusula é de responsabilidade do SINDADOS.

As empresas encaminharão ao SINDADOS, no prazo máximo de trinta dias úteis após o desconto, em papel timbrado da empresa, uma relação nominal dos empregados informando os valores efetuados a título da taxa de fortalecimento/custeio.

Parágrafo primeiro: O direito de oposição deve ser manifestado por escrito pelos empregados, através de comparecimento pessoal na sede do Sindicato ou em uma de suas sub-sedes e delegacias. Nos Municípios onde não houver sede, sub-sede ou delegacia, o direito de oposição poderá ser manifestado através de envio de correspondência ao Sindicato, com Aviso de Recebimento (AR).

a.1) Na hipótese de mudanças de empregador, o empregado deverá comunicar tal fato pessoalmente ao Sindicato ou através de envio de correspondência ao Sindicato, com Aviso de Recebimento (AR), para que o Sindicato profissional comunique o direito de oposição ao novo empregador.

a.2) A manifestação do direito de oposição às referidas contribuições deverá ser respeitada em relação às contribuições cobradas, a partir da data do comparecimento do interessado no Sindicato manifestado tal direito ou da data do aviso de recebimento da correspondência enviada, caso assim opte o interessado.



THICIANE
COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma
digital por THICIANE
COSTA REBOUCAS
Dados: 2021.10.06
08:58:37 -03'00'

a.3) Em relação às cobranças pretéritas, o direito de oposição não valerá perante o Sindicato, não prejudicando, no entanto, a adoção das medidas cabíveis pelo interessado.

a.4) A manifestação do direito de oposição somente perderá a validade em relação aos futuros instrumentos coletivos, no caso de manifestação escrita do interessado, nos moldes acima, autorizando a cobrança das contribuições.

a.5) Em relação ao direito de oposição manifestado pelo empregado, o Sindicato profissional deverá comunicar à empresa respectiva, imediatamente, para que proceda a exclusão dos descontos da folha de pagamento, sob pena de devolução dos valores indevidamente descontados pela parte que assim não proceder, além da cobrança da multa.

a.6) Nesta data base, em razão da situação de calamidade pública existente, e na busca de alinhamento às determinações da Reforma Trabalhista, o desconto relativo ao pagamento desta taxa não será efetuado diretamente pela empresa. Os trabalhadores que quiserem contribuir para o fortalecimento do SINDADOS deverão enviar e-mail para sindadosba88@gmail.com, autorizando adesão à taxa e o desconto do valor respectivo pela empresa.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - TAXA ASSISTENCIAL SINEPD

As empresas se obrigam a pagar ao SINEPD, no mês subsequente à assinatura desta Convenção, uma taxa assistencial em valor equivalente a um salário mínimo. Esta cláusula é de responsabilidade do SINEPD.

Parágrafo Primeiro. Fica assegurado às empresas não filiadas apresentar, a qualquer tempo, o direito de oposição à cobrança da referida contribuição, que deverá ser feito por escrito, através de comparecimento pessoal de sócio ou por procuração na sede do sindicato ou através de envio de correspondência ao sindicato, com Aviso de Recebimento (AR).

a.1) A manifestação do direito de oposição às referidas contribuições deverá ser respeitada em relação às contribuições cobradas, a partir da data do comparecimento do interessado no sindicato manifestado tal direito ou da data do aviso de recebimento da correspondência enviada, caso assim opte o interessado.

a.2) Em relação às cobranças pretéritas, o direito de oposição não valerá perante o sindicato, não prejudicando, no entanto, a adoção das medidas cabíveis pelo interessado.

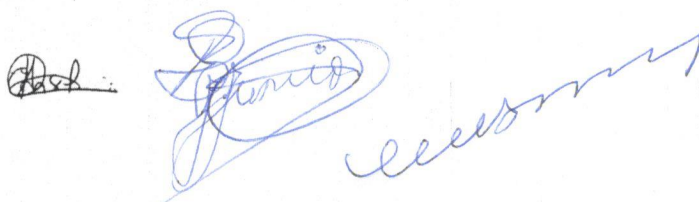
a.3) A manifestação do direito de oposição somente perderá a validade em relação aos futuros instrumentos coletivos, no caso de manifestação escrita do interessado, nos moldes acima, autorizando a cobrança das contribuições.

b) Estipular valor único em relação às contribuições descontadas das empresas, independentemente de serem filiadas ou não ao sindicato patronal.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - MURAL PARA AVISO / COMUNICAÇÃO SINDADOS-BA

As empresas manterão, em local visível e de fácil acesso em suas dependências, mural para aposição de avisos e informações pelo SINDADOS e representante sindical, sendo vedados conteúdos políticos e/ou ofensivos à empresa, seus dirigentes, representantes do SINEPD e autoridades constituídas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ENCARGOS SOCIAIS



THICIANE
COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma
digital por THICIANE
COSTA REBOUCAS
Dados: 2021.10.06
08:59:33 -03'00'

Visando normatizar e disciplinar os percentuais de Encargos Sociais nas Licitações Públicas, fica estabelecido que o percentual mínimo será de 59,27% (cinquenta e nove virgula vinte e sete por cento) calculado sobre o total da remuneração da mão-de-obra, conforme planilha de cálculo anexa (ANEXO I), que passa a ser parte integrante desta Convenção objetivando com isso garantir o provisionamento mínimo das verbas sociais, trabalhistas, previdenciárias e indenizatórias, evitando assim a sonegação do direito do trabalhador.

Parágrafo Primeiro: O percentual de encargos sociais e trabalhistas estabelecido no caput poderá ser majorado em função das peculiaridades de cada serviço.

Parágrafo Segundo: O percentual de encargos sociais e trabalhistas estabelecido no caput são aplicados pelas empresa que aderirem à desoneração da folha de pagamento prevista na Lei 13.670/2018.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - RESSALVA

As empresas que praticarem condições mais benéficas para o empregado, do que as aqui estabelecidas são obrigadas a mantê-las. Esta cláusula fica mantida até a próxima data-base quando deverá ser analisada juntamente com as cláusulas econômicas.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - VALIDADE

As disposições constantes da presente Convenção Coletiva vigorão de 01 de maio de 2021 a 30 de abril de 2023, excetuando as cláusulas de natureza econômica, abrangência e homologação de rescisão do contrato de trabalho que vigorão até 30 de abril de 2022 e serão discutidas na campanha para o Aditivo 2022/2023.

Parágrafo Único: Permanecerão em vigor todas as demais cláusulas, termos e condições constantes desta Convenção Coletiva, descrita em seu período e durante eventual aditivo desta CCT, exceto as cláusulas que forem modificadas no aditivo de natureza econômica.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – RETENÇÃO DA CTPS

Pagará o empregador uma indenização correspondente ao valor de um dia de salário, por dia de atraso injustificado na devolução da carteira de trabalho do empregado, após o prazo de setenta e duas horas da data do término do contrato.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ABONO SOCIAL

É facultado às empresas, de acordo com sua disponibilidade, após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, conceder abono social de 01 (um) dia para trabalhadores com jornada de 30 (trinta) horas semanais e 02 (dois) dias para trabalhadores com jornada de 40 (quarenta) horas semanais, de forma não acumulativa, mediante solicitação prévia de 72 (setenta e duas) horas.

Parágrafo Primeiro: A previsão do “caput” desta cláusula poderá ser ajustada de maneira diversa entre empregador e empregado.


Parágrafo Segundo: O trabalhador que não usufruir dessa prerrogativa dentro do período de 12 (doze) meses subsequentes à data em que tiver acordado com a empresa, receberá o abono social indenizado, quando da sua dispensa.

Parágrafo Terceiro: Fica assegurado aos empregados que ajustarem o abono social com seus empregadores, no caso de dispensa do emprego no período concessivo do abono social, o pagamento desse benefício, observada ainda a proporcionalidade relativa ao novo período



THICIANE
COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma
digital por THICIANE
COSTA REBOUCAS
Dados: 2021.10.06
08:59:52 -03'00'

 15

aquisitivo à razão de 2/12 (dois doze avos) por mês, em caso de dispensa sem justa causa, cujos valores serão pagos quando da rescisão.

Parágrafo Quarta: A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias de trabalho será havida como mês integral para os efeitos do parágrafo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - INCENTIVO A FILIAÇÃO.

As empresas entregarão ao empregado, quando da sua admissão, informações sobre os benefícios disponibilizados pelo SINDADOS-BA

E por estarem justos e acordados, assinam a presente Convenção Coletiva, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sendo uma destinada à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, para que surta os efeitos legais.

Salvador Ba, 04 de Outubro de 2021.

JOSE CLEMENTE DE
MELLO
ZANATTA:136600201
68

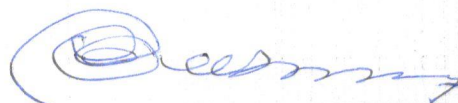
Assinado de forma digital por
JOSE CLEMENTE DE MELLO
ZANATTA:13660020168
Dados: 2021.10.06 18:53:39
-03'00'

José Clemente de Mello Zanatta
Presidente SINEPD

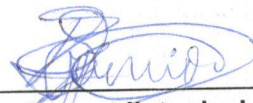
THICIANE
COSTA
REBOUCAS

Assinado de forma
digital por THICIANE
COSTA REBOUCAS
Dados: 2021.10.06
09:00:40 -03'00'

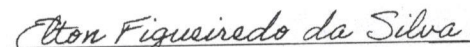
Tchiane Costa Rebouças
Assessoria Jurídica - SINPED




Celso de Araújo Lopes Filho
Coordenador Geral do Sindados-Ba



Benedito Evangelista de Jesus
Membro da Comissão de
Negociação do SINDADOS-BA



Elton Figueiredo da Silva
Membro da Comissão de
Negociação do SINDADOS-BA



Amilton Sousa Sales Junior
Membro da Comissão de
Negociação do SINDADOS-BA



ANEXO - I - CCT-SINEPD/SINDADOS - 2014/2016	
Planilha de Encargos Sociais, Previdenciários e Trabalhistas	
GRUPO A	%
Previdência Social	0,00%
FGTS	8,00%
Salário Educação	2,50%
SESI/ SESC	1,50%
SENAI/ SENAC	1,00%
INCRA	0,20%
SAT - Seguro acidente de trabalho (1% a 2%)	2,00%
SEBRAE	0,60%
TOTAL GRUPO A	15,80%
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	
Art. 25 - Inciso I da Lei nº 8.212/91, Art. 15 da Lei 8.036/90, Art. 7- Inciso III da Constituição Federal de 05/10/88, Art. 3 - Inciso I do Decreto 8.704/82, Art. 30 da Lei 8.030/90, Decreto Lei nº 1.146/70, Art. 22 - Inciso II da Lei 8.212/91 a Art. 8 da Lei 8.029/90, alterada pela Lei 8.154/90, Lei 12.715, e Decreto 7.828 de 2012	
GRUPO B	%
Férias, Abono de Férias	11,11%
Auxílio doença/Enfermidade	2,98%
Auxílio maternidade/Paternidade	0,44%
Faltas legais	0,37%
Acidente de trabalho	0,05%
Aviso prévio trabalhado	0,50%
13º Salário	8,33%
TOTAL GRUPO B	23,78%
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	
Art. 142 do Decreto Lei nº 5.452/43 da CLT, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - Inciso XVII do Art. 7 da CF/88, Art.18 da Lei 8.212/91, Art. 473, Art. 476, Art. 487 e Art. 822 da CLT, Art. 7 - Inciso VIII e XXI da CF/ 88 e complementares, Lei nº 4.090/62, Lei 7.787/89.	
GRUPO C	%
Demissão sem justa causa	4,00%
Aviso prévio indenizado	3,40%
Indenização adicional	0,57%
TOTAL GRUPO C	7,97%
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	
Art. 487 da CLT, Art. 10 das Disposições Constitucionais Gerais de CF/88, Art. 487 da CLT e Inciso XXI do Art. 7 da CF/88, Art. 18 parágrafo 1º da Lei 8.036/90.	
GRUPO D	%
Grupo A X Grupo B	3,76%
TOTAL GRUPO D	3,76%
TOTAL GERAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	51,31%

ANEXO I - TABELA 1

CNAE	GILRAT		FPAS	Descrição da atividade
	FG até 31/12/09	FG a partir de 1º/01/10		
6204-0/00	1,00%	2,00%	515	Consultoria em tecnologia da informação
6209-1/00	1,00%	2,00%	515	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação
6311-9/00	1,00%	2,00%	515	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet
6319-4/00	1,00%	1,00%	515	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
6399-2/00	1,00%	3,00%	515	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
6434-4/00	1,00%	1,00%	515	Agências de fomento
6461-1/00	1,00%	2,00%	515	Holdings de instituições financeiras
6462-0/00	1,00%	3,00%	515	Holdings de instituições não-financeiras
6463-8/00	1,00%	2,00%	515	Outras sociedades de participação, exceto holdings
6491-3/00	1,00%	1,00%	515	Sociedades de fomento mercantil - factoring
6493-0/00	1,00%	2,00%	515	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos
6550-2/00	2,00%	2,00%	515	Planos de saúde, exceto modalidade Seguro-saúde: 736
6613-4/00	1,00%	2,00%	515	Administração de cartões de crédito
6619-3/03	1,00%	1,00%	515	Representações de bancos estrangeiros
6619-3/05	1,00%	1,00%	515	Operadoras de cartões de débito
6619-3/99	1,00%	2,00%	515	Outras atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente
6621-5/01	1,00%	1,00%	515	Peritos e avaliadores de seguros - Pessoa Jurídica
6621-5/02	1,00%	1,00%	515	Auditoria e consultoria atuarial - Pessoa Jurídica
6630-4/00	2,00%	2,00%	515	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão
6810-2/01	1,00%	3,00%	515	Compra e venda de imóveis próprios
6810-2/02	1,00%	2,00%	515	Aluguel de imóveis próprios
6821-8/01	1,00%	2,00%	515	Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis - Pessoa Jurídica
6821-8/02	1,00%	2,00%	515	Corretagem no aluguel de imóveis - Pessoa Jurídica
6822-6/00	1,00%	2,00%	515	Gestão e administração da propriedade imobiliária
6911-7/01	1,00%	1,00%	515	Serviços advocatícios - Pessoa Jurídica
6911-7/02	1,00%	1,00%	515	Atividades auxiliares da justiça
6911-7/03	1,00%	1,00%	515	Agente de propriedade industrial
6920-6/01	1,00%	1,00%	515	Atividades de contabilidade - Pessoa Jurídica
6920-6/02	1,00%	2,00%	515	Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária - Pessoa Jurídica



tecnologia.

Brasília, 14 de dezembro de 2021

AO
Poder Judiciário
Tribunal Superior Eleitoral na Bahia
Código UASG: 70013
Pregão Eletrônico Nº 38/2021

Período de 24 meses.

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação serviço de desenvolvimento e sustentação de software com práticas ágeis, incluindo o levantamento e análise de requisitos, medição funcional de sistemas e desenvolvimento e manutenção de soluções, em especial baseadas em tecnologias de inteligência artificial, automação de processos robóticos (RPA) e business intelligence (BI), conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência.

Item	Descrição	Valor por Hora	QTD	Valor Unitário R\$	Valor Mensal R\$	Valor Total 24 Meses
01	Engenheiro de Dedos	R\$ 82,21	1	R\$ 14.469,52	R\$ 14.469,52	R\$ 247.268,48
02	Cientista de Dados	R\$ 71,81	1	R\$ 12.636,07	R\$ 12.636,07	R\$ 303.265,68
03	Engenheiro de Software	R\$ 96,85	6	R\$ 17.046,63	R\$ 102.279,78	R\$ 2.454.714,72
04	Desenvolvedor RPA	R\$ 53,52	1	R\$ 9.419,88	R\$ 9.419,88	R\$ 226.077,12
Valor Global R\$					R\$ 3.331.326,00	

PREÇOS:

Para a execução do objeto do Contrato decorrente desta Licitação, o preço unitário ofertado por meio desta Proposta Comercial, nos termos do Edital, para o item Valor estimado R\$ 3.331.326,00 (três milhões, trezentos e trinta e um mil, trezentos e vinte e seis reais) perfazendo o **Valor Global: R\$ 3.331.326,00** (três milhões, trezentos e trinta e um mil, trezentos e vinte e seis reais).



tecnologia.

Declaramos:

Que os preços indicados na proposta incluem todos os custos, benefícios, encargos, tributos e demais contribuições pertinentes;

Que conhecemos a legislação de regência desta licitação e que os serviços serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

Que o prazo de validade desta proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo;

O prazo de início para prestação dos serviços: Conforme edital

O prazo de garantia dos serviços: Conforme edital.

Declaramos que os preços propostos estão incluindo todos os custos e despesas, inclusive taxas, impostos, tributos, contribuições sociais, parafiscais, comerciais e outros inerentes ao objeto relativo ao procedimento licitatório PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2021.

Sendo-nos adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação e, para esse fim, fornecemos os seguintes dados:

Declaramos que não estamos inadimplentes com a execução de serviços ou fornecimento de bens, nem descumpriu qualquer contratação com a Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, ou seja, não foi declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, não configurando inadimplência o cumprimento feito nos prazos de prorrogações formalmente solicitados e aceitos pela autoridade competente;

Declaramos que, sob pena de incorrer no crime previsto no artigo 299 do Código Penal, de que teremos a disponibilidade de fornecer os objetos licitados no prazo previsto, nas quantidades e especificações constantes no edital e seus anexos, caso venha a vencer o certame;

Declaramos que, sob as penas do Art. 299 do Código Penal, a inexistência de relação de parentesco entre sócio, gerente ou diretor da empresa licitante, com membro ou servidor (este quando ocupante de cargo de direção, chefia e assessoramento) na Prefeitura Municipal de Cuiabá, e seu cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, conforme Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal. (Modelo Anexo V).

Declaramos que, inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93, sendo que na hipótese de possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva.

Declara que não possuímos no nosso quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93.

Declaramos que conhecemos os termos do instrumento convocatório que rege a licitação bem como demais anexos que o integram.

Declaramos que iremos contratar profissionais de acordo com as especificações técnicas do edital.

Declaramos cientes do Termo de Referência nº 38/2021 objeto desta peça editalícia, e de que nossa proposta está de acordo com suas prerrogativas.

Declaramos ainda ciência que o não cumprimento do disposto na referida declaração incidirá nas penalidades descritas no referido edital nas seções DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS e DA EXTENSÃO DAS PENALIDADES.

DECLARAMOS expressamente que atende aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade sócio-ambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, em conformidade com a IN 01/2010-SLTI.



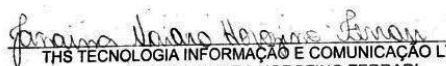
tecnologia.

Dados da Empresa:

- a) Razão Social: THS Tecnologia, Informação e Comunicação LTDA
- b) CNPJ/MF: 10.757.593/0001-99
- c) Endereço: AV CASTANHEIRAS LOTE 920, BLOCO A SALA 112
- d) CEP: 71900-100
- e) Cidade/UF: Aguas Claras / DF
- f) Tel./Fax: (61) 98324-1661/ 3456-5412
- g) E-mail: comercial@ths.inf.br
- h) Banco: Itaú (341)
- i) Agência: 8090
- j) Conta: 25941-0

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

- a) Nome: Janaina Naiara Horozino Ferrari
- b) Endereço: SHVP Rua 03 Chac 82
- c) CEP: 72.110-800
- d) Cidade/UF: Vicente Pires/ DF
- e) CNH: 06546480236
- f) Cargo/Função: Diretor / Sócio
- g) Naturalidade: São Paulo
- h) Nacionalidade: Brasileiro
- i) Estado Civil: Casada
- j) E-mail: comercial@ths.inf.br


THS TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA ME
JANAINA NAIARA HOROZINO FERRARI
sócia administradora



tecnologia.


Brasília, 14 de dezembro de 2021

AO
Poder Judiciário
Tribunal Superior Eleitoral na Bahia
Código UASG: 70013
Pregão Eletrônico Nº 38/2021

Período de 24 meses.

DECLARAÇÃO DE RECUSA DE VISTORIA

DECLARO, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 38/2021 , que a empresa THS Tecnologia, Informação e Comunicação LTDA, CNPJ/MF: 10.757.593/0001-99, sito à AV CASTANHEIRAS LOTE 920, BLOCO A SALA 112, CEP: 71900-100, Cidade/UF: Aguas Claras / DF, Tel./Fax: (61) 98324-1661/ 3456-5412, **OPTOU PELA NÃO REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA NAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO CONTRATANTE**, tendo ciência que não poderá alegar em qualquer fase da licitação ou vigência da relação contratual que não realizará os serviços em conformidade com a qualidade e requisitos exigidos.


THS TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA ME
JANAINA NAIARA HOROZINO FERRARI
sócia administradora

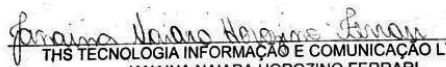


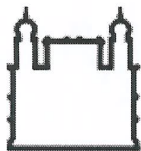
tecnologia.

DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO

Eu Janaina Naiara Horozino Ferrari, portadora da carteira de identidade N: 2657384 e do CPF: 020.926.651-11 **DECLARO**, para os devidos fins, não ser cônjuge, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e assessoramento e de membros e juízes vinculados à Justiça Eleitoral, estando ciente que constitui crime prestar declaração falsa com finalidade de criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, bem assim, das penalidades que variam de 01 (um) a 03 (três) anos de reclusão e multa, previsto no art. 299, do Código Penal Brasileiro.

Brasília 14 de dezembro de 2021


THS TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA ME
JANAINA NAIARA HOROZINO FERRARI
sócia administradora



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Coordenação-Geral de Administração
Departamento de Operações Comerciais

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos que a empresa **THS TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **10.757.593/0001-99**, sediada na Avenida Castanheiras, Lote 920, Bloco A, Sala 112 - Águas Claras - Brasília/DF, prestou para a **FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº **33.781.055/0001-35**, os serviços referentes ao **Contrato nº 74/2018**, descritos abaixo:

Prestação de serviços especializados de apoio institucional na área de atenção à saúde do trabalhador (promoção, prevenção, assistência e vigilância em saúde do trabalhador), visando manter a prestação de serviços em caráter emergencial, por 180 (cento e oitenta) dias, conforme especificações e condições constantes no Projeto Básico.

Vigência do Contrato e seus aditivos: **12/11/2018 à 12/05/2019**.

Posto	Perfil	Total de postos
1	Arquiteta	01
2	Analista em Informação em Saúde	02
3	Nutricionista	01
4	Psicólogo	01
5	Engenheiro de Segurança do Trabalho	02
6	Técnico em Enfermagem do Trabalho	02
7	Médico do Trabalho	01
8	Fisioterapeuta do Trabalho	02
9	Assistente Social	01
10	Farmacêutica	01
11	Enfermeiro do Trabalho	01
Total		15

Atestamos ainda, que o serviço foi prestado de forma satisfatória e que, até o momento, **NADA CONSTA** em nossos registros que desabone a conduta da empresa.

REGISTRO Nº 90/CAD/2019.

Rio de Janeiro, 04 de Julho de 2019.


Paulo Roberto Barcelos da Silva

Matrícula 0463904-0

Chefe da Seção de Cadastro de Fornecedores

Tel: (021) 3836-2152 Fax: 3836-2154 Email: paulo.barcelos@fiocruz.br

Paulo Roberto B. da Silva
Chefe da Seção de
Cadastro de Fornecedores / DIRAD
Matrícula SIAPE: 04639040

Coordenação-Geral de Administração - Cogead - Av. Brasil, 4365 Pav. Figueiredo Vasconcelos / Quinino Sala 101
Manguinhos - Rio de Janeiro/RJ - Brasil Cep: 21040-900
Tel.: (21) 3836-2152 / 3836-20262 scafidirad@fiocruz.br

Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/145352207214627965540>



CARTÓRIO
Autenticação Digital Código: 145352207214627965540-1
Data: 22/07/2021 16:19:15
Valor Total do Ato: R\$ 4,66
Selo Digital Tipo Normal C: ALV11837-SXZ9;



Cartório Azevêdo Bastos
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br
<https://azevedobastos.not.br>


Václav Azevêdo de M. Cavalcanti
Titular

TJPB



O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANILLO PINTO OLIVEIRA DE ALENCAR, em quinta-feira, 22 de julho de 2021 16:36:19 GMT-03:00, CNS: 06.870-0 - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E TABELIONATO DE NOTAS/PB, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.



SUPERINTENDÊNCIA DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a Empresa THS TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o Nº 10.757.593/0001-99, SITO a AV CASTANHEIRAS LOTE 920 BLOCO B, SALA 112, ÁGUAS CLARAS – BRASÍLIA/DF, CEP: 71900-100, presta serviços técnicos e continuados na área de tecnologia da informação, com transferência de conhecimento, para suportar as atividades de desenvolvimento e operações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

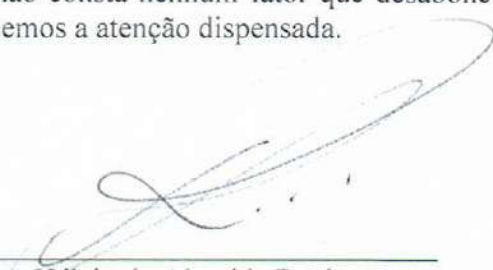
Responsável Técnico: Thiago Horozino Ferrari (Bacharel em sistemas de informação - Especialista em Gestão Estratégica de Negócios - PMP - ITIL – COBIT – SRUM – ISO 27000).

Item	Especificação dos Serviços
1	Suporte à Infraestrutura e Datacenter
2	Suporte à Operação de Serviços de TIC
3	Suporte à Redes de Computadores e Conectividade
4	Operações e Monitoramento de Soluções Web
5	Suporte de sistemas e novas tecnologias

Quantidade: 81 Profissionais

Informo que até o momento não consta nenhum fator que desabone sua conduta. Sem mais para o momento, agradecemos a atenção dispensada.

Atenciosamente,


Hélcio de Almeida Rocha
Superintendente da Tecnologia da Informação

Hélcio de Almeida Rocha
Superintendente
STI / UFF
Mat. Siapex: 302823

Niterói, 16 de janeiro de 2019.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

Contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos e continuados na área de tecnologia da informação, com transferência de conhecimento, para suportar as atividades de desenvolvimento e operações de soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para um período de 24 meses de contrato, com possibilidades de prorrogação até 60 meses, e conforme especificações, quantitativos de 278.151 unidades de serviços técnicos (UST) anuais constantes deste instrumento e anexos, resumidos abaixo:

1.1 Serviços de suporte à infraestrutura e Data Center – 91.396 UST

1.2 Serviços de suporte à operação de serviços de TIC – 20.537 UST

1.3 Serviços de suporte à redes de computadores e conectividade – 42.242 UST

1.4 Serviços de operações e monitoramento de soluções web – 62.264 UST

1.5 Serviços de suporte de sistemas e novas tecnologias – 30.961 UST

1.6 Serviços de apoio à gestão de TIC – 30.751 UST

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com as Instruções Normativas MPOG nº 04/2014 e nº 05/2017, e demais dispositivos legais que norteiam a contratação de serviços de tecnologia da informação na Administração Pública Federal, abaixo:

- Lei nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Portaria nº 20, de 14/06/2016 com novas orientações para contratação de soluções de TI na Administração Pública Federal.
- Instrução Normativa 02/2015, de 12/01/2015 que normatiza que o PDTI deverá estar alinhado à EGTIC e ao plano estratégico institucional e aprovado pelo Comitê de Tecnologia da Informação do órgão ou entidade.
- Instrução Normativa nº 05 de 25/05/2017 que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
- Instrução Normativa nº 01/2010 que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
- Estratégia de Governança Digital (EGD) 2016-2019, que define os objetivos estratégicos, metas e indicadores da Política de Governança Digital, estabelecida pelo Decreto nº 8.638, de 15 de janeiro de 2016.

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022), aprovado na sessão ordinária do Conselho Universitário de 30/05/2018, e publicado no Boletim de Serviço nº 100, de 11/06/2018 com acesso em <http://pdi.sites.uff.br/>.
- Plano de Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2018-2020) alinhado ao PDI 2018-2022, para garantir a manutenção dos serviços de TIC da universidade com acesso em <http://www.governancadeti.uff.br/?q=noticias/pdtic-2018-2020>.
- Política de Segurança da Informação (PSI), aprovada pela Portaria nº 57.200 de 21/09/2016, e publicada no Boletim de Serviço nº 166, de 26/09/2016 com acesso em http://www.governancadeti.uff.br/sites/default/files/institucional/portaria_57200_politica_d_e_seguranca_de_informacao_bs166_26set2016.pdf
- Norma de Serviço nº 662, de 12/09/2017, que estabelece procedimentos básicos para o funcionamento do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito da UFF.
- Norma de Serviço nº 665, de 18/12/2017, que estabelece procedimentos básicos para o funcionamento do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito da UFF e revoga a norma de serviço nº 662, de 12/09/2017.
- Norma de Serviço nº 666, de 18 de janeiro de 2018, que institui o Sistema Unificado de Compras e estabelece normas e rotinas para aquisição de bens e serviços no âmbito da Universidade Federal Fluminense.
- Norma de Serviço nº 669, de 13/07/2018 Estabelece critérios e procedimentos, no âmbito da Universidade Federal Fluminense – UFF para o acompanhamento da frequência dos servidores de que trata a Lei nº 11.091/2005 sobre o controle de frequência.

A Universidade Federal Fluminense (UFF), com sede na cidade de Niterói foi criada pela Lei 3.848 de 18 de dezembro de 1960, instituída conforme a Lei n.º 3.958 de 13 de setembro de 1961, reestruturada nos termos do Decreto n.º 62.414, com seus 58 anos de existência, é uma entidade federal autárquica de regime especial, com autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, econômica e financeira. Suas atividades universitárias visam à integração entre ensino, pesquisa e extensão, e administração, através da coordenação das unidades universitárias, pró-reitorias, superintendências, demais órgãos de gestão, através do uso eficaz de seus recursos materiais, humanos, e de tecnologia da informação.

Segundo dados do PDI 2018-2022 a UFF é constituída por 42 unidades de ensino (25 institutos, 10 faculdades, 6 escolas, e 1 colégio de aplicação), que incluem 124 departamentos de ensino, 127 cursos de graduação presenciais e 6 cursos de graduação a distância oferecidos em 28 polos da Universidade Aberta do Brasil, no âmbito do CEDERJ. Na pós-graduação *stricto sensu* são 81 programas e 120 cursos, dos quais 42 de doutorado, 62 de mestrado acadêmico e 16 mestrados profissionais. A pós-graduação *lato sensu* apresenta 154 cursos de especialização e 45 programas de residência médica.

Hoje a UFF corresponde a uma população de 3.513 docentes ativos, sendo 80% doutores e 15% mestres; 4.246 servidores técnico-administrativos; 2.462 terceirizados, 43.350 discentes de graduação em que 32.602 cursam a graduação presencial e 10.748 a graduação a distância. Dados da pós-graduação de 2016 mostram que a UFF registrou 7.439 alunos de pós-graduação *stricto sensu* (2.620 no doutorado, 3.601 no mestrado acadêmico e 1.218 em mestrados profissionais). Na especialização registramos 191 médicos residentes e 14.538 alunos em

especialização (presencial e à distância). Além disso, o Colégio Universitário Geraldo Reis (COLUNI) tem 390 alunos. No total, trata-se de uma comunidade universitária de mais de 75 mil pessoas.

Depois de uma expansão tão ambiciosa, a UFF redireciona o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022) para um novo eixo central que passa a ser a “REORGANIZAÇÃO PÓS-EXPANSÃO”. Um pouco antes, em 2016, passa a contar com o Comitê de Governança Corporativa (Portaria nº 54.352 de 29/07/2015), com representação de diversas áreas da Administração Central, quando passou a priorizar as demandas de TI recebidas, com base nos critérios: Alinhamento Estratégico; Transversalidade e Impacto; Risco Jurídico; Risco de Perda Financeira; Qualidade da Informação; e Tempo de Entrega.

2.2 JUSTIFICATIVA

Para continuar desenvolvendo projetos e ações a universidade depende das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), que servem de suporte às suas atividades acadêmicas e administrativas. No contexto acadêmico, servem como instrumento de pesquisa, coleta e armazenamento da informação, meio de acesso e de difusão da informação, meio de comunicação intra e extramuros e, em especial, entre docentes, discentes, e técnicos. No contexto administrativo, atuam como instrumento de comunicação organizacional, automação e racionalização de processos administrativos e de gestão, proporcionando melhoria na qualidade das decisões tomadas, dando o apoio logístico para que a universidade possa ser ágil e eficiente no cumprimento de sua missão, conforme definido no PDI 2018-2022.

Manter os serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação da STI para que a Universidade não sofra interrupção em seus processos e atividades operacionais nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e administração é um desafio constante da administração da UFF. Principalmente, considerando sua distribuição geográfica, com demandas de TIC de sua sede, Niterói, e de outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Adicionalmente, suas instalações em Niterói estão distribuídas por 18 imóveis distintos em vários bairros da cidade, envolvendo 3 campi e 15 unidades dispersas. É importante lembrar que desde 2009 a STI conta com contratos de prestação de serviços técnicos de TIC de natureza continuada, para a manutenção de suas tarefas operacionais de atendimento aos serviços que presta para toda a UFF.

Os serviços estão contemplados em projetos estruturantes, e definidos como estratégicos pela alta administração da UFF, para a área de TI, para os próximos três anos e integram o PDTIC recentemente encaminhado ao Gabinete do Reitor, já alinhado ao novo PDI 2018-2022, este recentemente aprovado pelo Conselho Universitário através da Decisão CUV 014/2018, publicada no Boletim de Serviço nº 100, de 11/06/2018. Além destes instrumentos, a STI recebe demandas sazonais sobre novas soluções em TIC, que integram o processo de gestão de demandas <http://www.sti.uff.br/processos-novo/governanca-ti/index.html#diagram/20d08e5d-ea56-4ecc-97e7-e56f789b4311>, e que podem ser solicitadas através de um formulário eletrônico em <http://demandas.sti.uff.br/>.

Esta contratação também se justifica em função da grave limitação observada ao longo dos anos no quantitativo de recursos humanos nos órgãos de TI das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) cujo plano de carreira está ligado ao Ministério da Educação. No caso da STI, estudos realizados desde 2012 e baseados na metodologia do Gartner Group (cujo contingente entre 5% a 7% dos servidores de uma Organização devem pertencer à área de TI) apontam para um déficit de 519 servidores a menos atuando na área de TI da Universidade.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

O modelo desta contratação utiliza como padrão a Unidade de Serviço Técnico – UST, baseado em linha de produção focada em demanda por escopo, que corresponde ao esforço para a realização e conclusão das atividades definidas pela área técnica responsável, condicionados a pagamento por resultados e atendimento a níveis de serviços. Esta unidade já adotada por várias organizações da administração pública federal como CGU, INEP, CNPQ, AGU, BNDES, ANCINE e FUNASA, promove uma remuneração mais precisa dos serviços e incentiva a melhoria da produtividade, transferência de conhecimento, e a qualidade desejada pela Contratante, seja na realização de tarefas rotineiras, nas demandas emergenciais, ou por projetos. Cada atividade possui um esforço medido em UST em função da duração e complexidade estimadas para sua execução.

Os serviços a serem contratados num quantitativo de 278.151 UST incluem: Serviços de suporte à infraestrutura e Data Center (91.396 UST), Serviços de suporte à operação de serviços de TIC (20.537 UST), Serviços de suporte às redes de computadores e conectividade (42.242 UST), Serviços de operações e monitoramento de soluções web (62.264 UST), Serviços de suporte de sistemas e novas tecnologias (30.961 UST), e Serviços de apoio à gestão de TIC (30.751 UST). Os serviços serão contratados para manter a capacidade operacional da STI, necessária ao atendimento das tarefas operacionais demandadas pelos usuários e gestão da UFF, mas também considerando a ocorrência de demandas emergenciais e de novos projetos. A equipe alocada pela contratada deverá obedecer às normas, procedimentos e técnicas adotadas pela STI no atendimento de demandas, projetos e solicitações de mudanças que compreenderão, entre outras, atividades de controle de ativos do Datacenter da STI; requisição de mudanças em ambientes de redes, sistema de serviços em redes, telefonia e segurança da informação; atendimento de usuários (remoto e em campo); desenvolvimento de novas soluções e operação de sistemas computacionais administrativos e acadêmicos nas plataformas Delphi, Java e Rails; Suporte Técnico a Base de Dados e sistemas corporativos da UFF; Confecção de projetos de conectividade, segurança da informação e serviços de redes (estruturas lógica e física como cabeamento estruturado, enlace de fibra ótica e wireless); Implementação da codificação de programas; execução de testes do sistema; Implementação do sistema em ambiente de produção; Desenvolvimento de relatórios e consultas; Desenvolvimento de sites, materiais gráficos, e aplicações multimídias interativas; Elaboração de documentação de sistemas; Treinamento de usuários de sistemas corporativos; Operação de transmissões de eventos via Internet, e videoconferências e web conferências; Elaboração de documentação para apoio ao planejamento estratégico; apoio técnico em gerenciamento de projetos e governança de TI; e Consultoria em melhoria da Gestão de Serviços.

As estimativas de esforço para utilização da UST basearam-se em série retirada do Contrato nº 23/2016, o primeiro em que utilizamos tal metodologia na UFF, valorados em função do quantitativo de horas por pontos de funções das categorias profissionais existentes anteriormente, transportadas para os seis itens de serviços definidos para a contratação. A partir de um quantitativo de 278.151 UST, efetuamos pesquisas salariais no mercado de tecnologia da informação visando atingir uma estimativa de valor para os serviços conforme a nova metodologia, já que definimos os perfis profissionais desejados para cada um dos itens de serviços.

Os principais serviços da STI podem ser verificados em <http://www.uff.br/servicos/sti> e relacionados às áreas de manutenção da rede UFF; segurança da informação, desenvolvimento e operação de sistemas de informações, central de atendimento, e-mails, bases de dados, portais, videoconferência, rede de telefonia, e operações mobile, resumidos pelos dados abaixo, referentes ao mês de março de 2018:

- a) 1.881.724 declarações online geradas pelo sistema acadêmico
- b) 17.355 atendimentos realizados / ano
- c) Aproximadamente 14.000 estações de trabalho
- d) 1200 Km de cabeamento de rede
- e) 85 sistemas em utilização/operação
- f) Administração de 2.400 sites
- g) 35 milhões de emails / ano
- h) 16 milhões de ligações / ano
- i) 100.295 Carteirinhas UFF emitidas, sendo 44.044 ativas
- j) Aproximadamente 1.500 viagens / dia no Sistema RioCard
- k) Aproximadamente 533 ataques por / dia = (194.545 / ano)
- l) Aproximadamente 75.000 clientes
- m) Processos abertos e tramitando no Sistema SEI – 3.704
- n) Notificações de docentes junto ao Conexão UFF – 31.688

A restrição orçamentária observada a partir de 2015 e o aumento das demandas por novos serviços fez a STI investir mais na melhoria de suas práticas gerenciais, fortalecendo sua governança interna, acompanhando a melhoria da capacidade gerencial que ocorria na UFF, através da criação de diversos grupos de trabalho com envolvimento pró-ativo de integrantes da alta administração da UFF, que sempre demandam soluções de TI como os abaixo citados:

- a) Comitê de Tecnologia da Informação, para elaborar e aprovar o PDTIC, estabelecer políticas e diretrizes, e definir normas de uso dos recursos computacionais da Universidade (Portaria nº 44.709 de 23/05/2011).
- b) Comitê de Governança Corporativa da UFF, para alinhar interesses e contribuir para a modernização e o sucesso da gestão, no cumprimento da missão da Universidade (Portaria 54.352 de 29/07/2015).
- c) Grupo de Trabalho para propor política de compras centralizadas (DTS PROPLAN, nº 01, de 22/07/2015).
- d) Comitê de Gestão da Informação, para estabelecer políticas, diretrizes, e definir normas para gestão e uso dos recursos informacionais e documentais da Universidade (Portaria n.º 56.162 de 28/04/2016).
- e) Comissão Técnica, com a atribuição de assessorar o dirigente máximo da UFF no atendimento às demandas dos Órgãos de Controle (Portaria n.º 54.500 de 25/08/2015).
- f) Comissão de implantação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, no âmbito da UFF, com responsabilidade pela execução e acompanhamento do Plano de Gerenciamento do Projeto (Portaria nº 58.196 de 23/02/2017).
- g) Comitê de Governança Digital, criado para definir o plano de integração da UFF à Plataforma de Cidadania Digital, conforme determinado no DECRETO nº 8.936, de 19/12/2016 (Portaria n.º 58.493 de 6/04/ 2017).
- h) Comissão de Dados Abertos da UFF, responsável pela gestão da transparência e dos dados abertos da UFF (Portaria nº 58.200 de 6/03/2017);

É importante ressaltar que a gestão das soluções de tecnologia da informação e comunicação da Universidade é centralizada na STI, vindo de encontro à sua missão abaixo definida:

- Realizar a gestão de infraestrutura de hardware e software na Universidade, além de planejar, elaborar e aplicar a política de soluções de TIC da universidade.
- Pesquisar, desenvolver, executar e participar de projetos de tecnologia de informação e comunicação, e serviços de informática, nos campi da UFF, em parcerias com órgãos governamentais, com a captação de recursos através de projetos de inovação, consultoria e serviços em TI.

A complexidade dos serviços produzidos pela UFF, para a produção de conhecimento e apoio às ações sociais, ambientais e culturais, que definem requisitos que a solução de tecnologia da informação deve atender, para respeitar necessidades específicas da universidade em relação à sociedade, leva a STI a envidar esforços para a adequação às normas e solicitações dos órgãos reguladores. A estrutura da universidade, e sua diversidade geográfica, influencia um dispêndio extra de energia e integração por parte do grupo operacional do serviço, sendo um fator que justifica e favorece a relação da UFF com apenas uma solução de contratação, abrangente e integrada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços de tecnologia da informação lidam com produtos intangíveis, de complexa aferição e verificação, existindo a necessidade de equipes com profissionais que atuem na prestação de diferentes tipos de serviços. Tais profissionais, respeitando a alocação determinada pela STI, podem trazer resultados financeiramente menos custosos, uma vez que podem atuar em mais de um serviço ou projeto, simultaneamente.

O modelo ora proposto, resumido no quadro abaixo, reflete essa necessidade, respeitando a horizontalidade e heterogeneidade das equipes dos projetos. Toda demanda dos clientes da STI gera a necessidade de equipes compostas por diferentes papéis e diferentes competências. Os serviços foram identificados com base no processo de desenvolvimento das áreas funcionais da STI e do mapeamento de atividades de rotina gerenciadas pela STI na UFF, expressas no ANEXO II - CATÁLOGO DE SERVIÇOS. Destacamos que o modelo não se caracteriza como alocação de posto de trabalho, e sim prestação de serviço através da execução de atividades previamente definidas.

RESUMO DOS PRINCIPAIS REQUISITOS		
Id	Requisitos	Envolvidos
1.	Desenvolver e manter demandas de Infraestrutura previstas no anexo IV do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação para o período de 2018 a 2020 em http://www.governancadeti.uff.br/?q=noticias/pdtic-2018-2020 .	STI
2.	Desenvolver e manter demandas de Operações de sistemas previstas no anexo IV do Plano Diretor de Tecnologia da	STI – PROGEPE – PROPPI – PROPLAN –

RESUMO DOS PRINCIPAIS REQUISITOS		
	Informação e Comunicação para o período de 2018 a 2020 em http://www.governancadeti.uff.br/?q=noticias/pdtic-2018-2020 .	UFF – GAR – PROGRAD
3.	Desenvolver e manter demandas de Governança de TI previstas no anexo IV do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação para o período de 2018 a 2020 em http://www.governancadeti.uff.br/?q=noticias/pdtic-2018-2020 .	STI – UFF
4.	Unidade de Serviço Técnico para manter o desenvolvimento, e operação das áreas funcionais da STI	STI – UFF
Demandas dos Potenciais Gestores		
1.	Definição de indicadores de qualidade para os clientes que utilizam os serviços contratados	
5.	Desenvolvimento e implantação de todos os sistemas legados (plataforma NX)	
6.	Desenvolvimento e implantação do novo SIORG	
7.	Implantação do SEI em toda a UFF	
8.	Implantação do Plano de Dados Abertos até 2020	
9.	Integração da UFF à Plataforma de Governança Digital	
10.	Implantação de novas funcionalidades de aplicações mobile para alunos e servidores	
11.	Automação e acompanhamento do cronograma de metas do PDI 2018-2022	
12.	Disseminação do conhecimento de gestão de serviços (ITIL, ISO 20000) à STI	

As estimativas de esforço basearam-se em série histórica do contrato anterior, sendo valorados em função de sua complexidade, para a qual foram criados níveis proporcionais de esforços, bem como do perfil profissional necessário à sua consecução, garantindo uma justa remuneração pelos serviços prestados. Nisto, os níveis de esforços e sua valoração em UST levaram em conta os seguintes critérios: a) a dificuldade operacional; b) a quantidade de documentação decorrente; c) as características técnicas; d) a especialização profissional necessária no negócio; e) os tipos de ferramentas operacionais e de tecnologia empregadas.

A CONTRATADA será responsável pela prestação dos serviços solicitados nas Ordens de Serviços, no prazo e na qualidade exigidos pela STI, a partir de documento de solicitação de demandas a ser apresentado pela equipe da STI quando do início das atividades contratuais. Para a execução dos serviços a CONTRATADA deverá utilizar pessoal técnico qualificado de acordo com os perfis definidos e nos quantitativos adequados ao volume de demandas da STI.

Para fins de cálculo do quantitativo mínimo de esforço necessário para apoiar as atividades de desenvolvimento e sustentação de sistemas bem como o suporte às demandas operacionais da STI, foi elaborado o “Quadro 01 - Previsão para a contratação de serviços”, a seguir, que apresenta uma projeção do quantitativo em UST e horas, a serem demandados em função das atividades e dos perfis profissionais conforme ANEXO V – PERFIS PROFISSIONAIS, necessários a execução dos serviços objetos deste termo de referência, onde estamos prevendo

a contratação de serviços, correspondente a 278.151 UST:

Itens	Serviços	UST Projetado 12 meses	Horas Projetadas
1.	Serviços de suporte à infraestrutura e Data Center	91.396	90.240
2.	Serviços de suporte à operação de serviços de TIC	20.537	17.280
3.	Serviços de suporte à redes de computadores e conectividade	42.242	17.280
4.	Serviços de operações e monitoramento de soluções web	62.264	19.200
5.	Serviços de suporte de sistemas e novas tecnologias	30.961	9.600
6.	Serviços de apoio à gestão de TIC	30.751	11.520
	Valor Total Ano	278.151	165.120

A STI, para efeito de pagamento, contabilizará tão somente os serviços constantes na Ordem de Serviço, devidamente entregues e homologados. A Ordem de Serviço deverá considerar as atividades que são pertinentes a cada serviço demandado e sua medida em UST. Os serviços objeto desta contratação serão demandados à CONTRATADA a cada trimestre, pela equipe da alta gestão da STI, a partir de oficialização das demandas definidas pelas áreas funcionais da STI. Estas demandas resultam de análise interna da STI, e seu alinhamento ao PDI 2018-2022, e PDTIC 2018-2020. Esclarecemos que as UST acima projetadas poderão não ser contratadas em sua totalidade, e sim por demanda através de Ordem de Serviço.

As atividades relacionadas ao objeto contratual estão descritas no ANEXO II - CATÁLOGO DE SERVIÇOS. Outras atividades poderão ser adicionadas e/ou removidas do Catálogo de Serviços durante a vigência do contrato em virtude de mudanças nos processos de negócio da STI e mediante anuência da CONTRATADA. As novas atividades, depois de incluídas no Catálogo, integrarão o Contrato automaticamente, observados os valores unitário e global ofertados pela CONTRATADA em sua Proposta. As atividades descritas no ANEXO II - CATÁLOGO DE SERVIÇOS, também poderão ser atualizadas pela CONTRATANTE, mediante anuência da CONTRATADA, em virtude de redimensionamento de serviço ou alteração de descrição da atividade. As alterações serão válidas imediatamente com o novo Catálogo de Serviços e comunicadas à CONTRATADA.

Para toda Ordem de Serviço aberta e recebida, a CONTRATADA designará um profissional, que poderá ser o preposto, para atuar como responsável por ela, com as seguintes responsabilidades: a) Gerenciar a execução da ordem de serviço com o objetivo de garantir a execução dos mesmos, dentro dos prazos estabelecidos e atendendo a todos os requisitos de qualidade; b) Atuar, juntamente com a equipe da STI, na solução de qualquer dúvida, conflito ou desvio.

5. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Os serviços a serem executados estão contemplados no ANEXO III – DOCUMENTO DE FORMULAÇÃO DA DEMANDA e devem estar em alinhamento aos projetos estruturantes definidos pela alta administração da UFF para os próximos três anos no PDTIC 2018-2020, e com o PDI vigente para 2018-2022.

Os serviços devem ser executados de acordo com as atividades presentes no ANEXO II - CATÁLOGO DE SERVIÇOS, ligados aos seis grupos de serviços mencionados neste termo de referência, necessários ao atendimento de tarefas operacionais demandadas pelos usuários da UFF, conforme especificações, quantitativos e prazos constantes deste instrumento. A equipe

alocada pela CONTRATADA deverá obedecer às normas, procedimentos e técnicas adotadas pela STI, como os requisitos abaixo:

- Ser proativa e indicar a substituição de equipamentos do Data Center e sua reestruturação elétrica, envolvendo rede de dados, alimentação (gerador), e refrigeração em um ambiente com 65 servidores, 2 equipamentos de segurança, 15 switches e 125 máquinas virtuais para garantir a operação dos serviços de TI da UFF sob a gestão da STI como: acesso à Internet, serviços de rede (www, e-mail, Proxy Capes, FTP, Portal UFF, Banco de Dados, etc.), numa estrutura de, aproximadamente, **2.000 sites na web, e 6.000 contas de e-mail**.
- Zelar pela guarda, integridade e backup de dados acadêmicos e administrativos (ORACLE, e MYSQL, numa capacidade de 3,5 TB ao mês) para 85 sistemas computacionais internos (em DELPHI, JAVA e RAILS), e externos do governo federal como o SIAPE, SIAFI, SCDP, Compras Governamentais, Dados Abertos, e Governança Digital, dentro de suas competências.
- Atuar de forma proativa quando da ocorrência de incidentes que gerem impactos nos serviços da UFF, realizando análise de causa raiz e solução dos incidentes de forma segura.
- Atender às requisições de mudanças em ambientes de redes, sistema de serviços em redes, telefonia e segurança da informação (preventiva e reativa), previamente agendas com a STI;
- Zelar pelo padrão de qualidade dos serviços de suporte à rede de computadores da UFF (com 460 switches, 370 roteadores e 5 servidores computacionais, localizados nos campi da UFF) e à internet com uma maior conectividade e acesso aos usuários da UFF (expansão de 500 pontos da rede física) e 1.500 pontos da rede WIFI, inclusive ambientes de salas de videoconferências.
- Garantir a manutenção dos sistemas e infraestrutura da UFF, e participar de estudo e aplicação de soluções de integração e inovação, visando a manutenibilidade dos ativos de TI e o alinhamento das tecnologias ao negócio.
- Prestar apoio técnico à Governança de TI através da participação em respostas a demandas de órgãos superiores do governo federal sobre contratações e gestão de TI, bem como incentivar a utilização de boas práticas de sucesso em nível mundial entre as quais, COBIT, ITIL, PMBOK, BSC, BPMN, e SCRUM, hoje adotadas pela STI.
- Prestar apoio técnico aos principais processos de governança de TI como a revisão anual do PDTIC; gerenciamento do portfólio de projetos e de serviços; definição e elaboração de políticas e normas de TI; acompanhamento mensal de métricas e indicadores; e acompanhamento da Central de Atendimento.
- Prestar apoio técnico ao processamento dos subsistemas de recursos humanos como cálculo de horas; carga dos afastamentos; fechamentos dos sistemas de frequência e avaliação de desempenho; ficha histórico-financeira; carga da fita espelho para processamento mensal da folha de pagamento; geração de dados de discentes e docentes para o Censo do INEP.
- Prestar apoio técnico ao processamento dos subsistemas acadêmico de graduação e pós-graduação como lançamento de notas; quadro de horários; inscrição em disciplinas on line; processamento da inscrição em disciplinas; vinculação do aluno ao currículo;

ajustes semestrais da graduação; geração de carga de dados dos cursos EAD da plataforma CEDERJ para a base de dados UFF; e geração de dados de alunos de graduação para o Censo do INEP.

- Prestar apoio técnico ao processamento dos subsistemas do relatório anual de docentes com controle e atualização da produção científica dos docentes com importação e exportação com o sistema Lattes.
- Garantir sigilo, integridade e guarda dos dados institucionais acadêmicos e administrativos e sua integração de com sistemas externos do governo federal.

Caberá à CONTRATADA a transferência de conhecimento para a STI com informações relevantes e necessárias sobre os serviços prestados, visando alcançar os níveis de qualidade esperados.

A execução dos serviços se dará nas dependências da UFF em Niterói ou em municípios onde mantém uma de suas unidades/setores no Estado do Rio de Janeiro, em posições de trabalho definidas pela Superintendência de Tecnologia de Informação, devendo os recursos alocados obedecer aos horários de trabalho da instituição. Excepcionalmente, por necessidade do serviço, a STI poderá solicitar a execução de atividades em dias e horários distintos, incluindo sábados, domingos e feriados, sendo a necessidade comunicada formalmente com antecedência de 5 dias úteis à CONTRATADA, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE. A execução de atividades em dias e horários distintos dos estabelecidos não ensejará o aumento das UST relativas à Ordem de Serviço.

5.1 DO AMBIENTE TECNOLÓGICO

Os serviços devem ser executados levando-se em consideração o ambiente tecnológico da UFF discriminado no documento ANEXO IV - AMBIENTE TECNOLÓGICO. Os quantitativos apresentados no anexo servem para que as organizações tenham uma ideia da ordem de grandeza de nosso parque computacional. Maiores detalhes somente serão divulgados para a licitante vencedora.

5.2 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

A CONTRATADA deverá alocar recursos com conhecimento e capacitação técnica, necessários à prestação dos serviços para cada um dos seis itens contratados. Os perfis profissionais desejados estão relacionados no ANEXO V - PERFIS PROFISSIONAIS, com base na definição das categorias profissionais que julgamos necessárias ao cumprimento dos serviços, consultadas junto a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Para cada Ordem de Serviço recebida, a CONTRATADA deverá gerar os artefatos encomendados de acordo com os cronogramas, entregando produtos nos padrões de qualidade e de compatibilidade técnica, conforme as metodologias, procedimentos, métodos e padrões da STI ou por ela indicados.

Caberá à STI disponibilizar a documentação de apoio às atividades de desenvolvimento e sustentação de sistemas, bem como suporte às demandas operacionais. A elaboração de documentação referente aos serviços realizados é obrigatória e sem custo adicional à UFF e devem estar em conformidade com o escopo da Ordem de Serviço. No caso de alteração de padrões ou metodologias, a CONTRATADA se obriga a adaptar-se, no prazo máximo de 15 dias corridos, a partir da comunicação formal pela UFF.

5.3 DINÂMICA DOS SERVIÇOS OBJETO DESTA CONTRATAÇÃO

Os serviços deverão ser operados pela CONTRATADA atendendo respectivos prazos e atividades que integram o ANEXO II - CATÁLOGO DE SERVIÇOS, e ANEXO III – DOCUMENTO DE FORMULAÇÃO DA DEMANDA, com solicitações que podem ter as seguintes classificações:

- a) Demanda – para atividades rotineiras de sustentação do ambiente informacional da UFF.
- b) Emergencial – para atividades solicitadas ad hoc, cuja execução imediata é fundamental para manter a segurança e estabilidade do ambiente informacional ou por necessidade estratégica da UFF.
- c) Projeto – para atividades associadas a um projeto de manutenção ou desenvolvimento de sistemas. Por definição um projeto possui início e fim bem definidos e produz entregas únicas para a área demandante.

5.4 O SERVIÇO CLASSIFICADO COMO DEMANDA

- a) Diariamente, o preposto da CONTRATADA distribuirá as demandas abertas entre os recursos disponíveis e verificará sua realização sob os aspectos de prazo e qualidade, encaminhando-as, em seguida, para homologação do usuário requisitante.
- b) A CONTRATADA terá, no máximo, 24 horas para alocar os recursos necessários (nos perfis e nas quantidades necessárias) para atender na qualidade e no prazo definidos às demandas solicitadas.
- c) Após a prestação dos serviços pela CONTRATADA, estes serviços serão avaliados pelo grupo de governança de TI da STI no prazo máximo de cinco dias úteis, contados do início da conclusão do serviço. A avaliação irá englobar o cumprimento dos requisitos de prazo e qualidade. O usuário requisitante, então, dará seu Aceite ou Rejeite na forma eletrônica. No caso de Rejeite, este deverá listar as não conformidades encontradas.
- d) Caso exista alguma não conformidade, a CONTRATADA deverá realizar os ajustes necessários de imediato, após a comunicação da CONTRATANTE.
- e) Nas situações em que o prazo de atendimento seja descumprido e um chamado apresente não conformidades pendentes de resolução pela CONTRATADA e apontadas pelo usuário solicitante do serviço, além das penalidades de não atendimento no prazo, a CONTRATADA arcará com as penalidades de rejeite dos serviços por questões de qualidade.
- f) Mensalmente, o preposto deverá emitir o Relatório de Serviços Executados, em modelo definido pela CONTRATANTE, contendo a situação dos serviços solicitados naquele mês, o requisitante da demanda, as atividades associadas, o relato dos problemas ocorridos durante a sua execução, e encaminhá-los para avaliação do grupo de governança de TI da STI que, posteriormente, o encaminhará ao fiscal do contrato. O Fiscal do contrato revisará o Relatório de Serviços Executados entregue, e imediatamente encerrará a OS para liberação do pagamento.

5.5 O SERVIÇO CLASSIFICADO COMO EMERGENCIAL

- a) Os serviços referentes às demandas emergenciais (atividades solicitadas ad hoc, com execução imediata) serão tratados diretamente pela CONTRATANTE junto ao preposto da CONTRATADA.
- b) O prazo de atendimento de uma demanda emergencial é imediato, e salvo em casos pontuais e acordados é de no máximo 1 dia útil. Deverá contar com a anuência do grupo de governança de TI da STI, e do fiscal técnico do contrato. O preposto da CONTRATADA distribuirá a demanda imediatamente para um recurso disponível e verificará a realização das mesmas sob os aspectos de prazo e qualidade. Seguir os

mesmo procedimentos descritos no subitem 5.4 (letras c, d, e, f).

5.6 O SERVIÇO CLASSIFICADO COMO PROJETO

- a) Trimestralmente, a CONTRATANTE deverá apurar suas necessidades de serviço de apoio técnico aos projetos da STI, em andamento, e em novos projetos que serão iniciados naquele mês, junto aos líderes de projetos na STI. Os líderes de projeto identificarão os serviços e os perfis profissionais necessários a serem alocados para cada Ordem de Serviço do projeto de sua responsabilidade, com prazo de atendimento trimestral pela CONTRATADA a ser cumprido para cada um dos serviços solicitados. O preposto da CONTRATADA distribuirá as atividades entre os recursos disponíveis até o primeiro dia útil antes de iniciar o mês e verificará a realização das mesmas sob os aspectos de prazo e qualidade.
- b) Após a prestação dos serviços pela CONTRATADA, estes serviços serão avaliados pelo grupo de governança de TI da STI, e atestadas no prazo máximo de cinco dias úteis, contados do início da conclusão do serviço. A avaliação irá englobar o cumprimento dos requisitos do projeto, o prazo e a qualidade. O usuário requisitante, então, dará seu Aceite ou Rejeite na forma eletrônica. No caso de Rejeite, este deverá listar as não conformidades encontradas. Caso exista alguma não conformidade, a CONTRATADA deverá realizar os ajustes necessários de imediato, após a comunicação da CONTRATANTE. Seguir o mesmo procedimento descrito no subitem 5.4 (letra f).
- c) Os líderes do projeto também verificarão se os serviços realizados foram entregues no prazo acordado e determinarão aqueles que não cumpriram o prazo de atendimento e que impactarão no indicador de prazo de atendimento a ser auferido.

A CONTRATADA, juntamente com a STI, sete dias úteis antes de iniciar o mês, deverá elaborar um Plano de Trabalho de Alocação Trimestral especificando todas as atividades, perfis profissionais, recursos, UST e projetos associados, para atendimento das OS emitidas pela CONTRATANTE. A STI revisará e aprovará formalmente o Plano de Trabalho de Alocação Trimestral, onde eventuais ajustes poderão ser realizados, observando um prazo máximo de até quatro dias úteis antes de iniciar o mês. As atividades propostas no Plano de Trabalho de Alocação Mensal deverão estar em conformidade com o ANEXO II - CATÁLOGO DE SERVIÇOS.

O fiscal do contrato deverá conferir se as Ordens de Serviço emitidas correspondem com as atividades constantes do Plano de Trabalho de Alocação Trimestral até o segundo dia útil antes de iniciar o mês. O preposto da CONTRATADA distribuirá as atividades entre os seus recursos profissionais disponíveis e capacitados para tal, até o primeiro dia útil antes de iniciar o mês e acompanhará a realização das mesmas sob os aspectos de prazo e qualidade. Os profissionais alocados pela CONTRATADA devem possuir os conhecimentos discriminados no ANEXO V - PERFIS PROFISSIONAIS, conforme o grupo de serviços contratados.

Ao final do mês, o preposto da CONTRATADA deverá emitir o Relatório de Serviços Executados, contendo a situação dos serviços solicitados naquele mês, o identificador do projeto, as atividades associadas, as UST entregues e as UST pendentes de homologação, o relato dos problemas ocorridos durante a sua execução, e encaminhá-los para avaliação do fiscal do contrato.

O Fiscal do contrato revisará o Relatório e atualizará a Ordem de Serviço se houver alguma mudança de escopo ou de atividades no decorrer daquele mês em comparação com o Plano de Trabalho de Alocação Trimestral previamente aprovado. A cada mês o Fiscal do contrato encerrará a Ordem de Serviço correspondente para aqueles serviços contratados liberando o

pagamento somente para as atividades entregues e aprovadas pelo Grupo de Governança de TI da STI.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados serão realizados por membros da administração da STI, da administração da UFF, e CONTRATADA especialmente designados, com as seguintes funções:

- a) Um Gestor de Contrato – servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado pela autoridade competente da UFF. A ele caberá encaminhar o encaminhamento de documentação pertinente ao setor de contratos para formalização de procedimentos diversos sobre prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros. Deve manter o histórico de gerenciamento do contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato.
- b) Um Fiscal Técnico - servidor representante da área de tecnologia da informação, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar tecnicamente o contrato. Cabe ao fiscal técnico avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo, e modo da prestação dos serviços estão compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho do ato convocatório.
- c) Um Fiscal Administrativo - servidor representante da área administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos. Cabe ao fiscal administrativo verificação de aderência aos termos contratuais; verificar a manutenção das condições classificatórias (pontuação e habilitação técnica); verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias.
- d) Um Preposto – representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual. Cabe ao preposto participar da iniciação contratual, encaminhar as Ordens de Serviço, acompanhar e monitorar sua execução garantindo que sejam atendidos no prazo e na qualidade exigida, atuar na transição contratual e encerramento do contrato.

6.1 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO;

Para efeitos de cálculo de pagamento de cada OS emitida e concluída, será utilizada a fórmula abaixo, no que se refere aos serviços do tipo demanda e/ou emergenciais:

- a) OS de Serviços do tipo - Demanda e/ou Emergencial

$$\text{Valor OS} = \text{Valor_UST} \times \text{Total_UST}, \text{ onde:}$$
 - Valor_OS = valor total em reais da ordem de serviço
 - Valor_UST = corresponderá ao valor em reais da proposta vencedora; e
 - Total_UST = somatório das quantidades de Unidades de Serviço Técnico concluídas da ordem de serviço.

A ordem de serviços será aberta trimestralmente e/ou emergencialmente, e englobará os serviços rotineiros e emergenciais, para cada serviço a ser iniciado.

O Sistema de OS será submetido à avaliação e homologação da equipe técnica da STI e da CONTRATADA. A STI dispõe do sistema computacional (Sistema de Gestão Integrada - STI) para cadastramento e acompanhamento das Ordens de Serviços, com as seguintes características:

- O acesso às informações protegido por senha e conexão segura.
- O sistema permite que a STI solicite demandas à CONTRATADA, que irá receber comunicação para que possa aceitar ou rejeitar as demandas.
- Os chamados pendentes de homologação pelo CONTRATANTE acima de cinco dias úteis deverão ser encerrados automaticamente pelo sistema.
- O sistema deverá manter, para cada ordem de serviço: identificação do projeto ou demanda, data e hora de abertura do chamado, início e término do atendimento, identificação e resolução do escopo, documentação da solução, status, recursos alocados e outras informações pertinentes.
- O sistema deverá ter funcionalidade de consulta consolidada e detalhada das informações.
- O sistema deverá mostrar o quadro de alocação dos recursos por projeto e demanda.
- O sistema será capaz de emitir relatórios diários e/ou mensais para o controle das solicitações abertas e encaminhadas pela CONTRATANTE.
- O sistema garante que os níveis de serviços de atendimento sejam monitorados, de forma que o tempo de atendimento de uma solicitação comece a ser contado a partir do envio da mesma pelo usuário solicitante e seja finalizado no momento de fechamento da solicitação no sistema.

6.2 MODELO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução dos serviços será gerenciada pela CONTRATADA, que fará a alocação dos recursos e o acompanhamento diário da qualidade e dos níveis alcançados, com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo. Quaisquer problemas que venham a comprometer o andamento das atividades ou o alcance dos níveis de serviço estabelecidos devem ser imediatamente comunicados à UFF. Os serviços serão passados pela STI, sob demanda, mediante abertura de Ordem de Serviço (OS) por parte do fiscal técnico, através do Sistema de Gestão Integrada – STI.

A STI somente pagará à CONTRATADA as atividades efetivamente entregues e homologadas a cada mês, de acordo com os procedimentos de medição estabelecidos neste documento, não sendo devido o pagamento de quaisquer valores a título de franquia ou garantia de execução de valores mínimos.

O Fiscal do contrato deverá apurar através da ferramenta de acompanhamento de Ordem de Serviço os níveis de serviço de demandas do mês. No caso da STI detectar falha, inconsistência ou incorreção na execução dos serviços, estes deverão ser corrigidos sem qualquer ônus para a UFF, mesmo que o problema seja detectado após a homologação do usuário requisitante, se o serviço estiver dentro do prazo de garantia contratual. Nos casos em que a Ordem de Serviço seja cancelada por solicitação da STI, o trabalho já executado até aquele momento deverá ser medido e pago pela UFF. O não cumprimento dos prazos e dos critérios de qualidade determinados nos instrumentos de gestão desta contratação sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas neste Termo de Referência e no Contrato. Demandas emergenciais serão tratadas, diretamente pela CONTRATANTE, junto ao preposto da CONTRATADA. A execução dos serviços ocorrerá sob demanda, mediante abertura de Ordem de Serviço (OS) por parte do fiscal técnico, em conformidade com as necessidades da STI ao longo da contratação.

Demandas que possuam atividades não descritas no catálogo de serviços deverão ser objeto de

análise pela STI, que utilizará, inicialmente, o critério de similaridade com outros serviços. Caso se verifique a necessidade de atualização do catálogo, a nova atividade deverá ser estimada e compor uma base de dados para, por apostilamento contratual, complementar o catálogo de serviços.

Todos os serviços realizados, independentemente de sua classificação, terão uma garantia de até 6 (seis) meses. Caso algum serviço concluído e dentro do prazo de 6 (seis) meses de garantia, tenha constatado uma não conformidade, o respectivo chamado será reaberto, com prazo de atendimento imediato e sem ensejar efeitos remuneratórios. Tal serviço, por ter apresentado uma não conformidade, também acarretará impacto no cálculo do indicador de qualidade na OS do mês em que foi reaberto.

O objeto deste Termo de Referência estará sujeito ao mais amplo e rigoroso acompanhamento da UFF e/ou de empresa de auditoria por ela designada, a qualquer hora, em todas as áreas abrangidas pelos serviços contratados, obrigando a CONTRATADA a prestar todos os esclarecimentos necessários que forem solicitados sem que isso incorra em qualquer custo para a UFF.

Caso sejam verificadas inconsistências entre o resultado apresentado pela CONTRATADA e o apurado pela STI e/ou empresa por ela designada, serão aplicadas as glosas e/ou sanções administrativas previstas no contrato, sem prejuízo das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos legais e infralegais.

Os membros da equipe de gestão de contratos promoverão o registro das ocorrências verificadas, durante a execução do contrato adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

A atuação dos membros da equipe de gestão de contratos não diminuirá a responsabilidade da CONTRATADA, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da UFF.

À UFF fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens constantes deste Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e das cláusulas contratuais acordadas, e demais normativas técnicas e administrativas da STI.

6.3 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos de serviços estabelecidos, definidos pelas áreas funcionais da STI, e apresentados ao preposto da CONTRATADA, quando do início do contrato. Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos, com a finalidade de aferir e avaliar fatores relacionados com os serviços contratados. Para mensurar esses fatores serão utilizados indicadores relacionados com a natureza e característica dos serviços contratados, para os quais são estabelecidas metas quantificáveis a serem cumpridas pela CONTRATADA.

A adoção de nível mínimo de serviço vinculado às ordens de serviço tem como foco definir claramente os produtos, prazos, padrões de qualidade, responsabilidades das partes e garantir a identificação de problemas e adoção de ações preventivas e/ou corretivas. Os níveis mínimos de serviços são critérios para aferir e avaliar os diversos produtos relacionados aos serviços contratados. Os primeiros 90 (noventa) dias a partir do início da execução contratual serão considerados como período de estabilização e de ajustes específicos, durante o qual as metas

definidas poderão ser flexibilizadas, por entendimento entre as partes, e onde não serão aplicadas sanções ou penalidades quando do não cumprimento dos níveis de serviço.

Além dos aceites realizados nas ordens de serviços pelas unidades requisitantes, o CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, realizar ou comandar a aferição e a avaliação dos serviços prestados. Os resultados serão apresentados por meio de relatório técnico. Constarão desse relatório, dentre outras informações, os indicadores/metast de níveis de serviço alcançados, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais e demais informações relevantes para a gestão contratual.

Para efeito de aferição da qualidade dos serviços prestados serão seguidos os padrões mínimos estabelecidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) definidos pelas áreas da STI. O IMR descreve a forma de medição e controle dos serviços executados pela CONTRATADA durante o período de vigência do contrato, assim como a definição dos índices de medição dos serviços desejados e penalidades, e apresentados na tabela abaixo:

Processo: 23069.041945/2018-20				
Objeto:	Contratação de serviços técnicos contínuos na área de tecnologia da informação			
Indicador 1	Planos de Trabalho entregues			
Finalidade	Verificar se o prazo acordado para a entrega do Plano de Trabalho foi cumprido			
Periodicidade	Mensal			
Unidade de medida	Percentual (%)			
Como medir	No primeiro dia útil após a execução dos serviços, verificar se os Planos de Trabalho foram entregues conforme previsto em contrato. Considera-se como atrasado o Plano de Trabalho entregue em prazo igual ou superior a 6 (seis) dias úteis do mês em que seria executado.			
Limite Aceito	No mínimo 90% dos Planos de Trabalho entregues sem atraso			
Observações:	Este indicador se aplica para atraso na entrega de até 10 (dez) dias úteis. A partir do décimo primeiro dia incidirão as penalidades previstas na “Cláusula de Sanções Administrativas”. Planos de Trabalho não aceitos quanto a qualidade, não serão aceitos para fins de cálculo deste indicador. Planos de trabalho entregues e com solicitação de complementação ou alteração serão considerados como entregues, desde que os ajustes sejam apresentados em até 2 (dois) dias úteis de sua solicitação, caso contrário serão considerados como em atraso.			
Como Calcular	$IND_PLAN_TRAB = (TPT_EP - TPT_CA) / TPT_EP$ <p style="text-align: center;">TPT_CA = Total de planos de trabalho entregues com atraso TPT_EP = Total de planos de trabalho entregues no período</p>			
	Nível máximo Esperado	Nível mínimo Aceitável	Ocorrências	Redutor no Pagamento da Fatura
	100%	90%	>= 90	0%
			>= 80 e < 90	6%

			≥ 70 e < 80	10%
			≥ 60 e < 70	20%
			< 60	30%

Indicador 2	Ordens de Serviços concluídas sem atraso			
Finalidade	Verificar se o prazo acordado para a conclusão dos serviços foi cumprido			
Periodicidade	Mensal			
Unidade de medida	Percentual (%)			
Como medir	No primeiro dia útil do mês seguinte, após a execução dos serviços, verificar se todos os serviços da OS foram concluídos e entregues conforme previsto.			
Limite Aceito	No mínimo 95% dos serviços concluídos entregues sem atraso			
Como Calcular	$IND_OS_OK = (T_UST_C_OS - T_UST_C_OS_CA) / T_UST_C_OS$ <p> $T_UST_C_OS$ = Total de UST concluídas na OS $T_UST_C_OS_CA$ = Total de UST concluídas na OS com atraso </p>			
	Nível máximo Esperado	Nível mínimo Aceitável	Ocorrências	Redutor no Pagamento da Fatura
	100%	95%	≥ 95	0%
			≥ 85 e < 95	6%
			≥ 80 e < 85	10%
			≥ 70 e < 80	20%
			≤ 70	30%

Indicador 3	Aceite de Serviços			
Finalidade	Verificar a qualidade dos serviços entregues, por meio do aceite dos mesmos na etapa de validação/homologação pelo usuário solicitante.			
Periodicidade	Mensal			
Unidade de medida	Percentual (%)			
Como medir	No primeiro dia útil de cada mês, após a execução dos serviços, considerando todos os serviços abrangidos pela OS que geraram artefatos ou atividades durante sua execução.			
Limite Aceito	No mínimo 90% dos serviços entregues e aceitos por OS			
Observações:	<p>As não conformidades só serão consideradas nos casos do prazo de atendimento já ter sido expirado e se ainda houver rejeite do serviço pelo usuário solicitante em virtude de não conformidade apontadas e ainda pendentes no serviço realizado.</p> <p>Também serão consideradas nos casos em que um serviço já tiver sido homologado e concluído, mas uma não conformidade for verificada dentro do prazo de garantia do serviço.</p>			
	$IND_SERV_OK = (T_UST_C - T_UST_C_CNC) / T_UST_C$ <p> T_UST_C = Total de UST, de serviços concluídas $T_UST_C_CNC$ = Total UST, serviços concluídos com não conformidades </p>			

Como Calcular	Nível máximo Esperado	Nível mínimo Aceitável	Ocorrências	Redutor no Pagamento da Fatura
	100%	95%	≥ 95	0%
			≥ 85 e < 95	6%
			≥ 80 e < 85	10%
			≥ 70 e < 80	20%
			< 70	30%

A adoção e uso dos critérios do IMR, vinculado às ordens de serviço, tem como foco definir claramente padrões de qualidade e responsabilidades da CONTRATADA, garantindo a identificação de problemas e adoção de ações preventivas e/ou corretivas. No IMR está definida a maneira pela qual os produtos serão avaliados e as deduções a serem aplicadas na fatura mensal, quando o serviço prestado não alcançar o nível mínimo aceitável.

A identificação de inconsistências entre os indicadores apresentados pela CONTRATADA e os indicadores apurados pela CONTRATANTE poderá configurar-se como não cumprimento do nível mínimo de serviço, sendo, neste caso, aplicadas as sanções administrativas previstas neste termo. No caso de aplicação de redutor no faturamento, decorrente do não cumprimento dos níveis mínimos de serviços, a CONTRATADA disporá do prazo de cinco dias úteis, a contar da data do fechamento da avaliação dos indicadores, para apresentar justificativas ao CONTRATANTE, que deverá avaliá-las em até cinco dias úteis. A aceitação ou a recusa das justificativas deverá ser formalizada pelo fiscal administrativo. Sendo aceitas as justificativas ou se elas não forem avaliadas tempestivamente, não haverá a aplicação do redutor.

7. ESTIMATIVAS DE CUSTOS

O custo estimado da contratação terá o valor máximo global no montante de R\$ 9.482.263,44 (nove milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, duzentos e sessenta e três reais, e quarenta e quatro centavos), conforme se verificou mediante pesquisa de preço em pregões passados, e em pesquisas salariais na qual se identificou a média dos valores praticados no mercado pertinente ao objeto a ser contratado. Foram utilizados valores do contrato 23/2016, ainda em andamento. Realizamos uma pesquisa salarial (agosto de 2018) com base na definição das categorias profissionais que julgamos necessárias ao cumprimento dos serviços, através da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Também foram avaliadas empresas de TI que apresentaram propostas ao Pregão 05/2016, homologado em outubro de 2016.

A previsão de desembolso para a execução física e financeira dos serviços prestados terá o valor máximo global de R\$ 790.188,62 (setecentos e noventa mil, cento e oitenta e oito reais, e sessenta e dois centavos) mensais. Esclarecemos que a contratação dos serviços poderá não ocorrer em sua totalidade, mas sim na quantidade de UST demandadas pela STI.

7.1 REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Será admitido o Reequilíbrio Econômico Financeiro de preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano e de acordo com o previsto na IN n.º 02 de 30 de abril de 2008.

- 7.1.1** O Reequilíbrio Econômico Financeiro contratual deve levar em conta os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado.
- 7.1.2** O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado a partir da data da ocorrência da licitação.
- 7.1.3** Nos reajustes subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do último reajuste ocorrido.
- 7.1.4** O Reequilíbrio Econômico Financeiro será precedido de solicitação da CONTRATADA, acompanhado de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamente um aumento no custo dos serviços prestados.
- 7.1.5** É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 7.1.6** No caso do reajuste ser concedido, será lavrado um termo aditivo ao contrato vigente.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da UFF, para o exercício de 2018/2019, na classificação abaixo:

Fonte de recursos:

PTRES:

PI:

Elemento de Despesa:

UGR:

Pré-Empenho:

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão por conta da CONTRATANTE a alocação de recursos orçamentários e financeiros para atender às despesas da CONTRATADA, feitas ao início do exercício financeiro de cada ano.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR;

9.1 DA VISTORIA TÉCNICA

É desejável que as PROPONENTES interessadas realizem vistoria técnica, imprescindível para a caracterização do objeto deste Termo de Referência devido a sua complexidade tecnológica, mediante um representante legalmente designado por meio de documentação (indicação da empresa e documento oficial com foto), conforme ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE VISTORIA, visando o conhecimento dos ambientes e recursos de TI, além do esclarecimento de dúvidas sobre a execução dos serviços objeto do certame para elaboração das propostas.

A visita técnica deverá ocorrer dentro do horário das 9 às 16 horas, no endereço da Superintendência de Tecnologia da Informação, sito à Rua Mário Santos Braga, s/nº - Faculdade de Administração – Prédio 1, 3º andar. Campus do Valguinho – Niterói – RJ – CEP: 24020-160 até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data de abertura da licitação e deverão ser

programadas com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis por meio dos telefones (21) 3764-7785, (21) 3764-7786 ou (21) 97565 2275.

9.2 DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

Para fins de habilitação técnica, considerando a complexidade e a criticidade dos serviços de tecnologia de informação da UFF, a LICITANTE deverá apresentar documentação que comprove capacidade de satisfazer a dois aspectos indispensáveis: quantidade – experiência em atender o volume de demandas contratado por um período ininterrupto de, pelo menos, 12 meses; e qualidade – habilidade técnica na prestação dos serviços do objeto.

Os atestados e documentos poderão ser diligenciados pela UFF, com a finalidade de verificar a veracidade das informações constantes nos mesmos. Nesse procedimento, poderão ser exigidos todos os insumos (contratos, ajustes, ordens de serviço, ordens de pagamento, notas fiscais, termos de aceite, planilhas, relatórios, gráficos, documentação de sistemas e ambiente operacional, sistemas informatizados, base de dados, controle de versão e outros) que comprovem a veracidade do conteúdo dos atestados. Caso seja constatada divergência entre as informações atestadas e os serviços efetivamente realizados, o atestado será desconsiderado. Caso fique caracterizada atitude inidônea da LICITANTE, essa estará sujeita às penalidades previstas em lei. Não serão considerados os atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo comercial, industrial ou de qualquer atividade econômica de que faça parte a LICITANTE.

Para fins da comprovação da capacidade da LICITANTE, também serão aceitos atestados em pontos de função (PF), considerando, para efeito de conversão, a proporção de 1 (um) PF para 3.234 UST. Da mesma forma, serão aceitos atestados em horas de trabalho (H/H). Neste caso, a proporção será de 1 (um) H/H para 20 UST. No que concerne ao aspecto de quantidade, são exigidos atestados de capacidade técnica que comprovem que a LICITANTE possui experiência na prestação de serviços similares ao objeto da contratação e de que essa experiência alcança um volume igual ou superior a 50% da quantidade de unidades de serviço técnico (UST) objeto desta contratação, a saber: 139.076 UST. Colocamos, também, a necessidade de apresentação de atestado que comprove que a LICITANTE executou os serviços compatíveis em quantidade com o objeto licitado por período não inferior a 03 (três) anos. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

Apresentar declaração de que, caso seja CONTRATADA, possuirá na cidade do Rio de Janeiro instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado para prestar os serviços contratados em até 30 dias corridos a contar da data da assinatura do contrato; Apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal, sob as penalidades previstas em lei, de que os documentos que compõem o Edital e este Termo de Referência foram colocados à disposição e que tomou conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados; Apresentar Convenção/Dissídio/Acordo Coletivo homologado que utilizou para formulação de sua proposta, ficando obrigatoriamente vinculado a esta até o final da contratação.

9.3 DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

Considerando que os serviços de tecnologia da informação lidam com produtos intangíveis e de complexa aferição e verificação, existe a necessidade de equipes multidisciplinares e multifuncionais, dotadas de profissionais que atuem na prestação de diferentes tipos de serviços. Tais profissionais, respeitando a alocação determinada pela STI, podem trazer

resultados financeiramente menos custosos, uma vez que o mesmo profissional pode atuar em mais de um serviço ou projeto simultaneamente, sendo completamente aproveitado, maximizando sua produtividade.

Para atendimento ao objeto desta contratação não serão aceitos consórcios. Fica esclarecido que a regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente, permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade e de relevante vulto impeçam a participação isolada de empresas com condições de, sozinhas, atenderem todos os requisitos necessários para a plena execução dos serviços.

Como a contratação em questão trata de prestação de serviços técnicos especializados na área de TI, conforme ANEXO II – CATÁLOGO DE SERVIÇOS e ANEXO III – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO, uma única empresa é capaz de reunir todos os componentes necessários para a realização dos serviços de forma eficiente e eficaz. Vale ressaltar que todos os componentes para a prestação dos serviços são complementares, interdependentes, integrativos a um mesmo contexto, não ensejando buscar diferente contexto ou ramo de serviço para a realização dos serviços objetos dessa contratação.

Ao mesmo tempo, a complexidade dos serviços produzidos pela UFF, voltada a produção intensa de conhecimento e apoio à ações sociais, ambientais e culturais, que definem requisitos que a solução de tecnologia da informação deve atender, para respeitar necessidades específicas da universidade em relação à sociedade, leva a STI a envidar esforços para a adequação às normas e solicitações dos órgãos reguladores. A estrutura da universidade, dotada de grande diversidade geográfica influencia um dispêndio extra de energia e integração por parte do grupo operacional do serviço, fator que favorece a relação da UFF com apenas uma solução abrangente e integrada. Portanto, o modelo de contratação da STI reflete essa necessidade, respeitando a horizontalidade e heterogeneidade das equipes dos projetos. Ou seja, toda demanda dos clientes da STI geram a necessidade de equipes compostas por diversos papéis diferentes e com diferentes competências.

Cabe ressaltar que a permissão ou não de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração CONTRATANTE, conforme o art. 33, caput, da Lei no 8.666/1993, requerendo-se, porém, que sua opção seja sempre justificada. Dispersar os serviços em um grupo muito grande de fornecedores poderá dificultar a sua gestão devido à pulverização de responsabilidades, além de um consórcio poder gerar possíveis conflitos de interesse entre os fornecedores, diferença na qualidade dos serviços prestados e maior risco da dissolução de qualquer empresa que forma o consórcio, colocando em risco a prestação de serviços.

Considerando que o Sindicato dos Empregados pertinente aos serviços a serem contratados não têm para algumas especialidades piso salarial e, para outras, apresenta piso salarial incompatível com o mercado de trabalho, a LICITANTE deverá preencher a planilha de custo do ANEXO VIII - PLANILHA DE COTAÇÃO, com a remuneração utilizada como referência por grupo da planilha abaixo.

Item	Descrição dos serviços	UST Ano	Valor Mensal	Valor Anual
1.	Suporte à infraestrutura e Datacenter	91.396	259.643,04	3.115.716,48
2.	Suporte à operação de serviços de TIC	20.537	58.344,03	700.128,36
3.	Suporte à redes de computadores e conectividade	42.242	120.002,67	1.440.032,04
4.	Operações e monitoramento de soluções web	62.264	176.882,40	2.122.588,80
5.	Suporte de sistemas e novas tecnologias	30.961	87.956,90	1.055.482,80

6.	Apoio à gestão de TIC	30.751	87.359,58	1.048.314,96
	Total Geral	278.151	790.188,62	9.482.263,44

Após análise das informações, caso fique caracterizada a inexecução do preço proposto, considerando os padrões de qualidade definidos pela STI e especificados neste Termo de Referência e em seus anexos, a LICITANTE será desclassificada e será então convocada a próxima LICITANTE, respeitada a ordem de classificação do pregão.

9.4 COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A comprovação de Qualificação Técnica para fins de habilitação se dará por meio das seguintes comprovações:

- 9.4.1 Atestado de capacidade técnica operacional que comprove que a licitante tenha executado para órgão ou entidade de administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, comprovando que presta ou prestou serviços compatíveis com o objeto, em atividades semelhantes, em quantidades e prazos, que permitam o ajuizamento da capacidade de atendimento.
- 9.4.2 Serão considerados serviços compatíveis à demonstração de que a Licitante geriu no mínimo um quantitativo de 50% (cinquenta por cento) da quantidade de unidades de serviço técnico (UST) objeto desta contratação, determinados no presente termo de referência, conforme Acórdão 1214/2013-TCU Plenário.
- 9.4.3 O Atestado deverá comprovar que a licitante executou os serviços compatíveis em quantidade com o objeto licitado por período não inferior a 03 (três) anos (conforme Acórdão 1214/2013-TCU Plenário).
- 9.4.4 A Licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foram prestados os serviços (conforme Acórdão 1214/2013-TCU Plenário).
- 9.4.5 Somente serão aceitos Atestados expedidos após a conclusão do contrato ou decorrido no mínimo 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior (conforme Acórdão 1214/2013-TCU Plenário).
- 9.4.6 Para fins da comprovação de que tratam os subitens anteriores, será possível o somatório de atestados, exceto se os serviços foram prestados em idêntico e concomitante prazo.
- 9.4.7 Tal exigência é imprescindível à demonstração de que a Licitante detém capacidade para executar o Contrato, além de figurar como proteção à Administração da UFF, já que demonstra a capacidade de ininterruptibilidade do serviço, bem como a idoneidade da Licitante em serviços de natureza similar.
- 9.4.7.1 No caso de duas ou mais Licitantes apresentarem os mesmos atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, elas serão inabilitadas.

9.5 DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR AO SICAF

- 9.5.1** Declaração da LICITANTE de que o serviço ofertado atende integralmente a todos os requisitos especificados neste Edital e seus anexos.
- 9.5.2** Demonstração de Patrimônio Líquido mínimo, para efeito de comprovação da boa situação financeira, quando a licitante apresentar em seu Balanço resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices abaixo explicitados:

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

- 9.5.2.1** A licitante que apresentar em seu Balanço resultado igual ou menor do que 1 (um) em qualquer dos índices acima fica obrigada a comprovar, na data de apresentação da documentação, Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado para a contratação
- 9.5.2.2** O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinadas por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.6 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A CONTRATADA prestará garantia no valor correspondente a uma das modalidades previstas no § 1º, do art. 56, da Lei n.º 8.666/93, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado deste Termo de Contrato, no prazo de 10 (dez) dias após a sua assinatura; e, que, será liberada de acordo com as condições previstas neste instrumento, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da CONTRATANTE. A garantia poderá ser apresentada em uma das seguintes modalidades, conforme opção da CONTRATADA:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública federal;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

- 9.6.1** No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato, deverá a Contratada comprovar perante a CONTRATANTE ter efetuado na Tesouraria desta, a título de caução, um depósito de 5% (cinco por cento) do seu valor total da contratação, em qualquer das modalidades previstas no art. 56 da Lei nº 8.666 / 93, sob pena de nulidade do Ato, com validade durante a execução do Contrato e por mais 03 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.
- 9.6.2** Caso a CONTRATADA opte pela caução em dinheiro, deverá providenciar o depósito junto à Caixa Econômica Federal, nominal à Universidade Federal Fluminense, para os

fins específicos a que se destina, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência.

9.6.3 A CONTRATANTE fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir quaisquer imperfeições na execução do objeto do contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da CONTRATADA, de seu preposto ou de quem em seu nome agir.

9.6.3.1 A autorização contida neste subitem é extensiva aos casos de multas aplicadas depois de esgotado o prazo recursal.

9.7 PROPRIEDADE, SIGILO E SEGURANÇA

A CONTRATADA cederá à UFF, os direitos autorais e patrimoniais e a propriedade intelectual em caráter definitivo dos resultados produzidos em consequência desta licitação, entendendo-se por resultados quaisquer estudos, relatórios, descrições técnicas, protótipos, dados, esquemas, plantas, desenhos, diagramas, fontes dos códigos dos programas em qualquer mídia, páginas na Intranet e Internet e documentação didática em papel ou em mídia eletrônica.

A CONTRATADA fica proibida de veicular e comercializar os produtos gerados relativos ao objeto da prestação dos serviços, salvo se houver a prévia autorização por escrito da UFF.

A CONTRATADA deverá seguir os procedimentos de segurança, tais como:

9.7.1 Credenciar junto a STI, seus profissionais autorizados a retirar e a entregar documentos, bem como daqueles que venham a ser designados para prestar serviços nas dependências da UFF.

9.7.2 Identificar qualquer equipamento da CONTRATADA que venha a ser instalado nas dependências da UFF, utilizando placas de controle patrimonial, selos de segurança, etc.

9.7.3 Manter sigilo absoluto sobre informações, dados e documentos integrantes dos serviços a serem executados na UFF.

9.7.4 Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização.

9.7.5 Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação - TI da UFF.

9.7.6 Adotar critérios adequados para o processo seletivo dos profissionais, com o propósito de evitar a incorporação de pessoas com características e/ou antecedentes que possam comprometer a segurança ou credibilidade da UFF.

9.7.7 Comunicar com antecedência mínima de 3 (três) dias ao Representante da STI qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos da UFF.

9.7.8 Manter sigilo sobre todos os ativos de informações e de processos da UFF.

9.8 MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

São instrumentos formais de comunicação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA:

- a) Ordem de Serviço – OS.
- b) Ofício.
- c) Sistema de solicitação, acompanhamento e avaliação de Ordens de Serviço.
- d) Mensagem eletrônica – e-mail.

9.9 DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9.10 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se, além do cumprimento das obrigações constantes da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 02, de 30/04/2008 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 03, de 16/10/2009, a disponibilizar mão de obra, uniformes e equipamentos em quantidades suficientes e necessários para a perfeita execução dos serviços e assegurar conformidade dos itens a seguir:

- 10.1** Executar integralmente os serviços contratados, de acordo com o discriminado no Projeto Básico / Termo de Referência, nos termos da legislação vigente.
- 10.2** Fazer cumprir, por parte de seus colaboradores, as normas disciplinares determinadas pela UFF.
- 10.3** Manter preposto aceito pela CONTRATANTE na UFF, para representá-la na execução do Contrato, que será acompanhado e fiscalizado por responsável designado pela UFF.
- 10.4** Selecionar e preparar rigorosamente os profissionais que irão prestar os serviços, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.
- 10.5** Cuidar para que seus profissionais, por ela recrutados e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, designados para a execução dos serviços, nos locais internos da UFF, atendam, dentre outros, requisitos mínimos de pontualidade, assiduidade ao trabalho, aparência pessoal adequada, e cordialidade.
- 10.6** Apresentar o programa de treinamento dos profissionais, contendo a periodicidade e o conteúdo programático; bem como, a devida comprovação da realização no decurso da vigência do Contrato.

- 10.7** Obedecer ao quantitativo do SESMT (Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho), determinado pela NR4 (Norma Regulamentar) do Ministério do Trabalho e Emprego, conforme Portaria 3.214 de 08 de junho de 1978, instruindo seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações do CONTRATANTE, quanto ao cumprimento das referidas Normas.
- 10.8** Manter seu pessoal identificado / uniformizado, conforme discriminado na convenção coletiva do sindicato dos profissionais envolvidos nesta contratação.
- 10.9** Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, bem como ao responsável pela Fiscalização do Contrato quaisquer anormalidades verificadas, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- 10.10** Atender de imediato as solicitações da UFF quanto às substituições de profissionais não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.
- 10.11** Efetuar reposição de mão de obra especializada, em caráter imediato, sem qualquer ônus adicional, em eventuais ausências, férias e afastamentos por motivo de saúde, de maneira a não prejudicar o bom andamento e a boa execução dos seus serviços.
- 10.12** Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender eventuais acréscimos solicitados pelo CONTRATANTE, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar, qualificada como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações do CONTRATANTE.
- 10.13** Proceder ao atendimento extraordinário, em caso de necessidade, respeitada a legislação trabalhista. Na ocorrência de estado de greve da categoria, a CONTRATADA fica obrigada à prestação do serviço, através de esquema de emergência.
- 10.14** Abster-se de subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir parcialmente os serviços, objeto desta Licitação, a não ser através de autorização prévia da UFF.
- 10.15** Instruir seus profissionais sobre a prevenção de incêndios nas áreas internas e externas da UFF.
- 10.16** Retirar no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação, qualquer profissional considerado com conduta inconveniente pela UFF, independente do cargo que ocupe.
- 10.17** Observar aos seus profissionais a terminante proibição de permanecer na UFF após o horário de trabalho, a partir de autorização da fiscalização do contrato.
- 10.18** Implantar de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem todas as dependências objeto dos serviços, elaborando em conjunto com a Fiscalização do Contrato conferência (“check-list”) por área, e fiscalizando a sua execução.
- 10.19** Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas no instrumento editalício.

- 10.20** Dar fiel cumprimento às condições pactuadas em Convenção Coletiva, Acordo Coletivo ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo de Trabalho.

11. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

Além de responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, cumprindo fielmente o Contrato, a CONTRATADA se responsabilizará por:

- 11.1** Manter o controle de vacinação, nos termos da legislação vigente, aos profissionais diretamente envolvidos na execução dos serviços.
- 11.2** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito.
- 11.3** Responder à CONTRATANTE com reposição e ou ressarcimento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas por todo e qualquer dano ou avaria causados por seus profissionais ao patrimônio da UFF, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no exercício de suas atividades durante a execução do Contrato, após a devida apuração através de Sindicância Interna promovida pela UFF, garantidos a ampla defesa e o contraditório.
- 11.4** Ressarcir o valor correspondente aos danos causados em bens de propriedade do CONTRATANTE, o qual será calculado de acordo com o preço de mercado e recolhido por depósito a favor do CONTRATANTE, através de Guia de Recolhimento da União (GRU), no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis a partir da notificação, garantida previamente ampla defesa e contraditório. Caso o valor dos danos não seja pago, ou depositado, será automaticamente descontado da garantia e, se necessário, do pagamento a que a CONTRATADA fizer jus. Em caso de saldo insuficiente, o valor complementar será cobrado, administrativa e/ou judicialmente. A reparação dos danos causados em bens de propriedade de terceiros deverá ser efetuada aos mesmos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação.
- 11.5** Fazer seguro de seus colaboradores contra riscos de acidente de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do Contrato, conforme exigência legal.
- 11.6** Atender a todos os requisitos legais em relação à segurança, a saúde e ao meio ambiente, assim como a legislação previdenciária, focalizando os profissionais à disposição da UFF, de acordo com as diretrizes da CSST (Coordenação de Segurança e Saúde do Trabalhador).
- 11.7** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão ou contingência.
- 11.8** Fornecer obrigatoriamente vale transporte e vale refeição ou alimentação.
- 11.9** Apresentar, quando solicitado pela UFF, prova de quitação de todos os tributos, impostos, taxas e quaisquer encargos inerentes direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços contratados.

- 11.10** Preservar e manter a UFF à margem de todas as reivindicações, queixas e representações de quaisquer naturezas, referente aos serviços, responsabilizando-se expressamente pelos encargos trabalhistas e previdenciários, advindos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas aos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência.
- 11.11** Apresentar e executar com a periodicidade exigida na legislação trabalhista, os exames médicos, quais sejam: admissional, periódico, retorno ao trabalho, mudança de função ou demissional.
- 11.12** Cumprir rigorosamente, na área de Medicina e Segurança do Trabalho, as determinações da Lei nº 6.514, de 22/12/1977, Portaria nº 3.214 do MTb/GM, de 08/06/1978 e suas NR's (Normas Regulamentadoras).
- 11.13** Realizar por razões clínicas ou epidemiológicas, outros exames (médicos e laboratoriais) de acordo com solicitação da Fiscalização.
- 11.14** Fixar na UFF quadro de horário de trabalho, constando nome do funcionário, cargo e jornada de trabalho, em locais previamente designados.

12. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

A *CONTRATANTE* deverá atender e assegurar conformidade dos seguintes itens:

- 12.1** Exercer a Fiscalização dos serviços por técnicos especialmente designados e emitir relatório mensal para avaliar a qualidade dos serviços contratados e descritos neste Termo de Referência.
- 12.2** Indicar os locais para a execução dos serviços pela *CONTRATADA*.
- 12.3** Efetuar o controle de qualidade dos serviços prestados, mediante formulários de avaliação destinados para esse fim.
- 12.4** Verificar a comprovação junto à *CONTRATADA*, da aplicação de cursos de treinamento e reciclagens periódicas mínimas previstas em conhecimentos básicos sobre boas práticas de Governança de TI como COBIT, ITIL, SCRUM, BPMN e PMBOK.
- 12.5** Facilitar, por todos seus meios, o exercício das funções da *CONTRATADA*, dando-lhe acesso às suas instalações.
- 12.6** Cumprir suas obrigações estabelecidas no Contrato.
- 12.7** Prestar informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela *CONTRATADA* e que digam respeito à natureza dos serviços que tenham de executar.
- 12.8** Não obstante a *CONTRATADA* ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à *CONTRATANTE* é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso, na forma do que dispõe o art. 67 da Lei 8.666/93:

- 12.8.1** Examinar as Carteiras Profissionais dos profissionais, para comprovar o registro de função profissional.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- 13.1** Com fundamento no art. 7º da Lei nº. 10.520/2002 ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais a CONTRATADA que:

- a) Apresentar documentação falsa.
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto.
- c) Falhar ou fraudar na execução do contrato.
- d) Comportar-se de modo inidôneo.
- e) Cometer fraude fiscal.

- 13.2** Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração do CONTRATANTE pode, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 13.2.1** Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos ao objeto da licitação;

13.2.2 Multa de:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado mensal em caso de atraso para o início da execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia de atraso no início da execução e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- b) 10 % (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida.
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.
- d) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante no item 13.6.

- 13.3** Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a União, por intermédio da unidade CONTRATANTE, por prazo de até 02 (dois) anos, pela inexecução parcial do Contrato, quando essa falta acarretar significativo prejuízo ao serviço contratado.

- 13.4** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Brasileira, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, por inexecução total do Contrato que acarrete

grave prejuízo ao serviço contratado ou por apresentar informação e/ou documentos falsos.

- 13.5** As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da CONTRATANTE, e impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 13.6** Para efeito de aplicação de multas descritas na alínea “d” do subitem 13.2.2, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	03
4	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo ou mal apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência.	01
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
6	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia.	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
7	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	01
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	02
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	01
10	Efetuar ao pagamento de salários, vales-transportes e/ou auxílio alimentação, seguros, encargos fiscais e sociais, dentro dos prazos legais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por funcionário e por dia.	03
11	Efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia.	03
12	Fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los,	02

	por empregado e por ocorrência.	
13	Fornecer os uniformes para cada categoria, nas especificações e quantidades estabelecidas, por funcionário e por ocorrência.	02
14	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03
15	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	01
16	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	01
17	Fornecer materiais, produtos ou equipamentos nas quantidades suficientes para a execução dos serviços e qualidade exigidos no Edital.	01
18	Na primeira reincidência do item 10, o valor da multa será de 100% do grau 3 da Tabela 1 e a próxima reincidência caberá rescisão unilateral do Contrato e será considerada inexecução parcial com aplicação da multa prevista na alínea “d” do item 13.2.2 desta Cláusula.	

13.7 Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, que será dirigida a Autoridade competente detentora do Contrato dentro do prazo legal, contados do dia seguinte ao da notificação a CONTRATADA que lhe poderia ser aplicada, cabendo recurso à instância superior, em igual prazo, da decisão proferida por aquela Autoridade.

14. DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do artigo 57, da Lei nº 8.666/93, mediante celebração do competente termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses. A CONTRATADA obriga-se a manifestar sua intenção de não prorrogar o Contrato no prazo de 90 (noventa) dias antes do término do prazo de vigência, entendendo-se o silêncio da CONTRATADA como anuência quanto à prorrogação.

15. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Fornecer aos seus empregados equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.

Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

Adotar práticas de sustentabilidade e de racionalização no uso de materiais e serviços, incluindo uma política de separação dos resíduos recicláveis descartados e sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, conforme Decreto n. 5.940/2006.

Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

16. DA MODALIDADE SUGERIDA PARA CONTRATAÇÃO

Para a contratação objeto deste Termo de Referência, propõe-se Pregão Eletrônico com fulcro no artigo 1º, parágrafo único, da lei 10.520/02, pois se trata de serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais verificadas no mercado pertinente ao objeto a ser contratado.

17. DA RESPONSABILIDADE PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de exame e, no caso de concordância, aprovação pelo Comitê de Tecnologia da Informação – COTI.

18. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Henrique Oswaldo Uzêda P. de Souza (Integrante Técnico)

Gerente de Governança e Segurança da Informação

Telefone (21) 3674 7786 / Celular (21) 97565 2275

e-mail : contratacoes.sti@id.uff.br

De acordo,

Helcio de Almeida Rocha (Integrante Requisitante)

Superintendente de Tecnologia da Informação

Niterói, ____ de _____ de 2018.

ANEXO II – CATÁLOGO DE SERVIÇOS

Legenda coluna TIPO

Demanda (D) – para atividades rotineiras de sustentação do ambiente informacional da UFF.

Emergencial (E) – para atividades solicitadas ad hoc, cuja execução imediata é fundamental para manter a segurança e estabilidade do ambiente informacional ou por necessidade estratégica da UFF.

Projeto (P) – para atividades associadas a um projeto de manutenção ou desenvolvimento de soluções de TI. Por definição um projeto possui início e fim bem definidos e produz entregas únicas para a área demandante.

As demandas rotineiras são as que estão presentes nos ANS como de baixa complexidade. As demandas emergenciais são as que estão presentes nos ANS como de média complexidade. As demandas do tipo projeto são as que estão presentes nos ANS como de média complexidade.

A - SERVIÇOS DE SUPORTE À INFRAESTRUTURA E DATACENTER (91.396 UST em 90.240 horas)

ATIVIDADES	HORAS	TIPO
1. Manutenção do parque de equipamentos do Datacenter da STI, requisição de mudanças em ambientes de redes, sistema de serviços em redes, telefonia e segurança da informação (manutenção preventiva e reativa).	12891	D / E
2. Aferição de performance, controle de fluxo e testes de penetração em sistemas de redes.	12891	D / E
3. Desenvolvimento de novas soluções de tecnologias como ferramentas de apoio administrativo a estrutura Acadêmica.	12891	D / E
4. Consultoria e suporte técnico ao desenvolvimento e implantação de novos projetos corporativos e acadêmicos demandados da comunidade UFF.	12891	P
5. Consultoria e suporte técnico a projetos externos à UFF através de convênios entre parceiros e instituição.	12891	P
6. Participar do desenvolvimento de novas soluções de tecnologias como ferramentas de apoio administrativo à estrutura acadêmica.	12891	P
7. Prestar consultoria e suporte técnico ao desenvolvimento e implantação de novos projetos corporativos e acadêmicos demandados pelo PDI e PDTI.	12891	P

B - SERVIÇOS DE SUPORTE À OPERAÇÃO DE SERVIÇOS DE TIC (20.537 UST em 17.280 horas)

ATIVIDADES	HORAS	TIPO
1. Suporte Técnico a Base de Dados e sistemas corporativos da UFF.	1440	D / E
2. Suporte Técnico e Manutenção da Integridade de dados corporativos armazenados da UFF - backup e restore.	1440	D / E
3. Suporte ServiceDesk e HelpDesk a usuários final da UFF (Suporte de Campo e telefônico) para manutenção, instalação, atualização de Hardware, Periféricos, Sistema Operacional e Softwares Corporativos em primeiro nível.	1440	D / E
4. Suporte ServiceDesk à corpo técnico especializado da STI (Suporte Remoto) na requisição e manutenção em serviços de redes em segundo nível.	1440	D / E
5. Manutenção corretiva em monitores, Laptop, impressoras, hardware e no-break.	1440	D / E
6. Consultoria e Suporte técnico a aquisição de hardware e software corporativos solicitados pela comunidade UFF.	1440	P
7. Consultoria para manutenção, junto ao fornecedor, do Sistema Integrado de Telefonia da UFF.	1440	P
8. Desenvolvimento de novas soluções de tecnologias como ferramentas de apoio administrativo a estrutura Acadêmica.	1440	P
9. Consultoria e suporte técnico ao desenvolvimento e implantação de novos projetos corporativos e acadêmicos demandados da comunidade UFF.	1440	P
10. Consultoria e Suporte técnico a projetos externos à UFF através de convênios entre parceiros e instituição.	1440	P
11. Participar do desenvolvimento de novas soluções de tecnologias como ferramentas de apoio administrativo à estrutura acadêmica.	1440	P
12. Prestar consultoria e suporte técnico ao desenvolvimento e implantação de novos projetos corporativos e acadêmicos demandados pelo PDI e PDTI.	1440	P

C - SERVIÇOS DE SUPORTE À REDES DE COMPUTADORES E CONECTIVIDADE (42.242 UST em 17.280 horas)

ATIVIDADES	HORAS	TIPO
------------	-------	------

1. Confeção de projetos de conectividade, segurança da informação e serviços de redes (Estrutura lógica).	1920	D / E
2. Confeção de projetos de Infraestrutura de rede física de dados (cabimento estruturado, enlace de fibra ótica e wireless).	1920	D / E
3. Requisição de serviços em redes, software básico, telefonia e segurança da informação.	1920	D / E
4. Tratamento e suporte a eventos de redes, de segurança da informações e em servidores do parque de Datacenter da STI reportados por monitoramento (manutenção preventiva).	1920	D / E
5. Tratamento a incidentes de redes, em: serviços de redes / equipamentos; telefonia e segurança da informação (operação reativa).	1920	D / E
6. Análise de causa raiz e solução de problemas em redes, sistemas de serviços em redes, telefonia e segurança da informação (operação reativa).	1920	D / E
7. Confeção de projetos de conectividade, segurança da informação e serviços de redes (Estrutura lógica).	1920	P
8. Participar do desenvolvimento de novas soluções de tecnologias como ferramentas de apoio administrativo à estrutura acadêmica.	1920	P
9. Prestar consultoria e suporte técnico ao desenvolvimento e implantação de novos projetos corporativos e acadêmicos demandados pelo PDI e PDTI.	1920	P

D - SERVIÇOS DE OPERAÇÕES E MONITORAMENTO DE SOLUÇÕES WEB (62.264
UST em 19.200 horas)

ATIVIDADES	HORAS	TIPO
1. Suporte técnico a base de dados e sistemas corporativos da UFF.	1371	D / E
2. Suporte técnico e manutenção da Integridade de dados corporativos armazenados da UFF - backup e restore.	1371	D / E
3. Desenvolvimento de novas soluções de tecnologias como ferramentas de apoio administrativo a estrutura acadêmica.	1371	D / E
4. Consultoria e suporte técnico ao desenvolvimento e implantação de novos projetos corporativos e acadêmicos demandados da comunidade UFF.	1371	D / E
5. Consultoria e suporte técnico a projetos externos à UFF através de convênios entre parceiros e instituição.	1371	D / E
6. Implementação da codificação de programas.	1371	D / E
7. Elaboração de testes do sistema.	1371	D / E
8. Preparação do sistema para implantação.	1371	D / E
9. Implementação do sistema em ambiente de produção.	1371	D / E
10. Manutenções corretivas em módulos de sistemas.	1371	D / E
11. Desenvolvimento de relatórios e consultas.	1371	D / E
12. Manutenções em bases de dados dos sistemas.	1371	D / E
13. Participar do desenvolvimento de novas soluções de tecnologias como ferramentas de apoio administrativo à estrutura acadêmica.	1371	P
14. Prestar consultoria e suporte técnico ao desenvolvimento e implantação de novos projetos corporativos e acadêmicos demandados pelo PDI e PDTI.	1371	P

E - SERVIÇOS DE SUPORTE DE SISTEMAS E NOVAS TECNOLOGIAS (30.961 UST em
9.600 horas)

ATIVIDADES	HORAS	TIPO
1. Desenvolvimento de sites	355	P

2. Desenvolvimento de materiais gráficos	355	P
3. Desenvolvimento de aplicações multimídia interativas	355	P
4. Manutenção, validação e inspeção de sites	355	D
5. Modelagem do negócio	355	P
6. Levantamento de requisitos	355	P
7. Planejamento e projeto do sistema	355	P
8. Implementação da codificação de programas	355	P
9. Elaboração de testes do sistema	355	P
10. Preparação do sistema para implantação	355	P
11. Implementação do sistema em ambiente de produção	355	P
12. Manutenções corretivas em módulos de sistemas	355	D
13. Desenvolvimento de relatórios e consultas	355	P
14. Manutenções em bases de dados dos sistemas	355	D
15. Elaboração de documentação de sistemas	355	P
16. Treinamento de usuários de sistemas corporativos	355	D
17. Transferência de tecnologia	355	P
18. Instalação e atualização de softwares gerenciais	355	D
19. Desenvolvimento de sistemas de gerência e controle de itens de infraestrutura	355	P
20. Desenvolvimento de sistemas de apoio administrativo	355	P
21. Instalação de ferramentas de gerência, controle e otimização de itens de infraestrutura	355	D
22. Transmissões de eventos via Internet	355	D
23. Videoconferências e web conferências	355	D
24. Migração/consolidação de dados de sistemas	355	D
25. Confeção de projetos de soluções na área de multimídia	355	P
26. Participar do desenvolvimento de novas soluções de tecnologias como ferramentas de apoio administrativo à estrutura acadêmica;	355	P
27. Prestar consultoria e suporte técnico ao desenvolvimento e implantação de novos projetos corporativos e acadêmicos demandados pelo PDI e PDTI.	355	P

F - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE TIC (30.751 UST em 11.520 horas)

ATIVIDADES	HORAS	TIPO
1. Elaboração de documentação para apoio ao planejamento estratégico	1047	D
2. Mapeamento e identificação de melhorias em processo	1047	D
3. Elaboração de documentação para contratação de serviços	1047	E
4. Elaboração de relatórios para apoio a atendimento a auditorias	1047	E
5. Elaboração de documentação de políticas e normas de TI	1047	D
6. Consultoria em Escritório de Projetos (PMO)	1047	P
7. Consultoria em Gerência de Projetos (PMBOK)	1047	P

8. Consultoria em melhoria da Gestão de Serviços	1047	P
9. Apoio ao diagnóstico e melhoria de Governança de TI	1047	D
10. Aplicar procedimentos para avaliar riscos e requisitos de conformidade, qualidade, confiabilidade e segurança de dados e informações	1047	D
11. Participar do desenvolvimento de novas soluções de tecnologias como ferramentas de apoio administrativo à estrutura acadêmica;	1047	E

ANEXO III – DOCUMENTO DE FORMULAÇÃO DA DEMANDA

(Modalidade da licitação e Forma de realização) Nº ____/____.

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO			
Nº OS:		Unidade requisitante:	
Data de emissão: / /		Serviço:	
Contrato nº: /		Processo nº:	
IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA			
Razão social:			CNPJ:
Endereço:			
	Telefone:	Fax:	E-mail

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS					
	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$

Total		
-------	--	--

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	

DEMAIS DETALHAMENTOS			
LOCAL DE REALIZAÇÃO			
Nº do item	Quantidade	Endereço	Data a ser executado

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade:	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data	Local, data
<div></div> <div>Responsável pela solicitação do serviço</div>	<div></div> <div>Responsável pela avaliação do serviço</div>

ANEXO IV – AMBIENTE TECNOLÓGICO

Ambiente	Produto		Versão
Protocolo	TCP/IP(HTTP, HTTPS, FTP)		
Sistema Operacional	Linux		Ubuntu
			Debian
			RedHat
	Windows	Desktop	XP Professional
			Vista
		Servidor	7
			2003
	2008		
Banco de dados	MySQL		5.0, 5.1, 5.5
	Oracle		
			10g
	PostGreSQL		8.4.2
	SQLServer		2000, 2008
Ferramentas de modelagem/CASE/BPMN	MS Visio		2003
	Bizagi		2.8.0.8
	CorelDraw		5.0
	Adobe Photoshop		CS3
Ferramentas de editoração	Visual Studio		2010
	Eclipse		Kepler
Linguagens e Ferramentas de Desenvolvimento	RubyMine		7.1
	Ruby		1.9.3, 2.1.5, 2.2.0
	PHP		5.5
	Delphi		5
	Visual Basic		6
	Crystal Report		10
	DreamWeaver		CS3
	Flash		CS3
	Java		EE5, EE6, EE7
	HTML/JavaScript/CSS		HTML 4.1, 5
	NetBeans		7.4, 8.0.2
	CakePHP		2.5
	.NET Framework		4.5
		Struts	
Frameworks de Desenvolvimento	Hibernate		3, 4
	Drupal		6, 7
	CakePHP		2,5
	Ruby on Rails		3.2, 4.1, 4.2
	Jboss Seam		2.2
	Apache		2.2, 2.3
Servidores de aplicação	Tomcat		5, 6, 7
	Jboss		4.0.3, 5.1, 6.3, 7
	MS IIS		6
	MS Project		2003
Ferramentas de planejamento	DotProject		2.1.5
	Redmine		3.0.4 (2015-07-07) 2.6.6 (2015-07-07)

ANEXO V – PERFIS PROFISSIONAIS

Para o desenvolvimento das atividades a CONTRATADA deverá alocar profissionais com os conhecimentos abaixo discriminados, conforme a necessidade do serviço demandado. Os funcionários devem possuir a capacidade de expressar-se com clareza e objetividade, além de facilidade para se adaptar às normas e aos regulamentos estabelecidos. Devem ter conhecimentos básicos sobre as boas práticas de Governança de TI como COBIT, ITIL, SCRUM, BPMN e PMBOK. As atividades a serem desempenhadas estão relacionadas no ANEXO II – CATÁLOGO DE SERVIÇOS.

A - SERVIÇOS DE SUPORTE À INFRAESTRUTURA E DATACENTER

Experiência Técnica:

Conhecimentos básicos em Instalação de infraestrutura física para cabeamento estruturado envolvendo instalação de: eletrodutos, eletrocalhas, canaletas plásticas e tubos galvanizados; conhecimentos básicos em alvenaria; conhecimentos básicos em conectorização de cabos de pares trançados a conectores RJ45, RJ11, Blocos IDC e patch pannels. Experiência comprovada superior a 1 (um) ano atuando na área de cabeamento estruturado

Conhecimentos intermediários em operação de mesas informatizadas de telefonia; Conhecimentos básicos em organização de listagens informatizadas de chamadas recebidas e distribuídas. Experiência comprovada, superior a 2 (dois) anos atuando como operadora ou agente de teleatendimento.

Conhecimentos básicos em sistemas operacionais Microsoft Windows, Linux, em Sistemas TCP/IP, Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Access, Outlook), Internet Explorer; Chrome; Mozilla Firefox; conhecimentos em montagem e manutenção básica de microcomputadores; e em segurança e procedimentos corretivos e preventivos. Experiência comprovada na função de Atendimento ao usuário de informática, superior a 2 (dois) anos, atuando em suporte de rede e aplicativos Windows e Linux.

Conhecimentos básicos em manutenção de hardware; em componentes eletrônicos e suprimentos de informática; conhecimentos intermediários em feitura de Inventários, organização, controle do estoque e manutenção de almoxarifado; Experiência comprovada, superior a 2 (dois) anos atuando como almoxarife em ambiente de TIC.

Conhecimentos intermediários em instalação de infraestrutura física para cabeamento estruturado envolvendo instalação de: eletrodutos, eletrocalhas, canaletas plásticas e tubos galvanizados; noções básicas de alvenaria; intermediárias em conectorização de cabos de pares trançados a conectores RJ45, RJ11, Blocos IDC e patch pannels; intermediárias em montagem de elementos de infraestrutura (DIO, Patch Pannel etc) em Racks. Experiência comprovada, superior a 2 (dois) anos atuando na área de cabeamento estruturado.

Conhecimentos intermediários em sistemas operacionais Microsoft Windows, Linux, em Sistemas TCP/IP, Microsoft Office (Word, Excel, PowerPoint, Access, Outlook), Internet Explorer; Chrome; Mozilla Firefox; conhecimentos avançados em montagem e manutenção básica de microcomputadores; intermediários em segurança e procedimentos corretivos e preventivos. Experiência comprovada na função de atendimento ao usuário de informática, superior a 2 (dois) anos, atuando em suporte de rede e aplicativos Windows e Linux.

Perfil profissional esperado: técnico de suporte de TI pleno, com ensino médio completo.

B - SERVIÇOS DE SUPORTE À OPERAÇÃO DE SERVIÇOS DE TIC

Experiência Técnica:

Conhecimentos avançados em sistemas Linux, especialmente nas distribuições Ubuntu (Desktop e Server) e Slackware; Conhecimentos avançados de NIS, NFS, LDAP e Proxy/Cache, e em shell script; conhecimentos intermediários de servidores web, infraestrutura de banco de dados MySQL, e em redes de computadores; conhecimentos intermediários de Firewalls em iptables, de DNS, sistemas de replicação de arquivos e clonagem de discos via rede; conhecimentos intermediários de sistemas de impressão local e via rede (CUPS). Experiência de 2 (dois) anos prestando suporte a estações de trabalho e sistemas de apoio baseados em Software Livre.

Conhecimentos intermediários em instalação de rede interna de telefonia; e na instalação de redes estruturadas Cat. 5e; Conhecimento de ferramentas de automação de escritórios dos sistemas Windows e Linux para produzir documentações sobre métricas dos serviços. Experiência de 2 (dois) anos no setor de instalação ou manutenção de redes de telefonia.

Conhecimentos intermediários em sistema operacional Linux, em Hardware, em manutenção de elementos ativos: Roteadores e Switches gerenciáveis; Conhecimentos intermediários em serviços de redes (DNS, FTP, HTTP, SendMail) em ambiente Linux; e conhecimentos básicos em aplicativos Microsoft. Experiência comprovada, superior a 2 (dois) anos, em monitoramento de redes baseados em software de gerência Nagios, MRTG, Kacti e Ntop e manutenção de hardware e sistemas em ambiente Linux, com dimensões acima de **4.000 equipamentos conectados**.

Conhecimentos avançados em avaliação e reparo de equipamentos eletrônicos; conhecimento intermediário de ferramentas de automação de escritórios dos sistemas Windows e Linux para produzir documentações sobre procedimentos e métricas dos serviços; conhecimentos intermediários em informática. Experiência comprovada de 2 (dois) anos atuando na área de eletroeletrônica aplicada a informática.

Conhecimentos avançados em instalação de infraestrutura física para cabeamento estruturado envolvendo eletrodutos, eletrocalhas, canaletas plásticas e tubos galvanizados; conhecimentos avançados em lançamento, fusão e certificação de cabeamento de fibras ópticas, e intermediários em instalação e configuração de enlaces por rádio frequência (Wireless); noções básicas de alvenaria; Conhecimentos avançados em conectorização de cabos de pares trançados a conectores RJ45, RJ11, Blocos IDC e patch pannels, e Intermediários em montagem de elementos de infraestrutura (DIO, Patch Pannel etc) em Racks; conhecimentos básicos em certificação de cabeamento estruturado, segundo normas vigentes: BIA/TIA 568 A e NBR14565.

Conhecimentos avançados em Sistemas Operacionais Windows e Linux; conhecimentos básicos em sistema operacional Linux; Conhecimentos intermediários em ativação de elementos de rede local e TCP/IP; Conhecimentos avançados em montagem e manutenção básica de microcomputadores; conhecimentos intermediários em segurança e procedimentos corretivos e preventivos. Experiência comprovada na função de atendimento ao usuário de informática de 2 (dois) anos, atuando em suporte de rede e aplicativos Windows.

Conhecimentos básicos em Protocolo SIP, componentes da infraestrutura (software livre), Sistema operacional UNIX; Conhecimentos básicos em Ambiente Web – Apache / PHP; conhecimentos básicos em Nagios, Protocolo VoIP - IETF SIP, Implementação de sinalização

ISDN. Experiência comprovada de 2 (dois) anos em redes convergentes de telefonia e dados, Redes estruturadas, Instalação, programação e operação de plataformas de comunicação PABX.

Conhecimentos intermediários na instalação e configuração de servidores baseados em GNU/Linux, Windows (para servidores e estações de trabalho) e Solaris; Conhecimentos intermediários na área de configuração de servidores de página, e-mail, banco de dados (corporativos e específicos), FTP, DNS, Proxy/Cache, difusão multimídia, arquivos, acesso discado, domínio (PDCs), backup e aplicação; conhecimentos básicos na área de hardware padrão PC, e na área de redes de computadores e conectividade. Experiência comprovada de 2 (dois) anos atuando na área de suporte técnico a software básico.

Perfil profissional esperado: técnico de suporte de TI Sênior, com ensino médio completo.

C - SERVIÇOS DE SUPORTE À REDES DE COMPUTADORES E CONECTIVIDADE

Experiência Técnica:

Conhecimentos avançados em equipamentos dedicados de videoconferência e soluções de webconferência; Conhecimentos sobre o funcionamento e a forma de operação dos acessórios que podem ser acoplados às soluções de videoconferência, como quadros interativos, câmeras de documentos; Conhecimentos avançados em equipamentos de áudio e vídeo, tais como câmeras, microfones, e gravadores; Conhecimentos avançados no uso de programas Skype, Ekiga, Netmeeting, e sua interoperabilidade com outras soluções e equipamentos; Conhecimentos intermediários em Linux: instalação de distribuições para servidores e estações de trabalho tais como Ubuntu, Slackware e seus derivados; Conhecimentos intermediários em redes de computadores, políticas de firewall, QoS, protocolos H.323, SIP, dentre outros. Experiência de 2 (dois) anos em projeto e implantação de soluções de videoconferência.

Conhecimentos avançados em arquitetura TCP/IP; Conhecimentos intermediários em tecnologia em redes ATM, MPLS, Wireless e Gigabit, em meios de acesso via fibra ótica e wireless (Rádio Frequência), e em configuração e manutenção de elementos ativos como Roteadores e Switches gerenciáveis; Conhecimentos avançados em sistema operacional Linux; Conhecimentos intermediários em Instalação e manutenção de serviços de redes (DNS, FTP, HTTP, SendMail, Nagios, MRTG, Ntop) em ambiente Linux; Conhecimentos básicos em aplicativos Microsoft (Word, Excel, Access).

Experiência comprovada de 2 (dois) anos atuando na área de suporte e manutenção de redes de computadores, com dimensões acima de 4.000 equipamentos conectados.

Conhecimentos avançados na área de instalação e configuração de servidores baseados em GNU/Linux, Windows (para servidores e estações de trabalho) e Solaris; Conhecimentos avançados na área de configuração de servidores de página, e-mail, banco de dados (corporativos e específicos), FTP, DNS, Proxy/Cache, difusão multimídia, arquivos, acesso discado, domínio (PDCs), backup e aplicação; Conhecimentos intermediários na área de hardware padrão PC; Conhecimentos básicos na área de redes de computadores e conectividade. Experiência comprovada de 2 (dois) anos atuando na área de suporte técnico a software básico.

Perfil profissional esperado: Analista de TI Pleno, com ensino superior completo.

D - SERVIÇOS DE OPERAÇÕES E MONITORAMENTO DE SOLUÇÕES WEB

Experiência Técnica:

Conhecimentos avançados em administração de dados, sistemas, websites, suporte computacional incluindo virtualização de servidores. Conhecimentos avançados no uso da ferramenta Nágios para o desenvolvimento de estruturas de monitoramento. Conhecimentos avançados em soluções/software de compactação, conversão e armazenagem de vídeos para disponibilização sob demanda, em soluções de vídeo sob demanda e web streaming em tempo real, e em soluções compatíveis com streaming que utilizem reprodutores multimídia embutidos em páginas de internet (especialmente os baseados em Flash Video); Conhecimentos intermediários em Linux: instalação de distribuições para servidores e estações de trabalho tais como Ubuntu, Slackware e seus derivados. Experiência de 2 (dois) anos em projeto e implantação de soluções de WEB streaming.

Conhecimentos avançados em PHP, Zend Framework, Smarty Framework, Padrões de Projeto e ferramentas de desenvolvimento, em XML, Javascript e AJAX, em Flash MX e Action Script, em Moodle; em sistemas gerenciadores de conteúdo, como Joomla e Drupal; em **desenvolvimento em Java** e Rails; Conhecimentos intermediários em banco de dados SQL (MySQL, PostgreSQL e Oracle), e de softwares Photoshop e CorelDraw e/ou dos softwares livres equivalentes. Conhecimentos avançados em administração de dados, sistemas, websites, suporte computacional incluindo virtualização de servidores. Conhecimentos avançados no uso da ferramenta Nágios para o desenvolvimento de estruturas de monitoramento. Experiência de 2 (dois) anos trabalhando na elaboração e manutenção de portais.

Conhecimentos avançados de Sistemas Operacionais Microsoft Windows e Linux; Conhecimentos avançados em ativação de elementos de rede local e TCP/IP; Prática em montagem e manutenção básica de microcomputadores; Noções básicas de segurança e procedimentos corretivos e preventivos. Experiência comprovada na função de atendimento ao usuário de informática, superior a 2(quatro) anos, atuando em suporte de rede e aplicativos Windows.

Conhecimentos básicos de Tecnologia da Informação e Comunicação; Conhecimento da legislação de projetos em órgãos públicos; Conhecimentos avançados nas legislações pertinentes às contratações de soluções de TI na administração pública; Conhecimentos intermediários sobre as boas práticas de governança de TI como COBIT, ITIL, SCRUM, BPMN e PMBOK. Habilidade na elaboração de estudo, planejamento de projetos na área de TIC, junto às áreas da STI.

Perfil profissional esperado: Analista de TI Sênior, com ensino superior completo.

E - SERVIÇOS DE SUPORTE DE SISTEMAS E NOVAS TECNOLOGIAS**Experiência Técnica:**

Conhecimentos avançados em arquitetura TCP/IP, em redes ATM, Frame Relay, MPLS, Wireless e Gigabit; Conhecimentos avançados em meios de acesso via fibra ótica e wireless (Rádio Frequência); e em Instalação e configuração de elementos ativos como Roteadores (Cisco, IBM e Alcatel), Switches gerenciáveis (IBM, D-link e 3COM); Conhecimentos intermediários em sistema operacional Linux e Windows; Conhecimentos intermediários em aplicativos Microsoft (Word, Excel, Project, AutoCAD). Experiência comprovada de 3 (três) anos, atuando na área de suporte e manutenção de redes de computadores, com dimensões acima de 4.000 equipamentos conectados.

Conhecimentos avançados em engenharia de software; e sobre os princípios de configuração em geral e integração entre sistemas; Capacidade para oferecer a visão global do projeto às equipes de desenvolvimento de software; Conhecimentos avançados sobre os conceitos e utilizações de application fronted, serviço, repositório e barramento de serviço; Conhecimentos intermediários sobre liderança para conduzir o esforço técnico entre as várias equipes; Conhecimentos básicos sobre comunicação pessoal, para conquistar confiança, persuadir, motivar e servir como mentor; Conhecimentos intermediários na aplicação do gerenciamento de serviços de TI, baseados em ITIL; Conhecimentos avançados em metodologia de auditoria de software aplicada ao serviço público conforme regulamentação do TCU; Conhecimentos avançados em técnicas de modelagem de casos de uso; requisitos do sistema; técnicas de design de software, incluindo as técnicas de análise e design orientados a objetos, e a Linguagem Unificada de Modelagem tecnologias com as quais o sistema será implementado; Conhecimentos avançados em arquitetura de sistemas, bem como o papel dos testes de sistema. Experiência comprovada de 3 (três) anos atuando em soluções de configuração de arquitetura de softwares desenvolvidos em tecnologia web.

Conhecimentos avançados em Administração de Sistemas Linux; e Redes TCP/IP; Conhecimentos avançados em Segurança da Informação (Sistemas de Firewall, Sistemas de Detecção de Intrusos (IDS), Sistema de Prevenção a Intruso (IPS), Tipos de Ataque, etc.); Conhecimento avançado em Iptables e Snort; e intermediário em configurações dos serviços mais utilizados na Internet (Web Server, DNS Server, Mail Server, SSH, FTP, etc); Conhecimentos avançados em ferramentas de monitoramento de tráfego, incluindo sniffers; Sólidos conhecimentos nos protocolos típicos inter-redes; Noções de framework ISO 27000; Noções de metodologia de governança de TI; Conhecimento da appliance e serviços da FortiNet, equipamentos que utilizamos como firewall e roteador de borda. Conhecimento básico em Checkpoint (Cisco) e TippingPoint. Experiência comprovada, superior a 2 (dois) anos em parametrização segura de sistemas operacionais, focado nos sistemas operacionais Linux, auditorias de segurança e análise de vulnerabilidades, por meio das ferramentas específicas.

Conhecimentos avançados em recursos de desempenho e portabilidade (INDEX, TRIGGERS, PACKAGES, PROCEDURES), migração de plataformas, replicação de dados, análise de desempenho de sistemas, tratamento de informação para tomada de decisão (Data Warehouse e Big Data), gerência de projetos, Linux; Conhecimentos avançados em arquitetura ORACLE, SQL/SERVER, MYSQL, e POSTGREE; Conhecimentos avançados sobre abordagem relacional e conceitos de estruturas de dados, modelos de entidade, e em dicionário de dados, algoritmos e estruturas para pesquisa e ordenação; Conhecimentos avançados em PL / SQL e no conceito de transações, bem como em sustentabilidade e disponibilidade de bancos de dados; Conhecimentos avançados em reorganização de banco de dados; Conhecimentos intermediários em planejamento, configuração e controle de processos de cópia de segurança e processo de restauração; Conhecimentos intermediários em segurança, concorrência, replicação, distribuição. Experiência desejável de 3 (três) anos em administração de banco de dados.

Conhecimentos avançados na área de instalação e configuração de servidores baseados em GNU/Linux, Windows (para servidores e estações de trabalho) e Solaris; Conhecimentos avançados na área de configuração de servidores de página, e-mail, banco de dados (corporativos e específicos), FTP, DNS, Proxy/Cache, difusão multimídia, arquivos, acesso discado, domínio (PDCs), backup e aplicação; Conhecimentos intermediários na área de hardware padrão PC; e na área de redes de computadores e conectividade. Experiência comprovada, de 3 (três) anos, atuando na área de suporte técnico a software básico.

Conhecimentos avançados em Protocolo VoIP ITU-T H.323, componentes da infraestrutura (software livre), Sistema operacional UNIX - (Linux Debian); Conhecimentos intermediários em Servidor de registro e localização (Gatekeeper) – GnuGK, Servidor de autenticação/contabilização (Radius) – FreeRadius, Servidor de diretórios (LDAP) – OpenLDAP, Servidor de coleta de registro das chamadas (BD SQL) – PostgreSQL, Terminais de voz (Openphone); Conhecimentos básicos em Ambiente Web – Apache / PHP/LDAP; Conhecimentos intermediários nas tecnologias Nagios, Protocolo VoIP - IETF SIP, Interoperação SIP/H.323 , VoIP/PSTN e PBX Virtual, Implementação de sinalização ISDN – libri, Sistema IVR (Interactive Voice Response), e Mensagem de áudio personalizada do serviço. Experiência de 3 (três) anos em redes convergentes de telefonia e dados, redes estruturadas, Instalação, programação e operação de plataformas de comunicação PABX.

Conhecimentos avançados em Adobe Photoshop CS4, Corel Draw e Flash MX; Conhecimentos avançados em HTML, DHTML, Javascript, XML, AJAX, PHP, CSS, desenvolvimento tableless; Conhecimentos avançados em sistemas gerenciadores de conteúdo, especialmente Joomla e Drupal; Conhecimentos intermediários em softwares livres como Gimp, Inkscape e NVU; Conhecimentos intermediários em banco de dados MySQL, ORACLE e POSTGREE. Experiência comprovada de 3 (três) anos confeccionando sites, portais de informação dinâmicos, elaborando materiais gráficos diversos e fazendo animações voltadas para internet.

Perfil profissional esperado: Analista de Sistemas Sênior, com ensino superior completo.

F - SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO DE TIC

Experiência Técnica:

Conhecimentos avançados na área de instalação, configuração e otimização de servidores baseados em GNU/Linux, Windows e Solaris destinados às bases de dados; e na instalação, criação de servidores, gerenciamento e manutenção de servidores Oracle; Conhecimentos avançados da estrutura do Oracle (dicionários de dados, manutenção dos arquivos, estrutura de armazenamento, segmentos de rollback, tabelas e índices, constraints, usuários, segurança e recursos, privilégios); e nas ferramentas do pacote de software Oracle Database Server; Conhecimentos avançados de arquitetura Client Server (web client, configuração do servidor e configuração do cliente); bem como em estratégias de backup (Backup e Recovery manual, Backup e Recovery com RMAN, Archive, Recovery Catalog, migração de dados, carga de dados externos); Conhecimentos intermediários na área de hardware para servidores. Experiência comprovada de 3 (três) anos, atuando na área de suporte a banco de dados Oracle.

Conhecimentos avançados em metodologias de desenvolvimento de software, em relacionamento com o cliente e solução de conflitos; Conhecimentos avançados em projetos de desenvolvimento de softwares de aplicação, em programação estruturada, orientada a objetos e serviços; Capacidade de planejar etapas e ações de trabalho, orientado por analistas de sistemas; Capacidade de entender e codificar procedimentos de aplicações empresariais; Capacidade de executar tarefas de mesma natureza em tecnologias diversas; Capacidade de se adaptar a mudanças de plataformas de desenvolvimento de software; Conhecimentos intermediários em ferramentas de desenvolvimento de sistemas baseadas em software livre como UML, JBOSS, **JAVA**, PL / SQL, ASP, PHP, ECLIPSE, JSP, EJB / DAO, STRUTS, XML, HTML, ORACLE, NET BEANS, JPA, RAILS entre outras; Conhecimentos intermediários sobre projeto de web sites, e sobre portais corporativos. Experiência comprovada de três anos atuando nas áreas de análise e programação de softwares de aplicações empresariais web.

Conhecimentos avançados nos frameworks COBIT, ITIL e PMBOK Conhecimentos avançados em mapeamento e otimização de processos utilizando a notação BPMN e a ferramenta BizAgi; Conhecimentos intermediários em Leis, Decretos, Instruções Normativas e Acórdãos do TCU que envolvem a contratação de soluções de TI na administração pública federal, bem como a gestão da segurança da informação; Conhecimento intermediário em gestão de organizações envolvendo conceitos de estrutura organizacional, funções, e atividade; Conhecimentos avançados em planejamento estratégico; alinhamento da TI ao negócio, e no Ciclo da Qualidade do PDCA. Experiência comprovada de 3 (três) anos na condução de projetos de governança de TI de médio e grande porte, de preferência na administração pública, bem como em organizações, sistemas e métodos.

Conhecimentos avançados sobre as melhores práticas e padrões para gerenciamento de projetos (Guia PMBOK) e o envolvimento com gerenciamento de Programas e Portfólio; Conhecimento avançado em metodologias ágeis e SCRUM. Conhecimento avançado sobre o ciclo de vida do projeto e a gestão de mudanças e influências da organização, bem como dos processos de gerenciamento de projetos, compartilhamento de recursos, comunicações, riscos e partes interessadas; Conhecimento avançado na elaboração de documentos que integram às fases do ciclo de vida de projeto; Conhecimento intermediário de ferramentas para gestão de projetos - preferencialmente Redmine; Conhecimento avançado de aplicativos de escritório (Word, Excel, PowerPoint); Conhecimento intermediário sobre indicadores de gestão de projetos e a relação com alinhamento estratégico; Conhecimento intermediário sobre Governança de TI; Conhecimento intermediário sobre modelagem de processos; Conhecimento intermediário sobre garantia e auditoria de qualidade. Conhecimento intermediário na elaboração de planos e procedimentos complementares ao gerenciamento de projetos; Conhecimentos básicos sobre melhoria do gerenciamento de projetos com CMMI e/ou MPS.BR, Habilidade de comunicação, trabalho em equipe, liderança, treinamento e supervisão. Experiência comprovada de 3(três) com atuação no gerenciamento de projetos.

Conhecimentos avançados em auditoria, sobre seus conceitos, normas, técnicas e a evolução da auditoria; bem como das normas brasileiras e internacionais para o exercício profissional da auditoria interna; Conhecimentos avançados sobre a aplicação da análise, projeto, desenvolvimento e implementação de softwares; Conhecimentos avançados sobre a metodologia de auditoria de software aplicada ao serviço público conforme regulamentação do TCU, envolvendo confiabilidade dos dados, avaliação de controles dos softwares, segurança da informação, prevenção de interrupções, documentação de plano geral de contingência, controles de acesso, controle de aplicativos e banco de dados; Conhecimentos avançados em metodologia de orientação a objetos e arquitetura de software baseada em serviços (SOA); bem como em dispositivos de criptografia: princípios, aplicações, algoritmos simétricos e assimétricos, certificação e assinatura digital; Conhecimentos intermediários sobre controles internos e documentação de sistemas de informação, envolvendo operações, comunicações e redes de computadores; técnicas de extração, análise e comparação de dados, e sobre a aplicação de métricas contempladas no CMMI, e MPS.BR; Conhecimentos intermediários sobre a aplicação do gerenciamento de serviços de TI, baseados em ITIL, bem como sobre a aplicação de gerenciamento de projetos de TI, baseados no modelo PMBOK.

Consultor com especialização em Telefonia VOIP

Conhecimentos avançados em telefonia em ambiente Frame Relay e MPLS; Conhecimentos avançados em telefonia celular privada; Conhecimentos avançados em ferramentas de automação de escritório baseadas em Windows e Linux; Conhecimentos avançados em Protocolo VoIP ITU-T H.323, componentes da infraestrutura (software livre), Sistema operacional UNIX - (Linux Debian); Conhecimentos intermediários em Servidor de registro e localização (Gatekeeper) – GnuGK, Servidor de autenticação/contabilização (Radius) –

FreeRadius, Servidor de diretórios (LDAP) – OpenLDAP, Servidor de coleta de registro das chamadas (BD SQL) – PostgreSQL, Terminais de voz (Openphone); Conhecimentos básicos em tecnologias Nagios, Protocolo VoIP - IETF SIP, Interoperação SIP/H.323 , VoIP/PSTN e PBX Virtual, Implementação de sinalização ISDN – libpri, Sistema IVR (Interactive Voice Response), Mensagem de áudio personalizada do serviço. Experiência comprovada de atuação de 3 (três) anos em Redes convergentes de telefonia e dados, Redes estruturadas, e instalação, programação e operação de plataformas de comunicação PABX Dígitro.

Conhecimentos avançados em sistemas Linux, especialmente nas distribuições Ubuntu (Desktop e Server) e Slackware; e em soluções para WEB Streaming; Conhecimentos avançados em manuseio/conexão de equipamentos de filmagem e hardwares de áudio/vídeo, em Flash Vídeo. Conhecimentos avançados em PHP, Joomla, Drupal, Java e Rails; Conhecimentos avançados em sistemas multimídia, HTTP e de e-mail. Experiência de 3 (três) anos em ambiente de suporte às plataformas Linux para sistemas multimídia, HTTP e de e-mail.

Perfil profissional esperado: Analista de Sistemas Pleno, com ensino superior completo.

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Observações:

- 1) o presente modelo deverá ser preenchido, em papel timbrado da Licitante;

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

A empresa....., CNPJ nº, endereço....., por intermédio do seu representante legal abaixo assinado, DECLARA, sob as penalidades da lei, para fins de participação no Pregão nº 000/2018, que tomou conhecimento e está ciente das condições atuais de infraestrutura da STI/UFF, bem como das quantidades, marcas e configurações dos equipamentos de informática, dos softwares e demais ativos de informação em utilização pela UFF, e que recebeu instruções e informações adicionais necessárias à prestação dos serviços objeto desta licitação, não havendo, portanto, nenhuma dúvida que prejudique a apresentação de uma proposta completa e detalhada.

E, por ser verdade, firmamos o presente.

Cidade/UF, __ de _____ de _____.

Nome da empresa
Representante Legal
CPF
Endereço – telefone
E-mail

Visto:

NOME E ASSINATURA DO SERVIDOR DA UFF

ANEXO VII – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(PLANILHA A SER FORNECIDA PELA PROPONENTE EM PAPEL TIMBRADO)

EMPRESA (nome da empresa)

CNPJ N.º : (n.º do CNPJ)

ANEXO VII – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

(I.N. 02 de 30/Abr/2008 alterada pela Portaria Normativa n.º 07 de 09/Mar/2011 e pela I.N. n.º 06 de 23/12/2013)

M O D E L O

Processo n.º 23069.043034/2014-11

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dd/mm/aaaa)	/ /
B	Município / Unidade da Federação	Niterói/RJ
C	Ano do Acordo ou Convenção Coletiva (aaaa/aaaa)	2015-2016
D	Número de meses de execução contratual	12

Identificação do Serviço

A	Tipo de serviço	TIC
B	Unidade de Medida	posto
C	Quantidade a contratar (ocorrerá paulatinamente a partir das necessidades dos serviços)	0

Dados complementares para composição dos custos referente à mão de obra

A	Tipo de serviço	TIC
B	Salário normativo da categoria profissional	xxx,xx
C	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	PARA CADA TIPO
D	Data base da categoria (dd/mm/aaaa)	1/set/2015

Módulo 1 - Composição da Remuneração

Composição da Remuneração		%	Valor (R\$)
1.1	Salário Base		xxx,xx
1.2	Adicional de periculosidade (especificar)	0,00%	
1.3	Adicional de insalubridade (especificar)	0,00%	
1.4	Adicional noturno (especificar)	0,00%	
1.5	Hora noturna adicional (especificar)	0,00%	
1.6	Adicional hora extra (especificar)	0,00%	
1.7	Adicional intrajornada (especificar)	0,00%	
1.8	Outros (especificar)	0,00%	
Total do módulo 1			0,00

Módulo 2 - Benefícios mensais e diários

Benefícios Mensais e Diários		Valor (R\$)
2.1	Auxílio Transporte (vale transporte)	0,00
2.2	Auxílio Refeição (em forma de ticket)	0,00
2.3	Seguro de assistência médico ambulatorial (Plano de Saúde) se previsto em CCT	0,00
2.4	Auxílio creche (se previsto em Convenção Coletiva de Trabalho CCT)	0,00
2.5	Seguro de vida, invalidez e funeral (se previsto em CCT)	0,00
2.6	Seguro para assistência odontológica (Plano Odontológico) – se previsto em CCT	0,00
Total do módulo 2		0,00

Módulo 3 - Insumos diversos

Insumos diversos		Valor (R\$)
3.1	Uniformes (inclui todos os itens que compõe o uniforme do empregado)	0,00
3.2	Materiais (utilizados diretamente na execução dos serviços)	
3.4	Equipamentos (utilizados diretamente na execução dos serviços)	
3.5	Outros (especificar)	
Total do módulo 3		0,00

ANEXO VII – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CONTINUAÇÃO

Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas (Manual preenchimento I.N. 07 - 09/03/2011)

Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS:

4.1 - Encargos previdenciários e FGTS	%	Valor (R\$)
4.1.1 Previdência Social - INSS (Art. 22, Inciso I da Lei n.º 8.212/91)	20,00%	0,00
4.1.2 SESI ou SESC (Art. 3º Lei n.º 8.036/90)	1,50%	0,00
4.1.3 SENAI ou SENAC (Decreto n.º 2.318/86)	1,00%	0,00
4.1.4 INCRA (Lei n.º 7.787/89 e DL n.º 1.146/70)	0,20%	0,00
4.1.5 Salário Educação (Art. 3º, Inciso I, Decreto n.º 87.043/82)	2,50%	0,00
4.1.6 Fundo Garantia Tempo Serviço - FGTS (Art. 15 Lei n.º 8.030/90 e art. 7º, III, CF)	8,00%	0,00
4.1.7 Seguro Contra os Acidentes de Trabalho - SAT (Decreto n.º 6.957/09)	3,00%	0,00
4.1.8 Serviço A à Pequena e Média Empresa-SEBRAE (Art. 8º L 8.029/90 e n.º 8154/90)	0,60%	0,00
Total Submódulo 4.1 (Manual preenchimento I.N. 07 - 09/03/2011 pág. 49)	36,80%	0,00

Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias

4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias	%	Valor (R\$)
4.2.1 13º Salário (Manual preenchimento I.N. 07 - 09/03/2011 pág. 52)	8,33%	0,00
4.2.2 Adicional de Férias (1/3)	3,77%	0,00
Subtotal	12,10%	0,00
4.2.3 Incidência do Submódulo 4.1 sobre subtotal anterior	36,80%	0,00
Total Submódulo 4.2		0,00

Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade

4.3 - Afastamento Maternidade	%	Valor (R\$)
4.3.1 Afastamento Maternidade (remuneração paga pelo INSS)	0,04%	0,00
4.3.3 Incidência do Submódulo 4.1 sobre subtotal anterior	36,80%	0,00
Total Submódulo 4.3		0,00

Submódulo 4.4 - Rescisão:

4.4 - Provisão para Rescisão:	%	Valor (R\$)
4.4.1 Aviso prévio indenizado (Manual preenchimento I.N. 07-09/03/2011 - pág. 25)	0,42%	0,00
4.4.2 Incidência do FGTS s/aviso prévio indenizado (item 4.4.1)	8,00%	0,00
4.4.3 Multa do FGTS s/aviso prévio indenizado (item 4.4.1)	4,30%	0,00
4.4.4 Aviso prévio trabalhado (Manual preenchimento I.N. 07-09/03/2011 - pág. 26)	0,04%	0,00
4.4.5 Incidência do submódulo 4.1 s/aviso prévio trabalhado (item 4.4.4)	36,80%	0,00
4.4.6 Multa do FGTS s/aviso prévio trabalhado (item 4.4.4)	4,30%	0,00
Total Submódulo 4.4		0,00

Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5 Composição de custo de Reposição do Profissional Ausente	%	Valor (R\$)
4.5.1 Férias	8,33%	0,00
4.5.2 Ausência por doença (Manual preenchimento I.N. 07-09/03/2011 - pág. 28/54)	0,05%	0,00
4.5.3 Licença paternidade (Manual preenchimento I.N. 07-09/03/2011 - pág. 28)	0,03%	0,00
4.5.4 Ausências legais (Manual preenchimento I.N. 07 de 09/03/2011 - pág. 55)	0,08%	0,00
4.5.5 Ausência por acidente de trabalho (Manual preench I.N. 07-09/03/2011-pág. 29)	0,10%	0,00
4.5.6 Outros (especificar)		0,00
Subtotal		0,00
4.5.7 Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de Reposição	36,80%	0,00
Total Submódulo 4.5		0,00

QUADRO RESUMO MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	Valor (R\$)
4.1	Encargos Previdenciários e FGTS	0,00
4.2	13º Salário + Adicional de Férias	0,00
4.3	Afastamento Maternidade/Paternidade	0,00
4.4	Custo de Rescisão	0,00
4.5	Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00
4.6	Outros (especificar)	0,00
	Total módulo 4	0,00

ANEXO VII – PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS - CONTINUAÇÃO

Módulo 5 - Custos indiretos, Lucro e Tributos

Submódulo 5.1 - Custos indiretos		%	Valor (R\$)
5.1.1	Custos Indiretos (Despesas Administrativas/Operacionais)	7,00%	0,00
5.1.2	Outras despesas (especificar)	0,00%	0,00
Subtotal módulo 5.1		7,00%	0,00
Submódulo 5.2 - Lucro		%	Valor (R\$)
5.2.1	Lucro	7,00%	0,00
Subtotal módulo 5.2		7,00%	0,00
Submódulo 5.3 - Tributos		%	Valor (R\$)
5.3.1	ISSQN ou ISS	5,00%	0,00
5.3.2	COFINS	7,60%	0,00
5.3.3	PIS	1,65%	0,00
5.3.4	Outros (especificar)		0,00
Subtotal módulo 5.3		14,25%	0,00
Total módulo 5		28,25%	0,00

Nota: 1) Será desclassificada a proposta cujo percentuais de ISS, Cofins e PIS indicarem valores irrisórios ou em desacordo com a legislação vigente; ou que o total dos demais componentes ultrapasse o percentual de 28,87%, conforme Acórdão 325/2007 do TCU.

2) As taxas referente a IRPJ e CSLL foram retiradas conforme Acórdão 950/2007 do TCU.

Quadro resumo do custo por empregado - (Valor por empregado)

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	Valor (R\$)
1	Módulo 1 - Composição da Remuneração	0,00
2	Módulo 2 - Benefícios mensais e diários	0,00
3	Módulo 3 - Insumos diversos uniformes, materiais, equipamentos e outros)	0,00
4	Módulo 4 - Encargos sociais e trabalhistas	0,00
Subtotal (1+2+3+4)		0,00
5	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	0,00
Valor total por empregado (mensal)		0,00

(local e data)

(assinatura do representante legal)

Nome por extenso:

CPF:

ANEXO VIII – PLANILHA DE COTAÇÃO

- 1 A seguir é apresentado o modelo de planilha de cotação a ser apresentado pela LICITANTE.
- 2 A licitação será pelo menor valor global do registro de preços.

Item	Especificação dos Serviços	Quantidades de UST	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Suporte à Infraestrutura e Datacenter			
2	Suporte à Operação de Serviços de TIC			
3	Suporte à Redes de Computadores e Conectividade			
4	Operações e Monitoramento de Soluções Web			
5	Suporte de sistemas e novas tecnologias			
6	Apoio à Gestão de TIC			